



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -
PPGCS

MULHER QUE TRABALHA FICA ATREVIDA

Hosana Suelen Justino Rodrigues

Campina Grande-PB

2012

Hosana Suelen Justino Rodrigues

MULHER QUE TRABALHA FICA ATREVIDA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande- PB. Pesquisa vinculada à linha de pesquisa Cultura e identidade, realizada como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota

Campina Grande-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

R696m Rodrigues, Hosana Suelen Justino.
 Mulher que trabalha fica atrevida / Hosana Suelen Justino Rodrigues
 - Campina Grande, 2012.
 105f.
 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
 Campina Grande, Centro de Humanidades.
 Orientador: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota.
 Referências.
 1. Ciências Sociais. 2. Habitus Patriarcal. 3. Mulheres. 4. Trabalho
 Feminino. 5. Dominação Masculina. I. Título.

CDU 316 (043)

Hosana Suelen Justino Rodrigues

MULHER QUE TRABALHA FICA ATREVIDA

Aprovada em __/__/__

Banca examinadora

José de Jesus Izquierdo de Villota
(presidente -orientador)

Elisabeth Cristina de Andrade Lima
(examinadora interna titular)

Alarcom Agra do Ò
(examinador externo titular)

Campina Grande-PB

2012

Dedico aos meus familiares, bem como aqueles que compartilham o desejo de lutar para que homens e mulheres vivam com dignidade e respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela companhia nos momentos de solidão e pelos alívios nos momentos de dificuldade.

Aos meus pais por terem me dado a vida, e terem me ensinado a ter e cultivar sonhos.

À minha mãe (*in memória*) por ter sido a primeira a me estimular a pensar sobre o meu tema de pesquisa. Pela sua dedicação e incentivo ao meu estudo.

Ao meu irmão Danilo por acreditar sempre em mim.

A Jesus Izquierdo, pela paciência e dedicação. Pelos estímulos e confiança que ele me passou ao longo desta jornada. E por ter me acolhido, pela orientação, em especial no período de qualificação que foi para mim um momento de ansiedade e tensão. E também pelos últimos momentos de preparação da dissertação para a defesa.

A todos os professores, principalmente a Sandra Raquew, pela ajuda no início da dissertação, e a todos os professores do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG, pelos ensinamentos valiosos compartilhados.

A todos os funcionários pela dedicação e alegria que sempre me receberam principalmente a pessoa de Reinaldo, pelo zelo de cuidar das nossas necessidades.

À capes pelo auxílio financeiro concedido por meio da bolsa, que foi fundamental para o auxílio da pesquisa.

À todas as mulheres que compartilharam um pouco de seu tempo, de suas vidas, dores e amores nas entrevistas.

Ao meu marido, Ewerton, a minha sogra Lourdes e a minha cunhada Eveline pelo incentivo ao estudo e à dedicação a pesquisa.

A todos muito obrigada...

RESUMO

Esta investigação científica teve como objetivo examinar a dinâmica de mudanças no mundo das mulheres a partir da inserção das mesmas no mercado de trabalho. Focamos nossa pesquisa no relato de mulheres de baixa renda, casadas e que exercem atividades remuneradas na Cidade de Campina Grande. O corpus empírico da pesquisa foi delimitado em um grupo de mulheres que dividem o tempo entre as tarefas remuneradas e as atividades do lar e que estão inseridas em uma rede social onde predomina o modelo de família patriarcal. Mediante uma abordagem de ordem qualitativa, procuramos captar as mudanças que ocorreram no micro universo dessas mulheres em relação a sua visão sobre o trabalho e a dominação masculina. Desta maneira, empreendemos uma discussão cujas temáticas principais foram às imbricações entre gênero, trabalho e dominação masculina. Constatamos que existe uma estreita relação entre o trabalho remunerado e a independência feminina, a qual contribui para que a mulher se posicione frente às formas de dominação masculina em seu núcleo familiar. Da mesma forma, percebemos com a entrada da mulher no mercado de trabalho, há uma reorganização das estruturas de poder- dominação e resistência- tanto masculinas, quanto femininas. As mulheres que se mantêm no mercado de trabalho se veem e passam a serem vistas pelos outros com olhares mais valorativos. Em última instância, a inserção das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho nos deixa perceber que há uma tendência a ressignificação do papel da mulher na dinâmica da vida social, o qual está sendo transmitido de diversas maneiras para a geração de mulheres mais jovens.

Palavras chaves: Habitus patriarcal. Poder. Mulheres. Trabalho feminino. Dominação masculina.

ABSTRACT

This report provides information about the dynamics of changes in the women's world from their insertion in the labour market. We focus our research on the speech of low-income women, married whom are involved with paid Jobs from the city of Campina Grande. The empirical research was limited to those women whom share their time with paid Jobs and household tasks besides belong to a social network which has the patriarchal model of family. Making use of qualitative methods, we search for changes that occur to the women's micro universe regarding to their views about work and masculine domination. Thus, we engage a discussion about gender, job and masculine domination. We notice that there is a close relation between paid job and female independence which encourage women to step over the masculine domination in their family's core. Likewise, we realize that with the women's entry to the labour market, there is a reorganization of the structures of power, domination and resistance, both masculine and feminine. Once they remain at the labour market, the women see themselves as more value as well as they are seen by others. To finalize, the inclusion of the low-income women in the market make us realize that there is a tendency to rethinking the role of women in the dynamics of social life, which is being transmitted to various ways for the new generation of women.

Key words: Habits patriarchal. Power. Women. Women's labour. Masculine domination.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ramos de ocupação de pessoas com dez anos ou mais por sexo e região. (%).....	51
Tabela 2 – Média de anos de estudo das pessoas com dezesseis anos ou mais de idade, ocupadas por áreas de trabalho, gênero, e região.....	53
Tabela 3 – Distribuição percentual de tipos de famílias.....	55
Tabela 4 – Média de horas semanais gastos em afazeres domésticos das pessoas com dezesseis anos ou mais por sexo e região.....	59

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I - Coisas de Mulher: conceitos e debates norteadores da pesquisa	27
1.1 Contribuições da teoria feministas à reflexão analítica.....	29
1.2 Percorrendo a construção da categoria “Gênero”.....	35
1.3 A família além dos modelos.....	39
Capítulo II – Mulheres em casa e na rua	45
2.1 No caminho do trabalho.....	49
2.2 Até que a morte nos separe.....	56
2.3 Os frutos do trabalho: muito além do que o dinheiro pode comprar.....	61
Capítulo III – Dominação masculina	67
3.1 Tensão entre poder e resistência.....	69
3.2 Matizes da dominação masculina.....	72
3.3 A violência simbólica como instrumento da dominação masculina.....	76
3.4 Circuito de conselhos.....	81
3.5 Cuidado com o corpo.....	82
3.6 Rotina no lar.....	84
3.7 Rotina de estudo.....	86
3.8 Ruim com eles pior sem eles.....	88
3.9 Múltiplas percepções do homem na vida conjugal.....	91
Considerações finais	96
Referências	102
Anexos	106

INTRODUÇÃO

É notório que a participação da mulher no mercado de trabalho tem-se incrementado significativamente nas últimas três décadas¹. Mas essa participação não é semelhante para todas elas. Existem fortes indícios que apontam que a participação das mulheres no mercado de trabalho está ligada ao estado socioeconômico dos lares de onde elas procedem. Na atualidade, pode-se constatar que os ingressos econômicos são bastante inferiores para as mulheres mais pobres e com baixos níveis de escolaridade. Contudo, é nesse nível das mulheres economicamente mais carentes que os índices de participação laboral se têm incrementado com maior ênfase nas últimas décadas.

Em decorrência do avanço do capitalismo e de mudanças industriais, tecnológicas, políticas e econômicas, o mundo das mulheres do século XXI parece ganhar novas configurações. As duas esferas sociais onde a vida humana acontece: a do mundo do trabalho (produção) e a do mundo da casa e/ou da família (reprodução) começam a dar indícios de mudança significativas. Essas esferas que antigamente indicavam espaços diferenciados, que distribuíam tempos, lugares e práticas conforme a condição sexual dos sujeitos, apresentam-se hoje como organizadoras da vida coletiva com esquemas de comportamentos social menos rígidos ou mais flexíveis. Observamos na atualidade que entre os membros da família, as mulheres estão começando a deixar de serem as responsáveis absolutas da esfera privada e que os homens estão deixando de ser os agentes ativos da esfera pública e, ao mesmo tempo, os únicos responsáveis por assegurar o sustento econômico da família. As figuras do homem provedor e da mulher passiva do âmbito da produção econômica começaram a ser desconstruídas.

Nossa pesquisa pretende contribuir com a análise dessa dinâmica de mudanças no mundo das mulheres a partir da inserção delas na esfera pública, no mundo do trabalho remunerado que até épocas recentes era ocupado principalmente pelos homens. Durante o processo de pesquisa, nosso olhar foi direcionado para um grupo de mulheres que partilham, entre outros, os seguintes aspectos: mulheres de escassos recursos que, por diversas circunstâncias, ingressaram no mercado de trabalho e mulheres que dividem seu tempo e suas energias físicas na execução de atividades atribuídas a elas como trabalho remunerado e que, ao mesmo tempo,

¹Para verificar essa informação podem-se consultar os dados recentes do IBGE que apontam para o crescimento da taxa de mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

continuam dando assistência às suas famílias na condição de esposas e/ou de mães. Contudo, um dos aspectos que queremos enfatizar em nossa abordagem sobre mulheres que exercem uma atividade remunerada é o fato de elas estarem inseridas em uma rede social onde predomina o modelo de família tradicional/patriarcal, cuja característica principal radica no fato de que o monopólio do poder está plena ou parcialmente nas mãos do *pater* família.

Pensar nas mudanças que podem ter ocorrido na vida das mulheres depois de se inserirem no mercado de trabalho suscita uma série de questionamentos que, sem dúvida, nortearam esta análise. Entre esses questionamentos, podem-se destacar os seguintes: que mudanças se deram na vida das mulheres observadas depois que elas se inseriram no mercado de trabalho? Na escolha das atividades remuneradas houve alguma influência das responsabilidades domésticas? Nessa nova situação da mulher que antes era dona de casa e que agora divide seu tempo com o exercício de um trabalho formal, que conflitos e tensões emergiram? Que mecanismos foram desenhados por elas para negociar esses conflitos? Que estratégias são utilizadas para superar as causas que podem gerar tensões no âmbito doméstico? A inserção no mercado de trabalho significa um fato de contestação à dominação masculina ou é um mecanismo a mais de exploração e submissão dessas mulheres? A inserção no mercado de trabalho favorece a consolidação de vínculos familiares mais igualitários, sem privilégios, capazes de estimular o consenso? O fato de a mulher contribuir financeiramente com a manutenção da família promove o respeito dela como sujeito de direitos? A ausência temporária da mulher da esfera doméstica democratizou a responsabilidade pelo cuidado das atividades cotidianas da vida doméstica? Acredita-se que esses questionamentos são norteadores para promover as respostas para os objetivos dessa pesquisa.

O privilégio que usufrui o *pater* família, o homem “chefe da casa”, em certa medida, tem sido concedido pelo fato deste sustentar economicamente a família. Mas, o que acontece quando a mulher se insere no mercado de trabalho e passa a dispor de recursos financeiros próprios? Esse estudo pretende contribuir com este debate a partir da observação de um grupo de mulheres de baixa renda que se inseriu no mercado de trabalho². Tomou-se como foco esse grupo de mulheres por este ser

²Todos os depoimentos foram coletados na Escola Maria de Souza, situada no bairro do Catolé em Campina Grande-PB. Escolhemos essa escola como o local principal para o processo de coleta dos dados empíricos que fundamentaram nosso estudo. Optamos por focar nossa análise em mulheres que

significativo de um fenômeno relevante, que se apresenta com bastante frequência em nossa cidade. Em princípio, pode-se dizer que a inserção de mulheres de baixa renda no mercado de trabalho pode ser um fato que ocorra como resposta necessária às demandas da nova economia global. No entanto, segundo alguns depoimentos de mulheres entrevistadas na realização deste estudo, a inserção no mercado de trabalho representa para algumas delas a oportunidade de se emancipar da dominação masculina e de conquistar visibilidade e reconhecimento social. Dona Maria³, uma senhora viúva de 65 anos de idade, deixa transparecer essa ideia em seu depoimento:

O trabalho representa tudo na vida de uma mulher. A mulher hoje deixou de ser escrava do marido, de esperar pelo marido. É uma mulher que trabalha. Ela é independente, tem conhecimento, tem saúde. É uma mulher que sabe entrar e sabe sair, é uma mulher que tem confiança em si mesma. O trabalho hoje representa tudo de bom na vida de uma mulher. Mulher tem que ser mãe, mulher, dona de casa, acima de tudo e ainda trabalhar fora. Ser independente. Mulher que não espera.

A compreensão de dona Maria, que destaca a importância do trabalho na vida de uma mulher é partilhada por muitas outras que depois de terem se casado ingressaram no mercado de trabalho. Foram muitos os depoimentos que levaram à constatação de que a realidade da mulher se transforma a partir da sua inserção no mercado de trabalho. É provável que isso aconteça pelo fato de o trabalho assalariado, quando combinado com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, ofereça à mulher uma série de gratificações pessoais que se verificam no aumento de sua autoestima, na percepção de ocupar uma posição social mais elevada que transforma a forma como elas se veem a si e a maneira de como elas se relacionam com os seus maridos e com a sociedade.

A sociedade é formada a partir das interações dos indivíduos entre si. O dinamismo da vida social resulta da forma como ocorrem as interações familiares, afetivas, sexuais, acadêmicas, esportivas, entre tantas outras. A sociedade somente existe a partir deste conjunto de interações. Para captar o resultado dessas interações foi criada pelo positivismo a sociologia como ciência. Para Simmel⁴, a sociologia é

frequentam esta Escola, pois muitas delas são de baixa renda, casadas, trabalham e estudam. Vale ressaltar que o nome da escola e das entrevistadas são fictícios como ficou estabelecido para fins da divulgação dos dados.

³Durante a realização das entrevistas ficou acordado com as depoentes que seriam utilizados nomes fictícios durante a apresentação dos dados fornecidos por elas para elaborar a dissertação.

⁴Para Simmel, as formas de vida social ou as associações sociais resultam das interações sociais entre os indivíduos e com as instituições. Para saber mais ver: Vandenberghe (2005).

uma ciência que aborda as associações dos indivíduos e destes com as instituições e organizações sociais.

Desde nossa perspectiva sociológica, na tentativa de entender o processo de mudanças que ocorreu em mulheres que se inseriram no mercado de trabalho, neste estudo, optamos por direcionar o olhar analítico às formas como estas mulheres interagem com suas famílias. A escolha da família como contexto social, recai no fato de ela ser uma instituição social de extrema relevância.

Não há dúvida de que a família constitui, no pensamento social, uma das categorias de análise mais importante. A família, como eixo das relações sociais, foi concebida pelo pensamento social como arranjo comunitário constituído pelos pais e pelos filhos. Como categoria analítica, a família resulta fundamentalmente na captação da forma por meio da qual os indivíduos, mediante a união conjugal e a transmissão de bens, faziam da reprodução familiar um modo de reprodução social, especialmente por aqueles que tinham alcançado uma privilegiada posição dentro da sociedade e pretendiam conservá-la. Dessa sorte, a reprodução social da família não somente pode ser considerada como biológica e geracional, mas, também, como a forma mais adequada para a transmissão de bens materiais e imateriais de uma geração existente aos indivíduos que nela foram gerados. Em outras palavras, é a ela que corresponde a tarefa de transferir o patrimônio econômico e a identidade constituída por valores, práticas e costumes comumente partilhados por cada um de seus membros. Essas considerações nos levam a repensar as mudanças ocorridas nas famílias depois que a mulher se inseriu no mercado de trabalho.

A percepção do ser homem ou do ser mulher é resultado do processo de interação social estabelecido no interior do núcleo familiar, que no contexto do nordeste brasileiro, podemos identificá-lo como patriarcal. Com abundantes argumentos, diversos estudos mostram como a dinâmica das interações sociais estabelecidas no âmbito da sociedade patriarcal criou uma série de privilégios que favorecem a figura masculina. Como assinala Pierre Bourdieu (2009), nesse processo a razão androcêntrica se impõe e passa a dividir e hierarquizar o mundo, a disciplinar as atividades produtivas e reprodutivas segundo o princípio da inferioridade e da exclusão da mulher de certos âmbitos da vida coletiva. A ordem que privilegia a figura masculina está implícita nas coisas e nos corpos, nas rotinas da divisão do trabalho e dos rituais coletivos ou privados. Para o mencionado autor, as regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as normas que

excluem as mulheres das tarefas mais nobres, ao mesmo tempo em que lhes assinalam lugares de inferioridade social. A pertença a esses lugares de inferioridade, segundo Bourdieu (2009), se materializa no aprendizado da postura corporal, coerente com a sua condição de agente social inferior. Percebido como frágil, pela força do saber patriarcal, é tarefa do corpo feminino a execução de atividades penosas, baixas e mesquinhas, enquanto aos homens lhes é atribuído como legítimo o monopólio de todas as atividades oficiais, e públicas, de representação. Dentro do modelo de família patriarcal, os homens são percebidos como os senhores do sistema de reprodução do capital simbólico, o qual se expande no conjunto de estratégias orientadas à fecundidade, à construção de vínculos matrimoniais, à execução de atividades educativas, econômicas, de sucessão, todas elas orientadas para transmitir os poderes e os privilégios herdados pelos homens em detrimento das mulheres.

Continuando nessa linha de pensamento, é pertinente reafirmar que a família é o fenômeno social que emoldura com maior vigor as relações de gênero. A categoria gênero pressupõe interações que ocorrem entre homens e homens, mulheres e mulheres e entre homens e mulheres. As formas de associação mediadas pela categoria de gênero obedecem a impulsos, interesses, conveniências, desejos, disputa por poder, entre outras manifestações humanas, que incentivam os indivíduos a se associarem, e que, por isso, são fatos sociais que resultam de processos de socialização e de controle social⁵.

É essa constatação que instigou o interesse por analisar as formas de interação que constroem as mulheres a partir da sua inserção no mercado de trabalho. Esse interesse radica na tentativa de entender como elas se posicionam diante da dominação masculina, isto é, como elas percebem o conflito com os seus maridos, como elas respondem aos momentos de tensão dentro das relações conjugais, quais as estratégias de resistência destas mulheres diante das prerrogativas sociais que pré-determinam uma posição inferior para elas.

Entendemos que o modelo de família varia de acordo com a cultura e com os contextos sociais e que ele ganha configurações conforme o processo social pelo qual

⁵Fatos sociais são ações dos indivíduos guiadas pelas regras, valores e normas sociais, pela coercitividade. Esta é uma força invisível que coage os indivíduos a agirem em concordância com a ideologia social vigente. Um exemplo da força da coerção é descrito por Nobert Elias em A Sociedade de Corte. Ver por exemplo o capítulo seis que trata do Rei sol.

atravessa⁶. O modelo imperante, qual seja o corresponde ao patriarcalismo, parece que está perdendo seu vigor no mundo contemporâneo. Nesse sentido, em decorrência da incidência de uma série de fatores sociais, Manuel Castells (2001) destaca três fatores que contribuem para o enfraquecimento do patriarcalismo. O primeiro deles é constituído pelas transformações do mercado, da industrialização e da conseqüente urbanização. A nova configuração social causada pela incidência dessas mudanças trouxe a abertura do mercado de trabalho para as mulheres e a democratização da educação⁷. O segundo fator é representado pela difusão das ideias feministas em decorrência da ampliação das redes globais de comunicação que seduzem as mulheres a buscar reconhecimento social, assim como pela influência das transformações biomédicas, que oferecem às mulheres a capacidade de planejarem a reprodução humana mediante o uso de pílulas de outros métodos contraceptivos. Em terceiro lugar, ganha destaque o fenômeno da instabilidade familiar provocada por todos esses fatores e também por fatores demográficos que forçam novos arranjos familiares⁸.

Sem dúvida que esses fenômenos começaram a desdobrar-se a partir do século XVIII, em decorrência da expansão da industrialização, da escolarização juntamente com a Divisão Social do Trabalho⁹. A família reduziu o seu tamanho, surgiram novas formas de interação familiar que permitiram superar um padrão ou modelo único de família. Com isso, as mulheres começaram a abrir espaços de visibilidade para si, configurando uma mudança de paradigma e favorecendo uma quebra do poder patriarcal estabelecido secularmente na sociedade.

Embora haja um modelo ou padrão de gênero no contexto familiar, tomando como ponto de partida o modelo tradicional de família heteronormativa, não podemos pensar que os indivíduos que constituíam estas famílias possuam

⁶A inferência a mudança familiar como um processo social está respaldada na categoria de processo social como é defendido por Elias (2006) como um ato gradativo e contínuo em que um fato vai decaindo para dar espaço a outro. Porém nunca encontraremos a extinção radical do primeiro fato e nem mesmo a completa substituição pelo segundo, ambos vão coexistir na vida social.

⁷Outros autores como Vaistman (1994), Bruschimi (1990), Donzelot (1986) também apontam os elementos que contribuíram para a redução da família patriarcal para a família nuclear constituída por pai, mãe, filhos.

⁸Com a possibilidade de vários arranjos familiares diferentes coexistindo num mesmo espaço social, não podemos considerar “família” como uma categoria fechada, como um objeto definido, fácil de ser apreendido. Pois a família é uma categoria de análise multifacetada. Sendo assim, é oportuno falar de “família”, pois existem vários modelos de família na sociedade.

⁹Divisão Social do Trabalho: separação patriarcalista das divisões de tarefas segundo o gênero masculino e feminino. Segundo o posicionamento patriarcal, à mulher caberia as atividades do aspecto privado, isto é, ligadas ao lar e à reprodução e ao homem caberia as atividades externas no universo público, como o trabalho assalariado para prover a família.

identidades padronizadas e fixas. No caso da mulher, pode-se perceber que dentro das famílias atuais existem várias formas de “ser mulher”, ou seja, da mulher construir a sua feminilidade e identidade própria. Portanto, não existe uma categoria fixa de mulher, e sim, existem várias formas dessas mulheres se projetarem na sociedade. Por exemplo: a mulher pode escolher inúmeras possibilidades de profissões, pode casar-se e se divorciar inúmeras vezes, pode optar por uma vida de solteira, ser mãe solteira, ou seguir o padrão clássico de dona de casa e de mãe. Estas diferentes formas de projeção da identidade feminina no social e nos diferentes contextos de formação familiar são construídas e legitimadas socialmente.

Embora o ser humano esteja imerso em um emaranhado de relações sociais, sempre resta uma margem de manobra individual para fazer escolhas que satisfaçam aspirações íntimas. O seguinte depoimento nos leva a perceber essa ideia:

Um dia eu disse à mãe: “eu vou sair pelo mundo atrás de emprego, porque eu quero construir uma casa para os meus filhos.” Ela disse: “pra quê? Se Joel não deixa tu trabalhar. Eu botei os meus filhos no mundo e sou responsável por eles”¹⁰.

Analisando o depoimento anterior, observa-se que a vida contemporânea oferece as condições favoráveis para que ocorra uma série de modificações dentro dos projetos de vida dos indivíduos. O conjunto de mudanças na estrutura das famílias, os processos de construção das identidades masculinas e/ou femininas, e os conflitos ocasionados por estas transformações sociais são um instigante desafio para a análise sociológica. Na vida das mulheres, a abertura ao mercado de trabalho veio como um desafio a mais agregado aos serviços da casa e com os filhos.

Segundo as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, o trabalho as liberta da prisão que para elas representa a rotina doméstica. Embora mantendo a responsabilidade pelos ofícios domésticos, o fato de sair de casa para trabalhar fora lhes permitem experimentar que sua presença no lar seja valorizada e reconhecida. O simples fato de ter outra ocupação, além da casa e do cuidado dos filhos, coloca a mulher em contato com diversas situações que antes eram ignoradas, exigindo dela outros vieses de conhecimentos. O lucro do salário recebido por conceito do exercício do trabalho assegura às mulheres independência financeira e as livra do que elas apontam como constrangimento contínuo: pedir dinheiro ao marido e justificar sempre em que elas irão usar o dinheiro.

¹⁰Dona Toinha, 55 anos, contando como foi a sua mudança de projeto de vida, uma vez que o marido ganhava muito dinheiro, mas gastava tudo em farras e com outras mulheres. A casa que eles moravam tinha caído e ela estava com seis filhos morando na casa na mãe sem ter para onde ir.

Pensar nos projetos de “emancipação” das mulheres ou nas que, ao contrário dessas, ainda estejam subjugadas a uma determinada forma de relação conjugal ou de domínio do marido, é um desafio muito complexo no estudo das relações sociais. Remete-nos a pensar em outras causas que justifiquem formas de dominação diferentes das relacionadas com questões materiais, a debruçar-nos no universo da subjetividade na qual estão envolvidas as relações sociais. A subjetividade refere-se ao conjunto de dimensões interiores que se desdobram nos indivíduos e que lhes condicionam a agirem de determinada forma.

A “emancipação da subjetividade” feminina e as transformações nos modos de pensar e de sentir das mulheres possibilitam a modificação da forma pela qual elas se veem a si e enfrentam relações fundamentadas na opressão, no medo, em práticas de violência simbólica. Emancipadas dos esquemas subjetivos que as submetiam a formas de dominação, as mulheres passam a buscar o que elas entendem como o melhor caminho para realizar as aspirações legítimas de suas próprias vidas. Para observar as nuances desse processo traremos elementos que, de certa forma, modificaram a vida das mulheres, fazendo com que elas passassem a reivindicar direitos sociais e políticos nas suas relações de gênero.

Vislumbrando estas e outras questões, torna-se necessário imergir nas teorias que tentam explicar os porquês da Divisão Social do Trabalho, das questões das diferenças de gênero, dos embates teóricos dentro do próprio movimento feminista e do pós-feminista. Embates estes que sugerem igualdade entre homens e mulheres e dos que acreditamos ser mais válido ressaltar e defender a conscientização das diferenças e o incentivo ao respeito da alteridade nas relações de gênero.

Na coleta de dados empíricos, percebemos que em muitas entrevistas surgiram reclamações das mulheres com a dupla jornada, com as injustiças sociais de que elas eram supostamente as vítimas, a revelação das estratégias das mulheres orientadas a frear a “dominação do masculino” em seus relacionamentos conjugais e profissionais. Assim, da combinação de reflexões teóricas e de observações empíricas, surgiu a necessidade de lançar um olhar epistemológico no intuito de problematizar as diferenças entre os gêneros, a fim de determinar os discursos e as facetas de resistência ao sistema de dominação masculino, bem como identificar as permanências e as mudanças dos mecanismos sociais que permitiram que as mulheres reproduzissem em si a submissão ao que o sistema legitima como sendo de posição inferior. Pretendeu-se também observar as conquistas das mulheres voltadas

para a gradativa conscientização de sua individualidade, valor e competência para desempenhar identidades e representações diversas dentro do âmbito social.

As relações de gênero estão emolduradas em um processo cultural, político e social amplo. Na dinâmica desse processo, o gênero representa o espelho do poder social do homem e da mulher. Deste modo, o gênero como categoria analítica pode ajudar a perceber as dimensões da desigualdade social e política estabelecidas dentro de um determinado contexto social. A importância da categoria “gênero” para os estudos de mudanças da identidade feminina advém do caráter de problematizar as tensões de dominação e resistência entre homens e mulheres.

No processo analítico realizado nesta pesquisa, o gênero é um conceito necessário para explicar os impactos na vida da mulher em decorrência da sua inserção no mercado de trabalho. No caso das mulheres analisadas, as que se inseriram no mercado de trabalho depois de terem experimentado por algum tempo a dependência econômica de seus maridos, pretendeu-se indagar sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas a partir da experiência de sair diariamente de casa e auferirem salário em decorrência do exercício de seus trabalhos.

Sendo moradoras de bairros periféricos da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, partiu-se do pressuposto que essas mulheres enfrentaram uma série de desafios e tiveram que fazer muitas negociações com os membros de seu núcleo familiar para poder “arranjar” um emprego. Por influência do ‘machismo’, como um traço de comportamento recorrente no homem nordestino, a ausência do lar, a vida na rua, o trabalho remunerado para “dar assistência a casa”, são tidos como competências exclusivas do homem. Para algumas pessoas, principalmente moradoras dos bairros populares, é comum reconhecer que “o lugar da mulher é em casa”. Para a sociologia das relações de gênero, essas formas de distribuição dos espaços fazem parte de conjunto de estratégias que reforçam a dominação masculina.

Segundo Bourdieu (2009), as diversas instituições sociais criam estratégias específicas orientadas a disciplinar os corpos, inscrevendo ou reforçando neles marcas de gênero. Como explica o autor, as relações de dominação se inserem no corpo e na subjetividade dos indivíduos como um *habitus* ou identidade estável. Elas são somatizadas e naturalizadas numa relação de causalidade circular entre as estruturas objetivas do espaço social (roupas, brinquedos, espaços de meninos e de meninas) e as disposições psicossomáticas produzidas nos sujeitos (preferência por bolas ou bonecas, matemática ou português, rebeldia ou obediência); as relações de

dominação constituem expectativas coletivas inscritas nos ambientes que reproduzem a oposição entre mundo público/produtivo/masculino e mundo privado/reprodutivo/feminino.

Para captar o processo de desconstrução do *habitus* patriarcal, estabelecido no contexto social que obriga as mulheres por nós observadas, o conceito de *habitus* cunhado por Bourdieu¹¹ tornou-se fundamental. Ele se refere a disposições de prescrições de comportamento que podem ser duráveis e transponíveis. Em outras palavras, as maneiras de pensar, sentir e agir que o *habitus* prescreve acompanham o indivíduo no deslocamento de espaços e de contextos sociais. Mimetismo é a imagem utilizada por Bourdieu (2009) para se referir ao trabalho pedagógico contínuo de transformação dos corpos e das mentes em *habitus* masculinos ou femininos duradouros, pelas de injunções arbitrárias, apelos à ordem, prescrições e proscições silenciosas ou explícitas, e da construção simbólica da visão do corpo. Assim, o *habitus* de gênero se expressa como investimentos ou abstenções, coisas “naturais” ou impensáveis, normais ou extraordinárias para um homem ou uma mulher que participa de tal ou qual condição.

Seguindo o pensamento do mencionado autor francês, a família, a escola e a educação primária são os espaços onde se pode perceber um maior favorecimento aos meninos, mediante práticas e discursos onde são reforçadas as diferentes formas de certa libido *dominandi*. As meninas são excluídas do jogo do poder e educadas para entrarem nele por procuração, isto é, em uma posição ao mesmo tempo exterior e subordinada, desenvolvendo manifestações de impotência que dão a impressão de precisar de atenção afetiva e de cuidado do homem.

Da mesma forma, Bourdieu (2009) ressalta que a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes é uma construção prática resultante de um poder inscrito duradouramente no corpo dos dominados, sob forma de esquemas de percepção e de disposições orientadas a admirar, respeitar, amar ou tolerar determinadas imposições sociais. Essas disposições impõem os usos legítimos do corpo, sobretudo os referidos ao âmbito sexual, tornando-o sensível a certas manifestações simbólicas do poder. Assim, o *habitus* dominante ou dominado, produto de um trabalho social de nomeação e inculcação, relação social somatizada, lei social incorporada, é

¹¹Este conceito de Bourdieu aparece praticamente em todas as obras do pensador francês. Uma opção de citação é *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

vivenciado dentro da lógica do sentimento ou do dever: os conhecimentos incorporados pela força desse *habitus*, podem sobreviver durante muito tempo, mesmo depois de desaparecidas suas condições sociais de produção ou mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais - direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive às políticas - são adquiridas.

A escolha da categoria “*habitus* feminino” vem tomar o lugar da categoria gênero. Ele evoca os traços de ordem psicológico, social e cultural incorporados por homens e por mulheres. Traços esses que têm sua gênese na dinâmica das interações sociais, mas não em aspectos genéticos ou biológicos, como ocorre com os elementos corporais que configuram o sexo masculino ou feminino. Dessa forma, torna-se evidente que gênero é a compreensão de que a condição de ser homem ou ser mulher é construída socialmente. Esse fato leva-nos a entender que falar em gênero é falar de uma relação conflituosa no âmbito das interações humanas. Seguindo essa linha de pensamento, a instrumentalização do conceito de *habitus* nos leva a mergulhar nas sutilezas, por vezes imperceptíveis, do enunciado que afirma que o gênero denota certos aspectos da vida humana socialmente construídas. Como por exemplo, a possibilidade de se investigar as maneiras de pensar, sentir e agir que compõem este *habitus*, além da possibilidade de se problematizar as mudanças de *habitus* mediante os acúmulos de capital social, cultural e econômico.

Sem perder o foco das contribuições de Joan Scott (1990) em torno da categoria de gênero, seguimos também pistas analíticas de autores que nos desafiam a pensar que, em certa medida, as relações sociais são baseadas em interações conflituosas e em disputas de poder. Entre esses autores ganham destaque os franceses Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Tomamos de Foucault a ideia de que os indivíduos possuem diferentes poderes e de que todos têm parcelas de poder que exercem de formas diferentes, sustentando assim a ideia de que as mulheres não são apenas submissas em suas relações, pelo contrário, as mulheres dominam tanto quanto os homens com estratégias diversas no dia a dia.

Analisando as relações de poder nas suas expressões de dominação e resistência, as contribuições de Bourdieu são importantes por inserir a possibilidade de analisar as relações de dominação e resistência em níveis simbólicos, que são formas de usar o poder pelos discursos, controle, proibições, insultos, humilhações,

entre outras formas de agir, por vezes sutis, que contribuem ao processo de reprodução da ordem de dominação masculina.

Como resultado da análise das entrevistas, foram mapeadas duas formas diferentes da mulher se posicionar em torno do *habitus patriarcal*. A primeira delas poderia ser definida como a da mulher submissa ou subordinada, com um *habitus* arraigado nos moldes da família patriarcal. A segunda forma de se posicionar pode ser apontada como a da mulher resistente, da mulher que possui um acúmulo de capital simbólico que lhe impulsiona a resistir à dominação e, em muitas ocasiões, a disputar o poder de dominação com os homens. Neste segundo tipo, algumas das mulheres¹² foram submissas por alguns anos e aprenderam a se tornar resistentes mediante o acúmulo de experiência e de outros capitais simbólicos.

Para executar essa pesquisa, orientados por contribuições teóricas de alguns autores da sociologia, fez-se a coleta de dados empíricos abordando mulheres que correspondiam a alguns interesses e que por diversas razões se congregam na escola Maria de Souza¹³. A iniciativa de entrevistar as mulheres vinculadas à mencionada escola procedeu da informação que nesse lugar seria possível encontrar mulheres que ingressaram no mercado de trabalho depois de terem construído vínculos conjugais. Constatamos que elas são moradoras de bairros de periferia da cidade que em certa medida tiveram que assumir certos posicionamentos em suas relações conjugais para poder conquistar um espaço no mercado de trabalho.

Para realizar a coleta de dados empregou-se como técnica principal a entrevista, cuja finalidade é a de obter dados revelados em opiniões e atitudes dos indivíduos em relação ao fenômeno social que se pretende estudar. Optou-se pela entrevista por ser uma técnica familiar e por que favorece o armazenamento de dados mediante o uso de diversos recursos técnicos, como gravadores de vídeo, de áudio, agenda de anotações ou registros fotográficos. Com os recursos que a entrevista oferece, apreendem-se opiniões, trajetórias de vida, sentimentos exteriorizados nas manifestações faciais de medo, insegurança, tristeza ou alegria; olhares, sorrisos,

¹²O fato destas mulheres se posicionarem como resistentes em busca a uma posição de emancipadas não quer dizer que elas tenham se livrado totalmente da opressão. Elas são ainda oprimidas, mas procuram minimizar esta dominação com 'armas' do seu cotidiano.

¹³A escolha desta escola deve-se a abertura da própria escola para que se pudesse realizar as entrevistas com professores, alunos e funcionários, no horário de funcionamento da escola. A concessão para as entrevistas veio em razão de a pesquisadora ter trabalhado alguns meses nesta escola no ano de 2009, ficando mais fácil uma aproximação com as entrevistadas e a própria circulação na escola.

lágrimas e tantas outras formas de comunicação não verbal que permitiram mergulhar nas formas de resistência, submissão ou negociação utilizadas pelas mulheres perante a força imperante da dominação masculina.

Sendo um estudo com pretensões específicas, a utilização da entrevista demandou um alto grau de treinamento. Como adverte Pierre Bourdieu (1998:37) *“Sempre que o sociólogo for inconsciente em relação à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os sujeitos implicam em suas respostas”*. Desta forma, para facilitar a sintonia entre as declarações dos depoentes e o objetivo procurado pelas perguntas formuladas na entrevista, elaboraram-se as perguntas que foram formuladas em um momento posterior às primeiras abordagens do campo de pesquisa. A aproximação prévia do microcosmo social das mulheres, apontadas como objeto desse estudo, tornou-se uma estratégia importante que ajudou a configurar um guia de questões adequado para obter a confiança das entrevistadas e dessa forma evita influenciar suas declarações. Acredita-se que, pelo fato de se ter procedido dessa maneira, as informações adquiridas podem assegurar o valor científico dos dados obtidos pela técnica da entrevista.

A intenção desta pesquisa foi a de trabalhar com um viés qualitativo para perceber as estratégias de poder masculinas e as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres para conservar seu vínculo laboral. O número de entrevistas e de depoimentos que foram coletados não foi determinado a priori. Acredita-se que, pela especificidade da pesquisa qualitativa, o princípio de saturação é o mais indicado, principalmente em se tratando de pesquisa qualitativa. O princípio de saturação aponta o que determinará a quantidade de sujeitos e de entrevistas, respectivamente, serão as originalidades dos dados e pistas que possam alimentar novas perspectivas à investigação.

As entrevistas obedeceram a um roteiro. Este foi feito para orientar as atividades, além de promover a síntese das questões da pesquisa estruturada pelos objetivos do projeto. As questões dos roteiros contêm uma visão geral das teorias sobre o tema e ao mesmo tempo tem a tentativa de aprofundar aquilo que já se sabe sobre a vida das mulheres em família. O roteiro¹⁴ foi dividido em algumas sessões para estimular a fala das mulheres de forma mais direcionada. Em cada sessão era

¹⁴O roteiro das entrevistas encontra-se anexo.

suscitada uma série de informações chaves para a análise. Resumidamente as sessões foram: informações pessoais, trajetória de trabalho, rotina e divisão social do trabalho em casa, a representação social dela, isto é, como ela cuida de si; os desafios enfrentados para estudar, casar e trabalhar; os planos profissionais e projetos de vida; a rotina com o marido, a maternidade e suas implicações na vida de mulher.

Foram realizadas trinta entrevistas entre o período de 22 de agosto e 16 de setembro de 2011 com professores, funcionários e alunos dos três turnos da escola. A idade das mulheres variou entre vinte e três e sessenta e cinco anos. Acreditamos que a amostra de dados obtidos foi suficiente para os fins da pesquisa. Esses dados apontaram importantes variáveis, porém a quantidade analisada não foi representativa para a generalização das mulheres de Campina Grande-PB.

Antes ou depois das entrevistas, tentou-se ao máximo o entrosamento para ganhar mais espaço entre elas a fim de observar como elas interagiam umas com as outras. E constatou-se que por mais variados que os assuntos pudessem ser ditos entre elas, tudo terminava se encaixado de alguma forma com o marido, com os filhos e com a rotina de casada. As que sofreram no passado com o marido exortavam as outras a como se livrar da dominação dos homens. Mas vale ressaltar que elas não utilizavam estes termos. A aproximação prévia da pesquisadora com o universo das mulheres da escola Maria de Souza permitiu a obtenção da confiança para evitar a influência nas declarações, acentuando o caráter científico dos dados obtidos por essa técnica.

No primeiro contato procuramos nos apresentar e esclarecer os motivos da entrevista e explicar um pouco do trabalho e da importância da colaboração delas para a pesquisa. Deixamos as entrevistadas cientes de quais temas elas versariam e de que não tínhamos a intenção de censurar nem comprometer-las diante de nada. Em virtude disso, comprometemo-nos com o sigilo de suas identidades argumentando que as elas seriam citadas na dissertação por nomes fictícios.

A fim de manter desde o primeiro contato um ambiente de credibilidade e confiança, informamos às mulheres a sua importância em contribuir com a pesquisa, além da disponibilidade e satisfação em ouvi-las. Deixando claro ainda que o desejo do pesquisador seria o de ouvir as suas visões de mundo, junto com as suas experiências, sem a pretensão de criticá-las ou distorcer as suas ideias.

A motivação pessoal da autora para a realização desta pesquisa foi a proximidade dela com mulheres que ocupam lugares de chefia de família e alcançam

satisfação profissional, mas que ao mesmo tempo têm que conviver com as implicações da sua decisão profissional nas suas relações afetivas e conjugais. O foco da pesquisa foi definido mediante a formulação de questionamentos em torno das inquietações das representações sociais e das cobranças que sobrecarregam e oprimem a imagem da “mulher cabeça da família”. Com o auxílio das teorias sociológicas sobre dominação masculina, gênero e poder formulou-se um conjunto de problemáticas para entender em que medida a sociedade representa o imaginário de uma mulher vítima, oprimida, submissa e dominada pelos homens, contrapondo com a representação social dos homens como machões dominantes e insensíveis à sobrecarga de trabalho da mulher.

A estrutura textual de apresentação da pesquisa segue este percurso: O primeiro capítulo é dedicado à apresentação geral da temática em estudo, junto com o aprofundamento dos conceitos que serviram de base para os apontamentos e análise dos capítulos posteriores. No segundo capítulo explicitamos a análise das entrevistas realizadas com as mulheres tendo, o objetivo principal desse capítulo é o de analisar como a entrada da mulher no mercado de trabalho afetou a manifestação de poder entre ela e o marido e quais os desafios, encontrados para que elas desempenhem a dupla jornada e quais as modificações da vida da mulher com a sua imersão no mercado de trabalho. No capítulo terceiro apresentamos como as mulheres percebem e lidam com a dominação masculina na sua vida familiar e profissional, da mesma forma exploramos as estratégias usadas pelas mulheres como resistência à dominação masculina. Por fim, apresentamos as considerações finais obtidas ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO I

COISAS DE MULHER: CONCEITOS E DEBATES NORTEADORES DA PESQUISA

A sociologia é um conjunto disciplinado de conhecimentos e de práticas que consideram questões sobre a sociedade e as relações sociais. Nos aportes teóricos desta ciência temos um constante fluxo de ideias e estudos originais, mas que constantemente se renovam. A pesquisa social é um grande contribuinte para a atividade contínua da sociologia, a qual se apoiando em dois pilares para a construção interpretativa da realidade social: o referencial teórico e os dados empíricos.

Foi pelo contato com uma pequena fração da sociedade que abordamos os sujeitos, no caso as mulheres, para chegar à conclusão de como o seu *habitus* patriarcal¹⁵ é afetado quando ela entra em contato com o mercado de trabalho, modificando a sua forma de ser, de pensar e de agir nas suas relações sociais. Isto somente foi possível entendendo que essas agentes individuais tornaram-se objetos de estudo por serem conectadas a uma rede social de interdependência, que permite a interpretação de como elas se relacionam entre si e com o mundo social. Entendemos por *habitus* patriarcal o conjunto de disposições duráveis e transponíveis, no conjunto dos sentimentos, pensamentos e ações que as mulheres adquiriram em meio à sociedade patriarcal. Esta sociedade teve como característica principal a dominação masculina em todos os setores da sociedade principalmente nas relações de gênero.

Com o desdobramento das Ciências Sociais, o arcabouço teórico tem-se ampliado de forma bastante significativa. Os pesquisadores sociais dispõem hoje de uma grande quantidade de categorias analíticas que podem ser instrumentalizadas nas mais diversas abordagens dos fenômenos sociais. No âmbito da sociologia das relações de gênero, constata-se que a partir da década de 1960 houve um grande esforço por consolidar uma área da sociologia que até então não tinha usufruído da atenção necessária por parte dos cientistas sociais.

Este primeiro capítulo descreve o posicionamento teórico desta pesquisa em relação ao objeto de estudo. A primeira consideração que sugerimos está ligada à

¹⁵ Para saber mais sobre o patriarcalismo ver: FREYRE, Gilberto de Melo. Casa-Grande & Senzala. 12ª ed. Brasileira: Brasília: Universidade de Brasília, 1963; CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal. In: colcha de retalhos. ARANTES, A. Augusto. (ET AL) São Paulo: editora Unicamp, 1994; e REGO, Jose Lins do. Menino de engenho. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

contestar a compreensão de uma categoria fechada, fixa, estanque, de “mulher”, de “homem” e de “família”. Considerou-se que estas categorias não devem ser entendidas como conceitos que denotam indivíduos que por estarem inseridos em um determinado espaço da vida social que apresentam traços de comportamento, pensamento ou sentimento homogêneos e, portanto, indistinguíveis. A experiência de trabalho empírico nos leva a perceber essas categorias como denotativas de um conjunto de indivíduos que são diversos em seus comportamentos, sentimentos e ações.

Em razão da dinâmica incessante da vida coletiva, sabe-se que conceitualizar o ser humano em suas múltiplas manifestações não é tarefa fácil. Partindo da observação das mulheres pode-se dizer que taxá-las de determinados rótulos como, por exemplo, de submissas, incapazes e frágeis, é tentar construir uma imagem incompleta e generalizada ao seu respeito. No cotidiano social temos uma diversidade de representações que os indivíduos podem vivenciar. Podemos afirmar que de uma geração para outra, muitas maneiras de interpretar a realidade foram substituídas por novos padrões de comportamento e essas estratégias de viver em sociedade foram se instalando. Porque a nossa realidade cultural não é fixa, ela se modifica e se adapta às necessidades das estruturas sociais. O melhor modo de analisar estas mulheres é o de dar ouvido ao que elas próprias têm a dizer de si e de suas experiências, e enxergar além do não dito para poder representar as suas experiências cotidianas.

A partir da década de 1960 se desenvolveram uma série de perspectivas teóricas que deram sustentação para a análise das relações de gênero. Neste trabalho tomamos como principais aportes teóricos os conceitos sugeridos por Pierre Bourdieu. De sua teoria destacamos os conceitos de *habitus*, *capital simbólico*, *dominação masculina* e *violência simbólica*. Com esses conceitos pretendemos captar as interações entre homens e mulheres perpassadas de disputa por *bens simbólicos*, na tentativa de se manterem numa posição favorável dentro do *campo* ao qual pertencem. Em conjunto com a percepção do *habitus* como sendo a natureza cultural construída nos indivíduos, adotamos também o conceito de *gênero* como uma categoria importante que define as relações entre homens e mulheres, entre homens e homens, e mulheres e mulheres, relações estas que se baseiam na construção do *habitus* e do capital simbólico. Tomando as relações de gênero como conflituosas, consideramos oportuno refletir em torno do conceito de poder.

1.1 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FEMINISTA

O feminismo enquanto movimento social, e em consequência das diferenças de enfoques em suas análises e debates, pode ser dividido em três fases. A primeira fase iniciada no final do século XIX, com representantes na França e nos Estados Unidos, tinham como interesses principais defender melhores espaços e condições sociais para as mulheres. As propostas giravam em torno dos direitos políticos para que os mesmos fossem estendidos também para as mulheres. A segunda fase foi a partir dos anos de 1960 até os anos de 1980. Nela tivemos a grande expansão do movimento feminista, de teorias e debate de outros temas relacionados à vida de homens e mulheres, como as correntes ligadas ao corpo e ao prazer e outras interessadas em perceber a convivência entre homens e mulheres como relações de poder e de desigualdade. Daí surgem as teorias sobre o patriarcalismo que tinham como eixo o debate sobre os papéis sociais mais ou menos fixos para homens e mulheres. Papéis que fixavam as mulheres ao domínio da vida privada e os homens à vida dos ambientes públicos. A terceira fase começou nos anos de 1980 e vem sendo feita até os dias de hoje. É válido salientar a maneira pela qual as perspectivas atuais refletem a mentalidade daqueles e daquelas que exploram o gênero como uma categoria de análise em diversas estruturas temáticas da sociedade e da história dos indivíduos. Os significados que damos ao corpo, às identidades e ao gênero, assim como nossas preocupações enquanto pesquisadores, refletem a ampla relação com outros fenômenos históricos e sociais.

Enquanto corrente ideológica, o feminismo não encontra adeptos somente do sexo feminino. Ele abrange tanto homens quanto mulheres que se identificam com seus pressupostos teóricos e com suas tentativas de intervenção social. A categoria de “gênero¹⁶” foi utilizada para indicar as identidades sociais diferentes entre homens e mulheres. O início do uso se deu por meio da própria regra gramatical que usa “gênero” para distinguir o masculino e o feminino. E neste momento o “gênero” entra nas discussões como o conceito mais adequado para distinguir aqueles aspectos da vida humana que resultam do determinismo da condição biológica daqueles aspectos atribuídos socialmente ao homem ou à mulher em decorrência da sua dimensão sexual masculina ou feminina. Dessa sorte, o conceito “gênero” tornou-se

¹⁶Foi na segunda fase do feminismo que surgiu a utilização do conceito de “gênero” sendo usado para explicar a opressão e submissão das mulheres.

uma das categorias analíticas centrais nos processos de compreensão da construção social do ser masculino e/ou feminino.

Antes disto, o que era utilizado para expressar as diferenças entre homens e mulheres era a própria especificação da mulher e do homem. A utilização do conceito gênero foi instrumentalizada justamente para superar a ideia do universalismo dos aspectos que caracterizam o sexo masculino. Essa ideia, em certa medida, se alicerça nas regras linguísticas que, de maneira genérica, fazem uso de certos termos para denotar generalidades. Nesse sentido, o substantivo “homens”, no plural, serve para denotar a condição humana, fechando as possibilidades de utilizar outros termos para denotar as peculiaridades dos agentes que constituem o social. Assim, antes da propagação do conceito “gênero”, o termo “mulher” era evocado para enfatizar particularidades tangenciais da dinâmica da vida social, uma vez que o conceito “homem” era tido como universal para se referir às diversas implicações da condição humana.

O feminismo colocou em pauta de discussão questões que eram reconhecidas pelo senso comum, mas não discutidas no âmbito científico. Entre essas questões, podemos destacar as seguintes: a formulação das identidades sexuais e de gênero: homem/mulher, filho/filha, pai/mãe, homem/homem e mulher/mulher; o questionamento da clássica separação do público – privado; a divisão sexual do trabalho, o papel social da família, a representação social do exercício da sexualidade e do homossexualismo, entre outros assuntos.

É válido ressaltar que na nossa perspectiva a luta feminina é algo que busca clarear as “diferenças” entre os gêneros e não as “desigualdades”. Quando se coloca ênfase nas “diferenças” entre “homens” e “mulheres” pressupõem-se que deve haver respeito pelas “diferenças” do outro. Neste caso, todos seriam “iguais” por terem “diferenças” que precisam ser entendidas e consideradas como limitações da vida do outro. Por outro lado, quando as feministas admitiram a “desigualdade” suprimiram as “diferenças” e colocaram o homem com sendo superior à mulher e habilitado para dominá-la nas variadas situações da vida coletiva.

A necessidade do direito público elencar cláusulas que venham defender os direitos das mulheres deixa subentendido que a própria sociedade vê a assimetria que existe nas relações entre o homem e a mulher. A “igualdade” afirmada pela lei dos direitos humanos, pelo que se observa na realidade empírica ainda não se concretizou

no seio da sociedade¹⁷. A “igualdade” de direitos do homem e da mulher é um processo que está acontecendo gradativamente. As leis que expressam punições contra os que praticam alguma forma de violência contra mulheres mostram que existem punições diferenciadas nas quais não se consideram homens e mulheres como iguais. Para que exista uma determinada lei tem que ter o pré-requisito de barrar e punir algo. A pressuposição da lei destaca as diversas manifestações de poder. Fica subentendido que a conscientização da “diferença” e do respeito que deveria haver entre os indivíduos ainda não atingiu toda a sociedade. O próprio código civil afirma que as mulheres devem ser julgadas com padrões diferentes devido à opressão que existe sobre elas. Touraine (2007) afirma que as mulheres não se consideram vítimas, mesmo quando sofrem violências ou injustiças. Segundo o mencionado autor, a preocupação das mulheres é a de trazer novos projetos que transforma a sua identidade e as relações dentro da família. O feminismo surge como a concreção desse empenho.

De fato, o feminismo emerge como um movimento que se pronunciou em defesa da mulher, mas que ao mesmo tempo não conseguiu compor um conceito que englobasse as necessidades e reivindicações de todas elas. Melhor dizendo, o feminismo ainda não respondeu à pergunta: quem são elas? Quem são as mulheres sujeito do feminismo? Quando elas gritavam afirmando que as mulheres eram oprimidas pelos homens, quem eram essas “mulheres” e esses “homens”? “Homens” opressores! “Mulheres” oprimidas! Diante disso, o nosso posicionamento é o de trazer a categoria “mulheres” e não “mulher” para dar conta da variedade de identidades e modos de ser mulher.

Olhar para as mulheres como uma categoria que contém mulheres diferentes permite fugir do “sexo” como aquele que determina o comportamento e a personalidade do “ser homem” ou do “ser mulher”. Para Maria Pedro (2005), “mulher” é diferente de “mulheres”. O primeiro termo seria referente a uma especificidade histórica e social de uma forma de “ser mulher”, enquanto que o segundo fornece o sentido de agrupar todas as possíveis representações de mulheres, em oposição ao “ser homem”.

Sendo assim, existem diferenças internas na categoria “mulheres”. Devemos ser competentes de formular um conceito de “mulher” capaz de dar conta das

¹⁷Para saber mais consultar Helena Hirata (2009). Dicionário Crítico do Feminismo, Verbetes igualdade.

semelhanças e das diferenças que se cruzam dentro desta categoria¹⁸. Uma das possíveis formas é a de perceber que o corpo se torna uma variável cujo sentido e importâncias são reconhecidas como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. Além disso, nos desperta para a importância de que o conceito de “mulher” está agregado a um movimento político, e por isso, ele deve refletir as diversidades dos sentidos de ser mulher de todas as mulheres, pois mulher além de tudo é um conceito político.

Conceber a categoria “mulheres” dentro de um arcabouço político equivale representar democraticamente estas mulheres, além de abarcar as interpretações da mulher pelo que esta se sente como mulher. O conceito, portanto, deve ser democrático, ou seja, acessível e representativo de todas as mulheres. Deste modo, a análise de categoria “mulher” deve vir atrelada ao jogo de significações e sentidos diversos dentro desta categoria¹⁹. É nesta perspectiva que nos apoiamos para desenvolver a análise das “mulheres”. Tal análise deve estar relacionada com o contexto, espaço e conjunto de significações específicas.

Antes dos debates do movimento feminista, a sociologia percebia a família como uma instituição social que tem como função primordial a socialização das crianças e a reprodução de valores ideológicos e culturais²⁰. As Ciências Sociais tinham a percepção da família como uma instituição homogênea, onde existia um modelo padrão de família. Os objetos sociológicos e antropológicos ligados à família enfatizavam a perspectiva das relações de parentesco, as linhagens de consanguinidade e o incesto. O tipo de família conjugal era tido como o legítimo modelo de família²¹.

¹⁸Linda Nicholson (2000) contribuiu para de perceber que o feminismo precisa largar a concepção do Determinismo Biológico para perceber as diferenças no comportamento e na forma de entender o corpo e conseqüentemente o gênero. As diferenças entre homens e mulheres seriam diferenças ligadas a estereótipos de personalidade e comportamento, mas também a maneiras variadas pela cultura de se entender o corpo. Este último é uma variável em que a cultura é a determinante, muito embora ele ainda seja usado fortemente na distinção do masculino e do feminino.

¹⁹Nicholson (2000) se apóia em Wittgenstein na sua teoria do jogo das palavras afirmando que a palavra “mulher” e o seu significado reagem de acordo com os contextos, tempos, espaços e sentidos que os próprios indivíduos dão a se relacionar com as “mulheres”.

²⁰Processo no qual as crianças passam a ser inseridas na vida social gradativamente. Bauman & May (2010) afirmam que somos socializados quando internalizamos as coerções sociais. Esta é o processo que transforma os seres para viver em sociedade com competências para se comportar de maneira aceitável.

²¹Os outros modelos que, por conseguinte, coexistissem na época, eram interpretados dentro das Ciências Sociais como desvios ou disfunções sociais. A sociologia vendo a família por esta perspectiva negligenciava as relações de poder existentes dentro da organização social.

Com a progressão dos estudos sociológicos ocasionados pelo próprio processo de mudança social, a sociologia passou a lançar um olhar para a divisão sexual do trabalho e sua incidência no processo de construção da família moderna. Nessa linha de pensamento, vale à pena resgatar as contribuições de Emile Durkheim. O autor compara a sociedade com um organismo vivo e afirma que os fatos sociais²² são *normais* quando se encontram em pleno funcionamento sem nenhuma disfunção. O oposto seriam os *fatos patológicos* que, seguindo a comparação com o organismo vivo, seriam aqueles fatos em que a sociedade apresente alguma anormalidade. Durkheim afirma que a Divisão Sexual do Trabalho é um fato normal para as sociedades. Sendo assim, para ele é legítimo a Divisão Sexual do Trabalho, pois ela gera a engrenagem coletiva e causa a dependência de um indivíduo com o outro para, dessa forma, articular os mecanismos que assegurem a existência do social. Com isto, Durkheim vê como legítimo e necessário o molde de família nuclear em que o homem teria a função de ser provedor, enquanto à mulher cabia a função da reprodução da família. Nas análises atuais, o modelo de família nuclear com os papéis fixos e pré-determinados para homens e mulheres é questionado e se analisam outras formas de funções e de identidade masculinas e femininas²³.

Em certa medida, a dinâmica das relações sociais de família e de gênero tem passado por um processo bastante significativo de mudanças. Podemos apontar como o começo desse processo o movimento das “mulheres” na revolução francesa, movimento esse que alcançou seu ápice nas marchas do movimento feminista espalhadas pelo mundo. Como expressão do auge desse processo podemos destacar os anos de 1960, os quais são considerados um marco para a compreensão das relações de família e de gênero. Na década de 1960 as feministas surgem como um movimento social que reivindica melhorias de vida para as mulheres. Com isso, gera-se uma discussão em torno da invisibilidade do trabalho doméstico e as mulheres começam a entrar nos bastidores das lutas sociais por melhores espaços dentro do mercado de trabalho, da cultura e da política, ao mesmo tempo em que alcançaram

²²Os fatos sociais são as manifestações das ações humanas em sociedade obedecendo às regras sociais da coerção social, isto é, a força do coletivo e da sociedade sobre a vontade individual de maneira decisiva. Obrigando os indivíduos a seguirem padrões e normas sociais por meio constrangimento. Os fatos sociais são considerados coisas, nisto são exteriores ao indivíduo e independente da sua vontade.

²³Pesquisas como a de Touraine (2007), Cláudia Fonseca (2000), Nancy Fraser (2009) mostram recortes sociais de famílias em que homens e mulheres desempenham novos papéis, além dos determinados pela divisão social do trabalho.

maior liberdade sexual e maiores possibilidades de transformação da sua identidade²⁴. Para isso houve várias manifestações das mulheres para conseguirem melhores condições de vida, de trabalho, de liberdade, entre outras.

As teorias feministas mudaram a forma de ver a família e dela retirar objetos de análise. A partir desta premissa passam a perceber a família como um lugar de relações de poder e de dominação, apontando-a como uma construção desigual e hierarquizada. Essa nova compreensão da família incluiu o espaço profissional do trabalho da mulher.

O saber tradicional apontou o serviço doméstico como uma obrigação apenas das mulheres e não reconheceu as atividades cotidianas domésticas como um “trabalho” como qualquer outro. Esta não percepção dos serviços domésticos como trabalho, em parte, foi consequência do processo de industrialização que colocou na invisibilidade todas as atividades humanas que não fossem remuneradas e que não estivessem voltadas para o mercado. Por outra parte, as teorias feministas passaram também a questionar o modelo da Divisão Sexual do Trabalho e de como ele afeta a reprodução de formas de vida familiar. Se aponta a Divisão Sexual do Trabalho como instrumento que demarca as funções próprias a serem exercidas pelo masculino e o feminino, fornecendo mais valor aquilo que era considerado como masculino. Questionou também certos posicionamentos sociológicos que percebiam as interações sociais dentro da família como “harmoniosas” e “igualitárias” e passaram a dar ênfase nas interações de poder dentro das relações de gênero.

Uma visão amplamente difundida sobre a distribuição do espaço social afirmava que o lugar da mulher era dentro de casa e que uma “boa” mulher e esposa era aquela que reconhecia o seu lugar perante a sociedade, lugar este que era sempre subjugada à autoridade do marido.

A sociedade por muitos anos tratou das mulheres da mesma forma como o fez com as crianças por muitos séculos, enxergando-as através de lentes de invisibilidade²⁵. Mulheres que não podiam se imaginar com determinadas profissões, mulheres que não podiam votar e que não podiam exercer livremente a sua sexualidade. Como tem ocorrido com a maior parte de grupos minoritários, na

²⁴A transformação da identidade feminina ocorreu de maneira significativa em decorrência da reconfiguração de seu próprio contexto social, o qual trouxe à mulher para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se expandiam as escolas e cursos profissionalizantes em busca de mão-de-obra qualificada.

²⁵Ariès (1978) trata disto no seu livro “História social da infância e da família”.

história das mulheres foram empreendidas grandes lutas que trouxeram vitórias que foram alcançadas em longos períodos de tempo. No entanto, ainda restam grandes desafios para os quais as mulheres podem continuar lutando.

No processo de pesquisa, com frequência nos deparamos com depoimentos de mulheres que se queixam por terem de exercer os papéis de mães e donas de casa como prioridade e por só poderem tomar iniciativa em relação a atividades profissionais quando a vida do lar lhes permitir. O fato não é que a vida de uma mulher dentro de casa impeça de elas trabalharem, mas estas mulheres, pelo grau de submissão, enxergam esse fato. No entanto, existem outras mulheres que pensam diferente, provavelmente por conta da sua rede de sociabilização que foi outra. A prioridade na vida dessas mulheres é a de construir uma carreira profissionalmente e a de alcançar a estabilidade financeira, bem-estar para si e para a família. Porém, casamento, filhos e a constituição de uma nova família, seria um fato secundário. Para mulheres que pensam deste modo, o casamento se torna bem mais difíceis de conciliar porque elas se revelam bem mais exigentes com os seus companheiros. As cobranças irão depender do tipo de relação que elas queiram estabelecer mediante as identidades que elas se empenham em construir.

1.2. GÊNERO E *HABITUS*

A categoria gênero sugere relações conflituosas entre homens e mulheres. Ela nos convida a dirigir nosso olhar crítico sobre o masculino e o feminino para identificar neles os aspectos que foram atribuídos a cada um em determinado contexto social. Deste modo, entendemos que a categoria gênero abarca uma série de regras e de identidades sociais de homens e mulheres que se modificam ao longo dos tempos. Essa categoria nos permite fazer uma separação do sexo biológico (macho e fêmea) do “sexo” construído (masculino e feminino)²⁶. Estes são dotados de identidades subjetivas próprias do “ser homem” ou “ser mulher”, que nos são ensinadas desde que nascemos.

As instituições sociais, a começar pela família, escola, o Estado, a igreja, entre outras, são as responsáveis pelo processo de sociabilização da identidade de gênero e de geração das crianças. O uso do conceito gênero como uma categoria

²⁶Dentro da bibliografia do feminismo existe uma ampla discussão em torno do que é o sexo como conjunto de aparatos biológicos e até onde ele determina ou é determinado pelo gênero. Para aprofundamento mais detalhado sobre essa questão sugerimos o livro “Problemas de Gênero” de Judith Butler (2003).

descritiva de análise, usada por muitos historiadores feministas conforme nos mostra Joan Scott (1990), se restringe a afirmar que as relações entre os sexos são sociais e descrevem os casos relativos às mulheres sem, portanto, criticar os paradigmas históricos e políticos existentes, para Scott, o uso da categoria gênero, além de não explicar porque as relações de gênero se constroem de tal forma, silencia enquanto ao por que funcionam ou mudam essas formas de relação entre os sexos.

A definição de gênero de Joan Scott (1990) se tornou clássica. Para a autora, o gênero se refere a uma categoria relativa de análise que é relacional, ou seja, não se pode falar de mulheres sem se referir aos homens em sua análise. E ao mesmo tempo não se pode debater esta categoria isolando-a de outras como: geração, identidade, classe, raça ou etnia.

Também é importante grifar o fato de que o conceito gênero para Joan Scott (1990), apesar de incluir o sexo, não é determinado por ele e nem determina a sexualidade. Devemos abrir espaço para enfatizar que se colocarmos o gênero como substituto do termo mulheres estaremos cometendo dois erros: primeiro enquadrando todas as mulheres como uma unidade de representações e identidades de gênero e segundo que a relação de gênero não indica apenas a relação homem-mulher, e sim as relações entre homem-homem, e mulher-mulher.

O destaque que modificou a forma de interpretar o conceito de gênero veio com a informação de que o gênero é construído socialmente, que esse denota um aprendizado que modela os significados para as diferenças corporais. Mas, que devemos entender por construção? Podemos aceitar qualquer coisa como construção social do gênero²⁷? Na busca pela interpretação da construção de gênero devemos atentar para estes significados e significações que os elementos culturais exercem sobre o subjetivo dos indivíduos, moldando as suas identidades. Nas palavras de Scott:

Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (SCOTT, 1990:84)

²⁷Buther (2003) enfatiza uma discussão quando descreve vários problemas em torno da concepção feminista de gênero, propondo que se deve considerar analiticamente o discurso como um forte elemento que constrói a identidade de gênero.

Dessa forma, fica o desafio de refletir sobre as variações e significados do “ser homem” e do “ser mulher.” O termo gênero reflete as relações sociais, contudo, ele por si não explica as construções, o funcionamento e as modificações ao longo dos tempos e espaços.

Para Scott (1990) são quatro elementos que compõem o gênero: a identidade subjetiva, que deve ter um referencial histórico e não unicamente psicológico; a percepção política e as instituições sociais; a noção de que gênero se baseia no sexo, mas não é determinado por ele; e por último que ele é uma forma de representação de poder. Esses quatro elementos não podem ser dissociados entre si, mas também não podem ser vistos como reflexos simultâneos uns dos outros. Entretanto, numa análise devemos nos remeter a todos estes elementos a fim de explicar a constituição do gênero e como ele é construído, porque se modificam, além de privilegiar a verificação da relação entre eles. As mudanças nas relações sociais são alterações nas relações de poder.

Por outra parte, o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, afirma que é a própria estrutura social, com as instituições sociais e a Divisão Sexual do Trabalho, que colocam os homens em situações privilegiadas. A dominação masculina encontra viabilidade para a sua reprodução no cenário social, por se inserir na vida dos indivíduos desde os seus primeiros meses de vida. Dessa forma, a dominação masculina é incorporada pelo indivíduo sob a forma de *habitus*. O gênero é construído de forma compulsória. A heterossexualidade de gênero torna-se correspondente com o aspecto corporal (biológico) que o indivíduo carrega passando assim a formar dois campos majoritários de indivíduos: o dos homens e o das mulheres.

Ambas instâncias, a heteronormatividade compulsória e as estruturas sociais, moldam o *habitus* de gênero como opostos e complementares. Entre outros atributos são inseridos no *habitus* dos indivíduos percepções, ações, sentimentos e pensamentos em todos os indivíduos. Esses atributos induzem a reproduzir a preponderância da representação androcêntrica da dimensão biológica e social, a qual é assimilada como senso prático e como aspecto inquestionável que dá sentido aos discursos e a determinadas práticas sociais. Por outra parte, é pertinente apontar que estas formas de conceber o conceito de gênero variam de acordo com as concepções feministas. Mas o que é comum a todas elas é o fato de conceber que as categorias

analíticas de homens e mulheres são construídas socialmente²⁸. Na execução de um processo analítico, as conotações da categoria gênero podem ser percebidas nas manifestações do *habitus* masculino e/ou feminino.

O *habitus* para Bourdieu é um saber social incorporado que age nos indivíduos para que eles possam se desenvolver dentro dos campos aos quais eles pertencem. É um conhecimento adquirido desde os primeiros dias de vida até o restante dela. Este saber transferível e durável rege as formas pelas quais os indivíduos pensam, agem e sentem. Ele não é fixo e pode variar de acordo com o capital simbólico adquirido dentro de um determinado campo. Os matizes de um determinado *habitus* se expressam nas variações de fala, em comportamentos culturais, habilidades, expressões corporais, entre outros aspectos.

Bourdieu (2009) afirma que o *habitus* é comparável a uma segunda natureza. Segundo ele, o *habitus* é adquirido gradativamente, na forma de conhecimento que os indivíduos internalizam para assumirem posturas para viverem no universo social. O capital simbólico que é adquirido com a constituição do *habitus* depende das práticas dentro do campo. É por isso que o *habitus* de cada mulher e de cada homem não pode ser dissociado das estruturas que os produziram e que os mantêm. Como o *habitus* tem uma característica de não ser fixo, ele pode ser modificado, desde que se passe por uma reflexão e um exercício gradativo de mudança. O ritmo, a profundidade e a velocidade da mudança dependem das estruturas e do contexto social.

Partindo para o cruzamento dos dados empíricos desta pesquisa com os aspectos teóricos, foram identificados dois tipos de posicionamento das mulheres perante o *habitus* patriarcal. Estes posicionamentos não têm referência direta com a idade delas, são expressões do capital simbólico que elas acumularam ao longo de sua vida. E que se torna evidente em diversas circunstâncias. Capital simbólico esta relacionado com o valor atribuído ao estudo por ela e por sua família, com a percepção de sua individualidade e com a valorização de suas habilidades profissionais (serviços domésticos e assalariados).

De acordo com a realidade empírica observada, os tipos *habitus* encontrados foram: O primeiro tipo é o de **Mulher subordinada**: *habitus* tipicamente patriarcal.

²⁸Simone Beauvoir também propôs que o gênero é construído socialmente. O sexo biológico é separado do gênero é uma construção social que é uma escolha, que envolve a subjetividade. Ver discussão sobre Beauvoir em Buther (1987)

Neste as mulheres não têm sinais de amor próprio, doam-se aos outros e se esquecem de si. A impressão que se tem é a de que as pessoas que estão ao seu redor não valorizam os seus esforços e por isso elas têm a estima baixa, são tristes, sem vaidade, conformadas com tudo, veem-se como vítimas e não conseguem perceber uma saída para mudar de situação. Não têm motivação nem ambições para mudar de vida. Elas têm em média quatro filhos e começaram a trabalhar depois dos filhos terem crescido. O segundo tipo é o da **Mulher resistente**: se mostra digna de si, com uma auto-estima expressada na vaidade com o corpo e na devoção à profissão. São esforçadas, alegres, destemidas; não são presas às atividades domésticas. Dividem o tempo entre estudar, trabalhar, cuidar dos filhos, casa e delas mesmas. Há neste *habitus* um cultivo muito forte do amor próprio. Esta mulher é dona de sua própria vida e, na maioria das vezes, tem a última palavra em casa. Toma as suas próprias decisões e depois apenas comunica aos demais, embora pareça que sua decisão foi negociada com seu companheiro. Possuem dois filhos no máximo. Casaram-se quando já estavam trabalhando. Algumas das mulheres resistentes tiveram duas etapas de vida em que elas passaram por um período para reformular o seu plano de vida. São felizes e ensinam a sua experiência de sofrimento com os homens e com a sociedade para as outras mulheres jovens. Tem uma capacidade de perdoar e de falar sobre o que sofreram apontando esse sofrimento como uma experiência que tiveram que passar.

1.3. A FAMÍLIA ALÉM DOS MODELOS

Para falarmos dos indivíduos e de suas identidades e relações entre si, não poderíamos dissociar estes sujeitos da discussão de família. Todos sabem o que é uma família, embora seja difícil para todos formularmos um conceito. A família está presente em todas as comunidades, até mesmo naquelas mais antigas. Chama-se a atenção para pensarmos desde então que não existe um único modelo de família.

A família como construção social, não obedece a padrões fixos e determinados. Elas se modificam com o passar do tempo e junto com a sua estrutura mudam também as subjetividades²⁹ dos indivíduos dentro delas. As transformações do modelo de família resultam numa modificação das funções de cada indivíduo dentro dela e, conseqüentemente, da sua identidade.

²⁹ Entende-se por subjetividade o conjunto de atributos pessoais abstratos dos indivíduos. A forma de pensar, de ser, de sentir. É o aspecto íntimo que cada indivíduo possui.

Mas, o que é família? Resumidamente podemos dizer que a família é uma instituição social que se modifica com história, apresentando formas e fins diferentes em cada contexto histórico. Ela abarca um conjunto de identidades, papéis e representações sociais diversos, por vezes previamente definidos. Assim sendo, ao longo da organização da vida social podemos afirmar que existem vários modelos de família, que não existe um padrão fixo que determine o que está dentro e o que está fora dela.

Na tentativa de estudar a família, conceitualmente foram sugeridas três grandes “tipos” de famílias. O primeiro deles é o da patriarcal, que agrupava famílias extensas, onde a sociedade girava em torno da autoridade, muitas vezes, abusivas do homem. Dentro desse modelo, os casamentos eram feitos de alianças entre famílias com interesses econômicos ou políticos. Havia uma grande opressão em relação à sexualidade feminina, onde a virgindade e fidelidade eram exigidas ao máximo. As mulheres tinham muitos filhos. No início não tiveram acesso ao estudo e nem a possibilidade de pleitear uma profissão. As mulheres ricas ficavam em casa o tempo todo sem fazer nada, só mandando nas escravas e as mulheres pobres trabalhavam como domésticas em suas próprias casas e em outras casas³⁰.

No segundo momento temos a família nuclear que se contrapõe ao modelo patriarcal. Reduzindo de tamanho, as famílias tornaram-se mais individualizadas devido à influência de algumas forças sociais, como a industrialização e a consequente Divisão Social do Trabalho as quais colocava a mulher dentro de casa e o homem na rua para trabalhar e trazer o sustento da família. O casamento passa a ser decidido pelos próprios cônjuges, baseados na busca pela reciprocidade do amor. No que diz respeito às mulheres, elas passam a gozar de uma maior liberdade. Usando métodos anticoncepcionais elas decidem quantos filhos querem ter. Com isso elas estudam, trabalham e ainda carregam a jornada que já era sua, qual seja a de mãe, dona de casa e esposa. O ritmo de vida abrandou os laços de parentesco, a família diminuiu de tamanho, e passa a ser considerado como família apenas o seu núcleo mais próximo: pai, mãe e filhos.

³⁰Vários autores discutem sobre as transformações sociais nas famílias e os tipos de arranjos dos indivíduos. Por exemplo, para compreendermos a família patriarcal temos Mariza Corrêa (1994) num texto que se tornou clássico para descrever a importância da família patriarcal. Contudo, enfatiza-se que algumas autoras feministas materialistas percebiam o tipo de família patriarcal dominante excluindo qualquer outra forma de família que subsistia com a patriarcal no mesmo período. Além de Corrêa, outras bibliografias interessantes para se perceber as mudanças nas famílias são Manoel Castells (2001), Giddens (2005), Vaistman (1994), Claudia Fonseca (2000) entre outros.

Por último, temos arranjos familiares que se formam dos mais variados tipos. A idéia do homem provedor, da mulher doméstica e mãe, fica comprometida. Divórcios e recasamentos se tornam frequentes. Uniões homossexuais passam a ser defendidas. A relação sexual antes do casamento não é mais um problema. Os conflitos de gênero passam a ser problematizados por teorias sociológicas e feministas. Dizer que estes modelos *heteronormativos* de família existiram, não é afirmar que todas as famílias eram assim, e que os indivíduos que pertenciam a elas se encaixavam nos papéis sociais pré-determinados socialmente.

Esta é, sem dúvida, uma das maiores críticas que podemos fazer às feministas do patriarcalismo, Numa sociedade, apesar de ter normas que agem coercitivamente no modo de vida dos indivíduos não necessariamente implica dizer que dentro da categoria de homens ou de mulheres todos sigam a mesma linha e sejam iguais. Em cada categoria existe uma multiplicidade de possíveis representações e identidades que estes indivíduos podem assumir. E inclusive, deve-se acreditar que estes elementos que compõem a vida social destes indivíduos não é fixo nem único, pelo contrário são múltiplos e estão em constante resignificação.

No processo de colonização brasileira tivemos por um longo período a família patriarcal como o primeiro modelo de família. A família patriarcal³¹ foi alvo de vários estudos de feministas dedicadas a refletir em torno do patriarcado. A representação social deste tipo de família no Brasil pode ser encontrada também em textos literários como, por exemplo, os livros do ciclo do açúcar de José Lins do Rego³². O destaque que na literatura ganha o modelo de família patriarcal indica que ela está presente no universo social. Mas, para que esses estudos se multipliquem, o que há de tão interessante neste modelo de família? Antes de responder, a esse questionamento é pertinente citar a definição de família patriarcal de Mariza Corrêa para ela, a família patriarcal é

[...] Um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais. Ela se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes

³¹ Analisando a família patriarcal, interessa-nos demarcar historicamente as transformações da família, além de situar os indícios históricos que temos sobre a dominação masculina. Acrescentado a isto o de problematizar as concepções generalizadas desta teoria, que põe todos os indivíduos como se tivessem a mesma identidade. O equívoco da teoria é o de determinar a categoria de “homens” como sendo composta de vários “homens” iguais e concebendo também a categoria de “mulheres” como uma, como se todos os indivíduos do patriarcado seguissem um padrão único identidade binária de gênero.

³² Composto dos livros: O Menino de Engenho (1986), Doidinho (1996), O Moleque Ricardo (1995), Banguê (1999) e Usina (1995).

unidades agrárias de produção - engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café - mantêm-se através da incorporação de novos membros, de preferência parentes. Legítimos ou ilegítimos, a extensos “clãs” que asseguram a indivisibilidade de seu poder, e a sua transformação dá-se por decadência, com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais sendo substituída pela “família conjugal moderna. (CORRÊA,1994:15)

Essa noção de “Família Patriarcal” corresponde a um momento importante na história dos estudos das relações de gênero. Quando tentamos perceber as tensões geradas nesse âmbito da vida social, é possível destacar a força das relações de poder. Foi nesses debates que descobrimos as origens da submissão feminina como modo de reprodução deste poder, monopolizado regularmente pelo sexo masculino. A mulher dentro da família patriarcal seria aquela responsável por reproduzir nos filhos o próprio sistema hegemônico das relações de poder. A crítica que podemos elencar às feministas do patriarcado está no fato delas terem concebido o patriarcalismo como um modelo único de família que predominou num certo período de tempo. E, além disso, o fato dele ser uma relação de poder que permeia toda a extensão da sociedade³³.

A crítica que propomos às teóricas do patriarcalismo é justamente o que demonstramos com as distinções de patriarcalismo. Não existe uma predominância da identidade do homem dominador e das mulheres dominadas. O patriarcalismo existe atrelado a várias identidades de pai, marido, esposa, filha e de mulher. Embora atualmente o modelo de família patriarcal venha sendo substituído por outros modelos de família.

Dentro da concepção das formas de dominação masculina do sistema patriarcal, percebe-se a mulher como um agente ativo da reprodução processo de imposição dos valores do patriarcado: o lugar da mulher é o de reprodutora desse sistema. Mas é claro que devemos questionar este papel de reprodução automática das mulheres, uma vez que hoje testemunhamos mudanças tanto nas estruturas familiares quanto nas identidades de gênero. As transformações advêm do caráter crítico e reflexivo nos quais homens e mulheres estão negociando as suas relações para que se tornem mais convenientes para ambos os sexos. A mulher em qualquer época, não pode ser vista como agente passiva, como um ser alheio a tudo o que se

³³ Ao analisarem o sistema patriarcal, as teóricas do patriarcalismo afirmavam que todas as mulheres eram subordinadas aos homens, porque os homens possuíam necessidade de dominar as mulheres. Questionando as desigualdades entre homens e mulheres elas explicam a dominação masculina na repressão sexual das mulheres e na apropriação do valor reprodutivo como uma diferença física, com isto, exclui a historicidade das relações de gênero.

passa ao seu redor. Elas participam da reprodução do sistema, mas, ao mesmo tempo, ajudam a modificá-lo.

A participação da mulher no enfraquecimento do regime patriarcal, certamente, é um dos resultados das transformações sociais causadas pelo avanço da industrialização, pela universalização dos sistemas educativos e pelo desenvolvimento de novas ideologias que desencadearam processos políticos em favor da mulher. Nos alvares do século XX, encontramos a figura da mulher capaz de ressignificar seu papel social. Na verificação da realidade empírica, os discursos das mulheres caminham neste sentido. Planejam ter menos filhos, por causa de sua rotina em casa e no trabalho. E nas suas relações com o cônjuge, foi enfatizado que o diálogo é a melhor maneira para resolver as diferenças de opinião, de negociação entre o casal e a educação dos filhos. Nas famílias de hoje as mulheres estão se tornando cada vez mais reflexivas, conscientes daquilo que elas entendem por dominação masculina e tendem com isso a elaborar novos caminhos e novas estratégias para viverem melhor.

As mulheres jovens da atualidade têm acesso à escola. Suas próprias mães lhes permitiram e as incentivaram a estudar. Foi recorrente ouvir das mulheres, com o *habitus* resistente ou o submisso, afirmar que incentivam suas filhas a “*se casarem primeiro com o emprego*”. A formação de um núcleo doméstico passa a ser uma ideia secundária para se colocar após a conclusão dos estudos. A consequência do estudo passa a ser o desenvolvimento de uma profissão. O desejo por espaço no mercado de trabalho, as expectativas salariais, pensamentos estes que não compunham a vida na juventude de suas mães.

A quebra do padrão tradicional, marcado pelo ritual do casamento e pela constituição da família nuclear não significou o fim do casamento nem da família, mas o desenho de um novo perfil, a redefinição de um modelo de família reedificado sobre novas bases. O indivíduo vai se deparando com novas situações e possibilidades, utilizando os recursos disponíveis, adaptando-se as suas próprias situações e traçando a sua trajetória de vida, que é dinâmica e flexível.

A família não acaba ao dissolver-se em seu núcleo original. Ela muda de lugar, desloca seus significados, reconstitui seus conteúdos, rearranja suas formas e, flexivelmente, redefine suas fronteiras e redes de apoio (VAISTMAN, 1994:168).

Como insinua Vaistman, a família hierárquica passou a conviver com outros novos modelos de família bem mais flexíveis. Na atualidade, observa-se que

momento passa a coexistir vários tipos de “novas famílias”. Temos o rompimento do padrão único de família hierárquica nuclear. As “novas famílias” se caracterizam pela dinâmica, flexibilidade, pluralidade e heterogeneidade dos arranjos.

CAPÍTULO II

MULHERES EM CASA E NA RUA

Nas sociedades onde predomina um *habitus* patriarcal³⁴ é muito difícil uma mulher trabalhar fora de casa. O pensamento das mulheres sobre o trabalho e o serviço doméstico são outros. Del Priore (1997) conta na História das Mulheres do Brasil que as mulheres aprendiam desde pequenas qual seria o seu papel na família e na sociedade. Na sociedade patriarcal, não existia acesso à escola para todas as moças e nem se cogitava a idealização de que elas alcançariam profissões variadas. Em muitos casos, cabe a elas aprender a cozinhar, a cuidar da casa, a costurar e a encontrar formas de agradar o marido. Há décadas, moças das famílias mais abastadas ocupavam o seu tempo no aprendizado das artes e de línguas estrangeiras. Conforme conta Donzelot (1986), as portas das escolas de ensino regular e profissionalizantes eram abertas para as mulheres, principalmente, no que diz respeito ao magistério e às atividades assistencialistas, ou seja, atividades que desencadeavam um prolongamento do tipo de vida que a mulher tinha em casa.

A participação das mulheres no mercado de trabalho não é a mesma para todas elas, pois existem variadas diferenças de inserção e de remuneração socioeconômicas. Há espaços diferenciados, práticas e valores específicos para cada condição social do sujeito. Relacionado com os papéis sociais de homens e mulheres temos a divisão entre a casa e a família. Sendo o primeiro encargo da mulher, o segundo, o sustento da família, que recai sobre a responsabilidade do homem.

O senso comum é a compreensão das coisas por meio do saber social, isto é, o conhecimento que se adquire com as de experiências vividas ou ouvidas do cotidiano. Dessa forma, o patriarcalismo com a sua hegemonia englobou um conjunto de costumes, hábitos, tradições, normas, entre outros aspectos, que compõem as mentes e os corpos dos indivíduos, estabelecendo-se como um saber necessário para a compreensão do mundo.

A socialização das crianças é um meio de incorporação do senso comum. Com a socialização podemos perceber a polarização do mundo social. Observando as crianças brincando, vemos as sutilezas do que é permitido para o menino (futuro homem) e para a menina (futura mulher). Os brinquedos, as cores, as brincadeiras,

³⁴Os padrões patriarcais e os valores tradicionais perdem um pouco o sentido com a urbanização e a industrialização do Brasil. Embora estes valores tenham marcado a formação social brasileira. Sarti (1994)

expressões, regras, horários, punições e cobranças são diferenciadas de acordo com o gênero³⁵. A boneca que é oferecida a menina desde a tenra infância suscita nas crianças o apego e o desejo pela maternidade, juntamente com os brinquedos em miniaturas dos móveis da casa que incorporam desde cedo à responsabilidade pela rotina do lar. Em contrapartida, aos meninos são oferecidos carrinhos, representando o seu papel de controlador e chefe de família, com o complemento de brinquedos que despertam a agressividade, como certos jogos esportivos, os brinquedos em formas de armas, espadas e outros. As formas de brincar na infância reforçam os comportamentos que favorecem a manutenção da tradição patriarcal.

Na tradição patriarcal, trabalho doméstico é tido como uma responsabilidade primordialmente feminina³⁶ assim como a ideia de que ao homem cabe a responsabilidade de sustentar a família com o resultado do seu trabalho assalariado. Nos debates acadêmicos relacionadas ao assunto podemos mencionar autores, como, Vaistman (1994), Bruschini (1990), Del Priore (1997), Mariza Corrêa (1994), entre outros, que usam as categorias “público” e “privado” para exprimir as atribuições sociais dos homens e das mulheres respectivamente. A Divisão Sexual do Trabalho³⁷ expressa pela delimitação das tarefas respectivas a cada papel de gênero, coloca as mulheres sujeitas a “casa” e o homem ao universo social da “rua”.

No Brasil, Roberto Da Matta (1986) é um dos autores que mais usa essa nomenclatura para analisar esses espaços de poder: a “casa” e a “rua”. O espaço da casa é um ambiente que ultrapassa sua estrutura material de proteção do vento, do sol e da chuva. Para o referido autor, a casa é um universo simbólico que resguarda a identidade dos indivíduos em cada cômodo e apresenta a dimensão social em que os valores e a moral dos indivíduos estão determinados. É na interação com os outros indivíduos que a “honra”, a “vergonha” e o “respeito” se estendem em quem mora e em quem tem acesso a casa. A moradia torna-se um representante muito íntimo de quem somos e do que temos. Como diz o ditado “não há lugar como o nosso lar”, ou

³⁵Para saber mais consulte Mayer (2003) e Guacira Lopes (2003).

³⁶Para Bruschini & Lombardi (2000) a obrigatoriedade do trabalho doméstico não varia de acordo com a situação social das mulheres, sua posição dentro da família, ou trabalhos extra domésticos. Pois, se pela rotina, ela não conseguir dar conta das atividades dentro de casa, mesmo assim ainda é da responsabilidade dela conseguir meios para que estas atividades sejam desempenhadas.

³⁷A expressão Divisão Sexual do Trabalho expressa os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade e no processo produtivo. As diferenças de gênero são frequentemente abordadas com o olhar biológico destacando as diferenças no papel reprodutivo. No entanto, através das feministas temos à separação das esferas públicas e privadas na sociedade capitalista, na qual tem cabido às mulheres a esfera privada e de cuidado dos filhos e aos homens a esfera pública, incluindo o trabalho remunerado e as atividades de maior prestígio social.

seja, a casa é bem mais do que paredes, é um espaço com significados, sentidos, representações, poder e memória. Quando na teoria afirmamos que a casa pertence à mulher, estamos dizendo que existe um universo simbólico que une a mulher a figura da casa em tudo o que diz respeito a ela.

Por outro lado, a rua é o lugar do cruzamento do fluxo de individualidades desconhecidas. A rua é um ambiente onde podemos ganhar a dignidade pelo trabalho. Da mesma forma que em casa com os “serviços domésticos” que também apontam a honra e o respeito das mulheres ou a sua desonra e indignidade por ser suja, ociosa, desorganizada ou preguiçosa. Do mesmo jeito o homem que não der conta de prover pelo trabalho a sua parte na Divisão Social do Trabalho que é a família será um marginal, “gigoló”, malandro, ou santo, se deixa tudo para trabalhar para Deus.

Para Sarti, (1996), *o trabalho vale não somente por seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral*. (SARTI, 1996:67) Esta abstração teórica pode ser verificada na realidade empírica. Em depoimento, uma das mulheres entrevistadas afirmou:

Comecei a trabalhar desde sempre. Trabalhava em casa para ajudar a minha mãe, porque o dinheiro não dava para empregada. E aos quinze anos comecei a trabalhar para os outros, para ter o meu dinheiro. Porque cresci ouvindo minha mãe se queixar de como era ruim pedir dinheiro a qualquer homem, seja ele pai ou marido. Para mim a mulher tem que ter sim o seu dinheiro para se enfeitar e ajudar nas coisas que o marido acha que ela não precisa. (...) o trabalho me deu asas para a liberdade. Fui juntando, crescendo, investindo. E olha onde estou agora, com curso superior, concurso, poupança e um marido³⁸.

As relações de trabalho no Brasil não são meramente econômicas, mas, como afirma Sarti, elas pertencem ao universo da moral. Almeida (2007) explica que pela origem do povo brasileiro, construído num regime de base escravocrata, as relações se confundiram ao ponto de representar uma disputa de poder, em que um manda e o outro obedece, lembrando muito o que ocorria no início da nossa civilização.

A dimensão do trabalho feminino analisado sobre o enfoque da moral é feito por Sarti (1996). Uma mulher pobre e com saúde, mas que não trabalha, é vista por esta autora, e também pelas mulheres entrevistadas como uma acomodada. Uma vez que o trabalho dos pobres é sinônimo de honra, é uma afirmação positiva que eles

³⁸Roseane, 25 anos, professora do ensino médio.

carregam de si. *Porque o trabalho não vai rebaixar em nada e sim elevar a mulher*³⁹. A mulher que trabalha além das fronteiras dos cômodos de sua casa, acessa outros dispositivos morais como, a disposição para a dupla jornada, a força, a coragem, a responsabilidade e a vontade. O trabalho doméstico também indica preceitos morais como, a questão da dignidade da mulher que consegue manter a sua casa limpa, organizada, e todos os moradores de sua casa alimentados.

Sarti (1994) destaca dois aspectos em que a moral da mulher está relacionada. O primeiro é a autoridade da mulher que está vinculada a casa. Temos com a autoridade, a maternidade e todo o simbolismo que a envolve mesma. O segundo diz respeito ao seu papel de controlar o dinheiro, não necessariamente ligado à retribuição salarial, mas sim com a prática da administração. Para esta autora, de acordo com a representação dos papéis de gênero, o valor moral dos homens e das mulheres difere entre si. Para os homens, a sua dignidade é representada pela capacidade de prover o sustento da família, junto com o caráter que mantém um perfil de pai e de marido, da forma como é esperado pela sociedade. Para as mulheres, a ordem moral que estabelece o seu comportamento é a autoridade familiar, a responsabilidade doméstica e materna.

Uma depoente afirma muito bem isso quando diz: *O trabalho é um meio de valorização. Porque você não serve só para lavar roupa e cozinhar*⁴⁰. Para Dona Marta e para outras mulheres entrevistadas, o trabalho dignifica a mulher retirando-a do universo das atividades “inferiores” que diziam respeito ao seu *habitus* patriarcal. Mostrar-se capaz de dar conta dos afazeres domésticos e de um trabalho assalariado, agrega valor à mulher diante de si e do seu marido. O salário, fruto do trabalho, representa a independência financeira e é simultaneamente uma alavanca para manter certa independência pessoal. Por isso que Dona Toinha admite que com o trabalho veio à coragem e a força para enfrentar o marido.

Sarti (1996) apresenta a noção de trabalho assalariado das mulheres como uma atividade que proporciona a retirada da mulher do confinamento doméstico. Nessa linha de pensamento, no processo de pesquisa nos deparamos com uma percepção semelhante ao da referida autora. No depoimento de algumas mulheres,

³⁹Depoimento de dona Consuelo, 61 anos, disciplinadora dos corredores, quatro filhos.

⁴⁰Fragmento do depoimento de Marta, 48 anos, auxiliar de biblioteca, dois filhos.

como o de Dona Marta, ouvimos ela dizer: *O trabalho (assalariado) é um meio da mulher não ficar somente restrita as atividades de casa*⁴¹.

2.1 NO CAMINHO DO TRABALHO

A relação das mulheres com o mercado de trabalho não é igual para todas elas. A jornada das mulheres pobres no mundo do trabalho iniciou com a participação feminina nas indústrias têxteis⁴². Os industriais precisavam de mão-de-obra qualificada para este serviço, e costurar era uma atividade comum para as mulheres pobres da época. As concepções sobre a desigualdade do gênero eram muito fortes e por a inserção da mulher no mercado de trabalho foi lenta, dado que elas não eram bem vistas na participação da dinâmica da economia⁴³. Elas desempenhavam serviços assistenciais como babás, faxineiras, cozinheiras, costureiras entre outras atividades. É importante mencionar que estas atividades também eram discriminadas porque estavam ligadas aos papéis sociais atribuídos pela tradição patriarcal à condição feminina, dessa forma ficou em evidência a ideia de que qualquer um “sem qualificação” poderia fazer o que elas fazem. Para as mulheres ricas, com o avanço da modernidade ampliaram-se as oportunidades de ingresso em carreiras com variados níveis de estudo, seja como técnico, especialistas e de nível superior.

O sistema capitalista, desde seus primórdios não facilitou que a mulher de participe do mercado de trabalho, e depois por precisão de mão de obra chama-a para suprir as suas necessidades, colocando-a na condição de assalariada, mas não da mesma forma como ocorrem com os homens. Num segundo momento do capitalismo, caracterizado pela ampliação dos setores de serviços, modificações nas formas de gerenciar empresas e o avanço tecnológico⁴⁴ temos as mulheres invadindo

⁴¹Fragmento do depoimento de Marta, 48 anos, auxiliar de biblioteca, dois filhos.

⁴²Na década de 70 tivemos no Brasil a intensificação da industrialização. Este foi um dos motivos que exigiu dos outros membros da família a entrada na jornada de trabalho para que se aumentasse a renda total da família, por uma questão de subsistência familiar. Com a ampliação das horas de trabalho do homem, e com a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve uma repadronização dos papéis sociais dentro da família. Ainda mais intensa se tornou este ingresso, quando ocorreu a crise de 1980 a 1983. (Vaistman, 1994).

⁴³Situações que envolviam assédio sexual, faltas por causa de filhos doentes, gravidez e licença maternidade, faziam parte do incentivo para retirar as mulheres de circulação. Para saber mais, Del Priore (1989).

⁴⁴Os sociólogos Ève Chiapello e Luc Boltanski (2009) que traçam o perfil do novo espírito do capitalismo a partir de um exame inédito dos textos de gestão empresarial que alimentaram o pensamento do patronato e irrigaram as novas formas de organização empresarial a partir de meados da década de 1970. O capitalismo renuncia ao princípio fordista de organização hierárquica do trabalho e passa a desenvolver uma nova organização em rede, baseada na iniciativa de seus atores e

o mercado no setor de serviços. Contudo, a imagem que as atividades atribuídas às mulheres consistem no ato de “cuidar” e de escutar continua sendo desprestigiadas se comparadas com atividades masculinas ou com carreiras que exijam alto grau de estudo. Restaram para as mulheres as atividades vinculadas aos serviços domésticos como, por exemplo, faxineiras, babás, cozinheiras, manicures, entre outras.

Boltanski & Chiapello (2009) afirmam que o capitalismo passou por uma reconfiguração que eles chamam de *capitalismo de projeto*. Este “Novo Capitalismo” age para reescrever as estruturas do capitalismo para que ele se mantenha o controle da sociedade. E uma das mudanças que ele teve que realizar foi a imersão da mulher como protagonista do mercado, mas sem retirá-la das suas funções anteriores de reprodução social como mãe e esposa. A aceitação em larga escala das mulheres foi devido à necessidade de ampliação de mão de obra. Elas ocuparam as vagas por trazerem o perfil para serem admitidas, em que o senso comum afirma que elas sejam mais amigáveis, simpáticas e indicadas para lidar com o público (clientes), que cada vez mais se torna exigente. O que os mencionados autores acentuam é que como a preferência dos empresários pelas mulheres no setor de serviços não é uma prática nova no que diz respeito à utilização da mão-de-obra femininas.

No livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre relata o dia a dia do Brasil colonial e nele vemos que as mulheres empregadas ou escravas eram responsáveis pela organização da casa, o cuidado com as crianças, com a cozinha, com as roupas e peças de cama e mesa⁴⁵. Eram também elas que deviam recepcionar as visitas, cuidar dos doentes, entre outros ofícios que exigiam maior qualificação. O que queremos acentuar é que as atividades que chamamos hoje de setor de serviços é um reconhecimento de que essas funções sempre foram tidas como feminina. As mulheres passaram a ser apontadas como as mais eficientes para estas atividades por serem mais dóceis e agradáveis para lidar com o público e com o trabalho de grupo. A tabela-01 destaca as taxas dos ramos de atividades de homens e mulheres por região. Nela podemos ver como há uma preferência das mulheres no setor de serviços.

na autonomia relativa do trabalho, mas à custa de garantias materiais e psicológicas. CHIAPELLO, Ève & BOLTANSKI, Luc. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Ed. Martins fontes, 2009.

⁴⁵Da idade média até a metade do século XIX as famílias eram extensas e expressavam fortemente o patriarcalismo. As mulheres, senhoras de engenhos ou donas de casa, possuíam uma série de afazeres que eram incumbidos a sua pessoa. Cuidar das criadas, dos filhos, do marido e também substituí-lo na sua ausência eram tarefas comuns no dia a dia das mulheres. Não podemos deixar de fora os grandes números de filhos que elas possuíam.

Tabela 01. Ramos de ocupação de pessoas com dez anos ou mais, por sexo e região. (%)								
Mulheres								
Região	agrícola	indústria	Const. civil	comércio	Prest.de serviços	Outros Serviços	Adm. pública	Outras atividades
Brasil	16,1	9,5	0,4	14,6	30,7	22,7	4,2	1,7
Norte	5,9	5,8	0,5	19,5	36,6	23,6	6,8	1,1
Nordeste	28,5	6,4	0,4	14,1	26,3	18,9	4,6	0,8
Sudeste	7,8	11,1	0,4	14,7	33,9	25,8	3,8	2,4
Sul	22,9	12,4	0,3	13,7	25,6	20,4	3,2	1,5
Centro-oeste	9,9	6,5	0,4	15,0	37,1	22,8	6,6	1,6
Homens								
Brasil	23,6	16,2	10,7	14,1	12,9	15,4	5,2	1,8
Norte	12,7	16,1	13,4	17,9	13,9	15,5	8,6	1,8
nordeste	41,5	9,4	8,9	12,9	10,3	11,3	4,5	1,2
Sudeste	12,9	19,9	11,6	14,4	15,1	18,3	5,1	2,2
Sul	24,5	19,9	10,1	12,3	11,4	15,2	4,7	1,9
Centro-oeste	22,8	11,6	12,0	15,8	13,8	15,0	7,2	1,6

Síntese de indicadores sociais. 2001/IBGE, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Montali & Lopes (2002) afirmam que a partir dos anos 1990 tem sido crescente o número de mulheres inseridas no mercado de trabalho. As menores taxas dessa inclusão seriam daquelas mulheres que possuem filhos pequenos. Um fato bem importante que estas autoras alegam é o de perceber que a renda das mulheres ajuda à diminuição da taxa da pobreza. Este seria também outro benefício que o trabalho feminino traz não somente para elas, mas para toda a comunidade.

As representações dos papéis de gênero nas suas formas específicas, como o trabalho, não ocorrem de forma aleatória, e nem tampouco os indivíduos estão livres para decidir por si. Os papéis sociais das mulheres no âmbito profissional estão atrelados à ordem socioeconômica estabelecida, isto é, os papéis estão presos às regras, normas e valores de cada sociedade.

Conforme as condições socioeconômicas, no mundo das mulheres destacam-se dois grupos diferenciados de atuação de campos de trabalho. Um bem sucedido, com desenvolvimento intelectual e valorização de sua carreira e salário. O outro que vive a precarização do mercado de trabalho. Neste a possibilidade de promoção e carreiras são quase que inexistente, são mal remunerados e instáveis. Esse grupo de mulheres que vivem a precarização são aquelas que mantêm a continuidade de um modo de trabalho, ou seja, a tradição do trabalho feminino. Essas mulheres atuam como empregadas domésticas, dançarinas, enfermeiras, pedagogas e outras atividades no setor de serviços. Na maior parte dos casos, no setor de serviços não há direitos sociais ou remuneração adequada. O trabalho ocorre sem contratos ou por contratos por tempo determinado. É este conjunto ao qual pertencem às depoentes desta pesquisa. Além das características de recursos escassos, elas dividem o seu tempo entre atividades remuneradas e a família. Nesta rede social o que predomina é o modelo de família patriarcal em que o poder está nas mãos do *pater* família, do homem que governa.

O segundo grupo alimenta a descontinuidade do trabalho feminino⁴⁶. São as mulheres que ocupam profissões de nível superior, de prestígio e com salários bem mais altos do que o do grupo da continuidade. São elas advogadas, médicas, arquitetas, engenheiras e outras profissões que até pouco tempo eram tidas como masculinas. O ingresso destas mulheres nessas carreiras ocorreu incentivado pelos movimentos políticos e sociais da década de 1960-70, incluindo neste o movimento feminista. Nessas profissionais, apesar do bom desempenho em suas carreiras, as mulheres ainda não embolsam a mesma remuneração que recebem os homens que fazem o mesmo trabalho. Para que estas consigam chegar ao mercado de trabalho elas vão precisar de outras mulheres para que a substituam no trabalho doméstico e, dessa forma, possam continuar com suas carreiras profissionais. Esta parcela de mulheres não foram o alvo desta pesquisa.

Um fato que foi fundamental para que as mulheres conquistassem espaços no mercado de trabalho foi o acesso à escolaridade. Houve uma série de transformações nas relações de gênero com a presença do Estado na economia⁴⁷, ocasionando o ingresso das mulheres e jovens ao ensino. Como consequência disto as mulheres

⁴⁶ Para saber mais sobre os dois pólos de desenvolvimento do trabalho feminino ver os trabalhos de Hirata (2002), Hirata (2009) e Bruschini & Lombardi (2000)

⁴⁷ Isso ocorreu por volta da década de 1930, com medidas para proteger o mercado.

tiveram facilidades para terminar o primeiro grau e muitas delas continuaram até o ensino profissionalizante. As primeiras mulheres a estudar e se tornar profissionalmente habilitadas para se inserir no mercado de trabalho foram sem dúvida, aquelas que pertencem a famílias de condição financeira ou cultural privilegiada e que em decorrência desses fatores alcançaram títulos acadêmicos e uma renda superior. O fato de a mulher chegar a ser mais ou igualmente instruída do que os maridos era um fato inaceitável para aquela época. Toda a educação das mulheres estava permeada em como agradar os seus homens (pais e maridos). Contudo, apesar desta conquista das mulheres, não se modificou completamente as relações de dominação entre os homens e as mulheres. Até porque a democratização da escola ainda está sendo conquistada gradativamente⁴⁸. Qualquer que fosse a atividade realizada pela mulher fora de casa, isto se impunha como um desafio ao sistema de hierarquia social.

A educação que por muito tempo foi um privilégio majoritariamente masculino, atualmente encontra-se invertido. Com a expansão das universidades no Brasil⁴⁹ temos em sala de aula mais mulheres do que homens. As mulheres tomam em disparada vários espaços profissionais específicos. Se aperfeiçoando cada vez mais, procurando condições e salários mais igualitários com os dos homens. Podemos ver logo abaixo na tabela-02, a média dos anos de estudo das mulheres comparadas aos dos homens e concluir que as mulheres estudam mais do que os homens, em todas as regiões do Brasil, mas, mesmo assim, as mulheres ainda carregam o desprestígio de algumas profissões e salários diferenciados.

⁴⁸Não podemos falar, por exemplo, que as mulheres da zona rural têm os mesmos incentivos à educação do que as mulheres da zona urbana. A própria escassez de escolas e professores colabora para que o acesso seja desigual.

⁴⁹Temos um programa de extensão da educação universitária no Brasil que promove facilidades para que indivíduos de baixa renda tenham acesso à educação superior. Como o PROUNI, o REUNI, e o FIES.

Tabela 02. Média de anos de estudo das pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupadas por área de trabalho, gênero, e região.						
Regiões	Ocupados		Trabalhadores formais		Trabalhadores informais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nordeste	6,1	7,7	8,6	10,7	4,9	6,2
Sudeste	8,6	9,4	9,4	10,6	7,2	7,7
Sul	8,2	9,0	9,1	10,4	6,8	7,3
Centro-oeste	7,9	9,1	8,9	10,7	6,7	7,5
Norte	7,0	8,5	9,0	11,0	5,5	7,1

Fonte: Síntese de indicadores sociais. 2009/IBGE, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

A escolaridade tem um impacto sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mais instruídas são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade em todos os anos analisados. Possíveis explicações para a média de anos de estudo das mulheres serem mais altas do que os homens vem sendo observada por Bruschini & Lombarde (2002), para elas a explicação estaria em fatores dentro e fora da escola. As alunas do ensino fundamental têm taxas de evasão e de reprovação muito baixas, o que as encorajam para seguirem o seu estudo com mais ânimo e menos defasagem de conteúdo. A cultura patriarcal que ainda predomina nas relações de gênero sugere que as meninas teriam que se dedicar com afinco aos estudos e não os meninos. Bom comportamento, dedicação aos estudos e obediência são elementos favoráveis que ajudam as meninas a permanecerem na escola. Fora da escola estaria o mercado de trabalho com as condições econômicas que chamariam os meninos para ingressarem cedo na vida produtiva abandonando os estudos.

Ouvindo diversas experiências das mulheres assalariadas de classe média⁵⁰, percebemos que a sua interpretação sobre o que é o trabalho e de como pensá-lo e vivê-lo recebe influência do aprendizado que elas tiveram nas suas famílias, assim como do conteúdo discursivo que permeia sua realidade social. No primeiro momento, o fato de trabalhar remuneradamente parece significar ter a posse de um meio da mulher angariar bens simbólicos, como subsídio para conquistar novos

⁵⁰ Adotamos por classe média uma das classificações mais usadas no Brasil que é a do pesquisador Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), em que faz parte da classe média uma família que possui renda mensal de R\$ 1.126 a R\$ 4.428.

espaços na sociedade e um instrumento para equilibrar as balanças na forma de conduzir sua relação conjugal. No segundo momento, ele se mostra como um instrumento da dominação masculina, no fato em que a soma das atividades domésticas mais o engajamento no trabalho assalariado gera uma dupla jornada com excesso de atividades que recaem sob a responsabilidade da mulher. Não é de se surpreender que, pese a todas as mudanças ocorridas nas relações de gênero a partir da década de 1960, ainda hoje no nordeste brasileiro, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e da casa, continua sendo considerado como encargo direto da mulher.

Cabe salientar que sem o trabalho doméstico como complementar dos homens, e do círculo familiar, o trabalho assalariado estaria comprometido, pois todos os membros da família precisam ter roupa limpa, comida na mesa e um ambiente higienizado para viver. Essas atividades domésticas são constantemente desvalorizadas, mas são essenciais para a reprodução social. Durante os depoimentos surgiram alguns comentários que sugeriram consciência da parte das mulheres em relação à sua posição de suporte para o trabalho dos maridos. *“trabalhar fora para a mulher é mais difícil. Porque se o filho fica doente quem vai faltar o trabalho é a mulher, e às vezes os patrões não gostam disso.”*⁵¹ Outra depoente disse: *“eu chego do meu trabalho e vou para a cozinha fazer o almoço do outro dia para meu marido levar, e ainda lavo a farda dele.”*⁵² Os depoimentos sugerem como existe uma ligação do trabalhar “fora” do marido com a dupla jornada da mulher. Elas tomam como tarefa sua a colaboração para que o homem desempenhe as atividades fora de casa, mesmo que algumas delas tragam em si sentimentos de insatisfação, percebe-se que não fazem nada de concreto para mudar a sua rotina familiar.

Nancy Fraser (2009) explica que a valorização do homem e do seu salário, assim como inferioridade da mulher e salários menores tem origem na própria lógica do capitalismo. A lógica do capitalismo desvalorizou o trabalho não assalariado porque ele não estava voltado para o lucro. O capitalismo propõe o cidadão como protótipo um trabalhador masculino e chefe de família. Supondo ainda que o salário deste trabalhador devesse ser o principal, senão a fonte de renda exclusiva, para o sustento econômico de uma família. Os ganhos provenientes de sua esposa deveriam ser considerados como ajuda “suplementar”. Diante de tudo isso, o que se propõe é

⁵¹Depoimento de Bárbara, 26 anos, auxiliar de secretaria.

⁵²Depoimento de Camila, 33 anos, serviços gerais, dois filhos.

que o salário do homem não é suficiente para sustentar a sua casa e sua esposa desempregada. Este pensamento é evidenciado pela visão fordista de trabalho no período de 1950-60. No entanto, a realidade da mulher ter um salário inferior porque este seria apenas um complemento da família, choca-se com a realidade das mulheres chefes de família que vem aumentando o seu número ao longo dos anos. O número de famílias que predominam ainda é o tipo nuclear do casal com filhos que conforme vemos na tabela-03 abaixo vêm tendo uma queda enquanto que a porcentagem das mulheres chefes de família vem aumentando.

Tabela-03. Distribuição percentual de tipos de famílias.			
Tipos de família	1992	1999	2001
Unipessoal	7,3	8,6	9,2
Casal sem filhos	12,9	13,6	13,8
Casal com filhos	59,4	55,0	53,3
Mulheres s/ cônjuge c/ filhos	15,1	17,1	17,8
Outros tipos	5,2	5,8	5,9

Fonte: Síntese de indicadores sociais. 2001/IBGE, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

O processo que as mulheres tiveram para enfrentar o mercado de trabalho foi um processo social que envolveu uma série de ações. Pois as relações de interação social se baseiam em regras, valores, normas que constituem o *habitus* de homens e mulheres como diferentes e esse *habitus* se insere no corpo e na subjetividade dos indivíduos como uma identidade estável. Ele somatiza e naturaliza as relações de causalidade entre as estruturas objetivas e o espaço social fazendo os indivíduos terem escolhas e disposições psicossomáticas diferentes de acordo com o gênero. Então, para que elas tivessem acesso ao mercado de trabalho tiveram que romper, modificar e se adaptar a regras, valores e normas que determinavam as suas estruturas psíquicas e de convivência social e definam seus modos de pensar, sentir e agir de formas gradativamente mais diferenciadas.

2.2 ATÉ QUE A MORTE NOS SEPARE

As entrevistadas têm conceitos que definem bem a sua relação com o trabalho. Para elas, ele se desdobra em dois canais. O trabalho doméstico que, segundo elas é rotineiro, cansativo e eterno. E o trabalho remunerado fora do

lar, um trabalho que mesmo exigente, é gratificante por ser remunerado, fato pelo qual elas não têm disposição para abdicar dele. Dessa percepção do trabalho é que ganha todo o sentido a expressão de uma das depoentes: “*até que a morte nos separe*”.

Nessa linha de pensamento, no âmbito da sociologia existem percepções diferentes sobre o conceito da Divisão Social do Trabalho. Entendendo que a sociedade era um organismo constituído de partes identificáveis e com relações bem definidas entre essas partes, Durkheim afirmava que a Divisão Social do Trabalho significa o funcionamento, a princípio harmônico, desse organismo⁵³. Marx entende a Divisão Social do Trabalho como um arranjo orientado à manutenção de ordem social na qual existem classes dominantes e classes dominadas em constante conflito entre si. Designa a Divisão do Trabalho Social em atividades produtivas ou ramos de atividades necessárias para a reprodução da vida, independente dos produtos do trabalho circularem como mercadoria ou não. Marx em *O Capital* (1982), afirma que a Divisão Social do Trabalho diz respeito ao caráter específico do trabalho humano. Para o mencionado autor,

A divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas as outras, e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e nos seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade; ela implica, pois na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família onde a mulher e a criança são escravas do homem. A escravidão ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade.⁵⁴

Dessa forma, a Divisão Social do Trabalho é percebida como uma atividade naturalizada e inquestionável que determina os papéis sociais do homem e da mulher. Constatando a invisibilidade da mulher no âmbito produtivo, o feminismo⁵⁵ foi um dos colaboradores para pensar o trabalho doméstico como uma categoria de análise. Antes disso se pensava no serviço doméstico como uma obrigação feminina e algo tido como natural à vida da mulher. O movimento feminista debate a Divisão Social do Trabalho nas categorias do “público” e do “privado” e lança uma série de questionamentos sobre o papel da mulher dentro da manutenção da família. A partir de 1960 pode-se perceber que, ao mesmo tempo em que o capitalismo se adequava às

⁵³Para ver com mais detalhes sobre Durkheim ver capítulo um, página 30.

⁵⁴MARX, K & ENGELS, F. *A ideologia alemã*, 1998:47

⁵⁵Ver *Dicionário Crítico do Feminismo*. Verbete “feminismo”, 2009.

novas necessidades de mercado e de estrutura social, o feminismo além de reivindicar espaços que seus representantes consideravam como mais justos para as mulheres no mundo do trabalho, questionava também as atividades domésticas como atribuições exclusivas das mulheres.

Sem dúvida, a inclusão da mulher para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, afetou a dinâmica da vida familiar. No entanto, a divisão desigual da renda social e a atribuição das tarefas domésticas às mulheres como responsabilidades femininas continua. Mas, o que se percebe é que a experiência de transitar por outros espaços sociais, como os de trabalho, suscita nas mulheres a consciência de perceber-se em condições de desvantagem em relação aos seus maridos. As depoentes apontaram que os maridos podem e devem fazer parte das rotinas domésticas, inclusive com o cuidado dos filhos. Nesse sentido, Danielle afirmou: *Quer dizer que o fogão é só da mulher que a pia é só da mulher! Não!*⁵⁶ Outra enfatiza: *todos deviam ajudar. Se ele trabalha fora eu também trabalho*⁵⁷. Com isso vemos como apesar delas não reconhecerem o trabalho doméstico como uma forma de dominação masculina, elas estão despertando para uma lenta democratização das atividades domésticas⁵⁸. A justificativa que as próprias esposas deram para os maridos não ajudarem na execução das tarefas domésticas foi o fato de eles trabalharem fora. Daí o pensamento totalmente crítico de Dona Josilda no depoimento acima, quando ela diz que os dois trabalham fora e que por isto os dois “deveriam” dividir as atividades do lar.

Nenhuma das depoentes pensou o trabalho doméstico como importante fator de geração de renda da família. Nesse sentido, Sarti (1996) aponta que se uma família fosse pagar a mulher todos os serviços que ela presta aos seus, ela teria uma boa parcela de contribuição na renda familiar. Pois se fosse considerar que o trabalho dela fosse assalariado com todos os direitos, custaria caro ter uma empregada a sua

⁵⁶Depoimento de Daniele, 37 anos, professora, três filhos.

⁵⁷Dona Josilda, 44 anos, auxiliar de cozinha, três filhos.

⁵⁸Este termo cunhado por nós se refere à Divisão Social Democrática do trabalho, em que mulheres e homens dividem uma dupla jornada em casa. Pois apesar do padrão está mudando e dos homens estarem trabalhando em cozinhas de bares e de restaurantes, as próprias mulheres e os maridos percebem o trabalho doméstico do homem como uma ajuda, e não como uma responsabilidade que ele tenha a obrigação de desempenhar todos os dias aquelas mesmas atividades como acontece com as mulheres. O mundo mudou avançando muito em ciência e tecnologia, as famílias se modificaram, e os papéis masculino e feminino também. Deste modo, as atividades domésticas também deveriam acompanhar estas mudanças na divisão social do trabalho no lar. A emergência das empregadas domésticas para outras mulheres poderem trabalhar é um sinal de que os homens não ajudam as mulheres como deveriam.

disposição, todos os dias, sem férias, nem feriados ou fins de semana, sem contar com todas as horas extras incluídas. Com isso vemos como o trabalho doméstico é percebido como desqualificado, por ele não ser considerado pelo senso comum como um trabalho. O sistema capitalista colabora com a invisibilidade das atividades ligadas ao âmbito da vida privada, isto é, as atividades rotineiras realizadas pelas mulheres. O capitalismo valoriza o público porque gera renda e invisibiliza o privado com a ideia de parecer uma inatividade econômica⁵⁹.

O trabalho doméstico quando é feito pela dona da casa dentro da família, ele não é considerado como uma atividade econômica produtiva. Entretanto, quando se insere outra pessoa, para executar-las, geralmente é uma mulher que assume o trabalho doméstico de uma família. Dessa forma, os cuidados domésticos passam a ser considerados como um trabalho e a ter um significado diferente, o de uma atividade remunerada⁶⁰.

A rotina das mulheres que trabalham é bem diferente das vividas por homens que também trabalham fora. Uma das depoentes afirmou que está muito longe das mulheres serem iguais aos homens dentro das relações conjugais. *“porque ser igual ao homem é chegar a casa, jantar e assistir televisão e não ter nada para se preocupar.”*⁶¹ A rotina dos trabalhadores masculino e femininos da classe média chega a ser bem semelhante para ambos os gêneros durante o dia, no despendimento de forças físicas, horários e responsabilidades. As horas de trabalho, a complexidade das tarefas, entre outros aspectos. Porém com a chegada do casal a casa vemos os papéis serem assumidos de formas divergentes. Foram poucos os casos das mulheres que relataram que os maridos, esquentam a comida, que lavam a louça, cuida das crianças.

Na tabela-04 se indica a quantidade de horas trabalhadas que os homens e as mulheres dedicam ao trabalho doméstico. Pelos dados dessa tabela percebemos que as mulheres têm razão ao afirmar que *“sua vida é corrida”*, porque além das horas que dedicam no serviço assalariado ainda acrescentam as horas trabalhadas em casa para a manutenção familiar. Atividade essa que chega a ser bem mais do que o dobro das horas dedicadas pelos homens. E pelas horas semanais dedicadas à execução de

⁵⁹O trabalho doméstico feito pela dona da casa gera uma economia de renda familiar usada em outras despesas com a casa.

⁶⁰Segundo a lei 5859 de 11/12/1972 se entende o emprego doméstico como “atividade econômica, na qual se situam indivíduos que prestam serviços remunerados de natureza não lucrativa a pessoas ou famílias em suas residências.”

⁶¹Depoimento de dona Verônica, 43 anos, professora, dois filhos.

tarefas domésticas vemos que por si só estas representam o mesmo montante de horas de alguns setores de ocupação.

Tabela-04 Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas com dezesseis anos ou mais por sexo e região.			
Região	Total	Homens	Mulheres
Sudeste	16,2	9,4	21,3
Sul	15,2	8,9	21,3
Centro-oeste	16,3	9,5	20,8
Nordeste	19,0	10,3	24,8
Norte	15,7	9,5	22,0

Fonte: Síntese de indicadores sociais. 2009/IBGE, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Na maioria dos depoimentos, mesmo as entrevistadas demonstrando que desejam⁶² que os maridos colaborem com uma divisão mais igualitária das tarefas, admitem que preferem “cuidar da casa” porque os homens não fazem as atividades com o mesmo “zelo” do que elas. Elas percebem que são subjugadas ao realizar tarefas cansativas e reclamam da colaboração do marido, porque não tomam uma atitude concreta para mudar essa situação de desvantagem na distribuição das tarefas domésticas. É possível que a falta de iniciativa por parte das mulheres para mudar essa situação obedeça ao desejo de visibilidade da mulher, que entende que parte do seu “valor” no âmbito doméstico é consequência da sua abnegação e entrega aos cuidados do lar. De acordo com Foucault (2011)⁶³ que afirma que todos nós temos poderes que se manifestam de formas distintas relacionado com as situações e as realidades vividas, podemos alegar que, provavelmente, as mulheres tendem a monopolizar a execução das atividades domésticas como um meio de se tornarem necessárias e assim serem sempre presentes na vida social familiar.

Existem situações em que mulheres permitem que os maridos sejam completamente dependentes delas. Algumas se relacionam com o marido como se ele fosse um filho pequeno, para que ela possa ter poder sobre ele. Neste caso as

⁶²O desejo nesta situação serve provavelmente para ser potencializado e não para ser realizado.

⁶³Utilizamos Foucault para efeito de problematizarmos o poder na forma de dominação e resistência utilizados por homens e mulheres. Porém sabemos que a discussão que este autor oferece sobre poder é bem mais profunda e poderia ser ricamente mais explorada. Pois não somos nós que decidimos ter o poder, mas é ele que nos faz agir assim. As várias expressões do poder é a sociedade agindo em nós.

atividades domésticas se tornam um meio das mulheres se fazerem necessárias e manter os maridos dependentes da relação.

2.3 OS FRUTOS DO TRABALHO: MUITO ALÉM DO QUE O DINHEIRO PODE COMPRAR

Segundo Bourdieu, o capital simbólico é uma medida de prestígio que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. Os bens simbólicos englobam o capital simbólico que é acumulado por indivíduos ou classes de acordo com o campo e posição social desses indivíduos. O capital simbólico é o instrumento principal da violência simbólica, ao impor seu poder simbólico sobre os que não o possuem ou o têm em quantidades inferiores em um dado campo. O poder simbólico aparece como todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. O campo surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas.

A luta das mulheres que participaram da pesquisa por um lugar de distinção na sociedade não foi conseguida de imediato com a conquista de um emprego. O acúmulo de bens simbólicos é o resultado de sacrifícios e com vários embates, com as mães, maridos, sociedade e até com elas. Bens simbólicos como amor próprio, autoestima, coragem, responsabilidade, desejo, força, conhecimento, simpatia, profissionalização, entre outros, elas não conseguiram instantaneamente. Elas emergem depois de anos de lutas contra diversos obstáculos e passam a fazer parte do novo *habitus* da mulher. Um *habitus* que se constrói e reconstrói ao longo de sua vida ao passo que ela vai adquirindo consciência de qual é o seu lugar no mundo, em qual lugar ela almeja estar. O trabalho, o salário, o estudo e a rotina puxada são apenas instrumentos diários que levam essas mulheres a se encontrarem com o que elas percebem de si próprias e as impulsiona para se projetarem outras posições sociais, pessoais e econômicas.

Durante os depoimentos muitas mulheres trouxeram as suas experiências de como tiveram de acumular capital simbólico e montar estratégias para conseguir “*vencer na vida*”. Dona Toinha traz uma história de vida carregada de estratégias de resistência e dos percursos que teve que transitar para alcançar certo acúmulo de capital simbólico. Ela viveu dezoito anos sofrendo violência simbólica e física do marido. A sua história pode ser um desses exemplos que retratam os maridos na

sociedade patriarcal. Ela descreve a maneira de como as vontades dos homens se fazem valer, mesmo as mulheres podendo ser e fazer diferente. Dona Toinha afirma que foi o sofrimento experimentado depois de ter visto a casa de taipa onde moravam cair, para que ela decidisse buscar uma solução para cuidar dos filhos pequenos. O fator “cuidar dos filhos” é um ingrediente fundamental nos depoimentos de todas elas, quando falam das motivações para ir trabalhar fora e para realizar os sonhos profissionais ainda pendentes⁶⁴. A figura da mãe como aquela que tem a obrigação de cuidar, de fazer de tudo para oferecer uma vida melhor pesou muito para que Dona Toinha ultrapassasse as ordens do marido de não trabalhar. “*Quando eu saí para trabalhar ele ficou muito bravo, mas não podia dizer nada, pois eu não ia desistir, porque agente tava na casa de minha mãe com seis filhos pequenos, eu tive que enfrentar ele*”. Enfrentá-lo significava tomar decisões conforme seus próprios critérios subjetivos.

Uma das decisões tomadas pela depoente foi a de trabalhar. Após a inserção de Dona Toinha no mercado de trabalho veio um conjunto de mudanças na sua forma de ver a vida e de se relacionar com o marido. Logo que se estabilizou no trabalho, conseguiu lutar na justiça para dividir e comprar as partes de um terreno de herança da família dela, na tentativa de iniciar a construção da casa. Da mesma forma, ela voltou a estudar, buscou outro emprego⁶⁵ que lhe pagasse melhor e fosse legalizado com carteira assinada. Gradativamente conquistando a coragem para começar a barrar a autoridade, por vezes arbitrária, do marido, mesmo sem entender que a situação de tensão que ela vivia era uma manifestação da dominação que seu marido exercia. Ela conta: *eu já ia ficando mais forte né, criando coragem. Eu já tava trabalhando... já não vivia nas custas dele. Por isso é que o povo diz que mulher que trabalha fica atrevida*. Ouvindo esta e outras ponderações das mulheres, percebemos que o trabalho para elas era algo mais do que uma renda para satisfazer suas necessidades básicas e dos filhos. O trabalho age como um bem simbólico que traz como consequência a valorização pessoal e social da mulher que consegue dar conta da dupla jornada.

⁶⁴Engloba todas as situações de necessidade financeira da família. Como gastos com alimentação, pagamentos de contas, remédios, móveis, e objetos para ela mesma.

⁶⁵Ela conta que ao mesmo tempo em que começou a trabalhar o seu filho mais novo também estava trabalhando em um supermercado no centro da cidade e ganhava mais do que ela, mesmo ele sendo um garoto de dezessete anos. Os índices salariais da Paraíba mostram que no ano de 2009 o salário médio do no setor formal para o homem foi de 1345,90 reais contra 994,10 reais das mulheres. No setor informal as diferenças salariais são ainda mais gritantes. 471,00 reais para os homens e 396,00 reais para as mulheres.

As barreiras para que essas mulheres começassem a trabalhar foram muitas. Até mesmo as mães delas pensavam de forma contrária. A diferença na forma de pensar se revelava quando elas orientavam as filhas para que fossem submissas, por conta do contexto em que essas mães foram criadas. Em certa ocasião uma senhora comentou: *Um dia eu disse a mãe: “eu vou sair pelo mundo atrás de emprego porque eu quero construir uma casa para os meus filhos.” Ela (mãe) disse: “pra que? se o seu marido não te deixa trabalhar”⁶⁶*. A figura da mãe lembrando-a da obrigação que a filha tem de temer do marido e por isso obedecê-lo é um dos elementos simbólicos que configuram a dominação masculina do tipo corretiva⁶⁷.

A dominação masculina nas famílias pobres é o resultado da incorporação dos valores do sistema social que inferioriza a mulher ao mesmo tempo em que legitima o poder ao homem. Vale acentuar que esta relação em forma de balança, parece que somente as mulheres podem mudar. Este tipo de pensamento constitui uma herança do sistema patriarcal, em que o poder do *pater* família vem do sustento financeiro que ele promove para toda a família. E que enfraquece quando a mulher entra no mercado de trabalho.

Segundo as mulheres entrevistadas, o trabalho remunerado possui um valor positivo para elas. Chegando-se a apontar como tédio a falta do trabalho. Essa afirmação diz muito sobre a percepção dessas mulheres sobre o trabalho assalariado. Se o trabalho é um meio de tirá-las do recinto da casa para ter outras formas de relações sociais, o desemprego significa falar que está condenada à rotina da casa. Dizer que a falta de trabalho gera tédio não quer mostrar que para elas o trabalho não seja algo que não as estresse⁶⁸. O significado do trabalho é a valorização da sua

⁶⁶Depoimento de dona Toinha, 65 anos, Disciplina.

⁶⁷Como um dos objetivos desta pesquisa foi a de apontar as formas de poder dos homens e das mulheres desenvolvemos duas chaves de interpretação para a dominação masculina. Uma delas é a que remete a dominação do tipo corretiva que é a mais grave para as mulheres. Resumidamente ele age através da força física, agressões verbais, impondo medo, manipulando, restringindo, ordenando, induzindo, colocando obstáculos, e coagindo de uma forma geral para que ela assuma as vontades deles como suas.

⁶⁸O que promove o “estresse no trabalho” é a limitação que a sociedade submete as pessoas quanto às manifestações de suas angústias, frustrações e emoções. Por causa das normas e regras sociais as pessoas acabam ficando prisioneiras do “politicamente correto”, obrigadas a aparentar um comportamento emocional ou motor incongruente com seus reais sentimentos de agressão ou medo. No ambiente de trabalho os estímulos estressores são muitos. Podemos experimentar ansiedade, desentendimentos com colegas, diante da sobrecarga e da corrida contra o tempo, diante da insatisfação salarial. Talvez o ambiente do trabalho tenha se modificado e acompanhado o avanço das tecnologias com mais velocidade do que a capacidade de adaptação dos trabalhadores. Os profissionais vivem hoje sob contínua tensão, não só no ambiente de trabalho, como também na vida em geral.

representação social como mulher. O trabalho remunerado para elas é importante, embora ele traga para suas vidas dificuldades, ansiedades e conflitos que precisem superá-los. Ficar apenas com os serviços da casa significa submeter-se a uma rotina estressante pelo seu teor repetitivo e pela sensação de que aquelas atividades nunca terão fim e nem serão valorizadas afetiva ou economicamente.

Para as depoentes é impossível pensar a sua vida sem ter a rotina agitada pela dupla jornada, a descrição que rege a vida sem o trabalho assalariado é o tédio - disse uma depoente. “*Antes de trabalhar a vida era monótona, um tédio. Eu não me vejo mais sem trabalhar. Eu não me vejo mais em casa, lavando, cozinhando e arrumando. Eu faço tudo isso sim, mas trabalhando fora*”⁶⁹. É um engano pensar que estas mulheres sempre tiveram esta ação para trabalhar fora, com disposição de enfrentar a vida corrida, o marido e a sociedade, para ter uma profissão. Na verdade como expusemos no capítulo um, o *habitus* reflete a sua sociedade, as ideias, valores, as formas de interação do próprio sistema social. Sendo assim, a ordem que privilegia a figura masculina está implícita nas coisas, nos corpos, na rotina imposta pela Divisão Social do Trabalho e na vida particular e coletiva.

Como bem simbólico, o trabalho ainda promove a valorização da mulher como ser que é desejada pelo marido, uma vez que ele manifesta ciúmes quando imagina que ela será paquerada por outros na sua função, longe dos olhos dele. Os maridos sentem ciúmes de suas esposas sabendo que elas estão se arrumando em casa para irem ser vistas por outros homens no trabalho. “*O homem fica desconfiado porque sabe que a mulher vai ser paquerada no trabalho*”⁷⁰. Afirmou uma depoente.

Um dos benefícios que o trabalho e, conseqüentemente, o salário traz para a mulher é a possibilidade de livrar-se da dependência econômica total do marido. A vivência da feminilidade de uma mulher,⁷¹ por modesta que ela seja, exige uma série de produtos estéticos, maquiagens, acessórios, roupas, calçados que demandam certa parcela de dinheiro todos os meses. A ditadura da beleza faz parte hoje da vida da maioria das mulheres. Os padrões de beleza socialmente aceitos vêm colocando as mulheres numa série de exigência para consigo a fim de que elas se sintam desejadas e belas. O mundo dos cosméticos que foi filho da modernidade trouxe para elas e um leque de possibilidade de transformá-la e de valorizar a sua beleza. A “mulher feia”

⁶⁹ Depoimento de Leilane, 31 anos, auxiliar de secretaria, dois filhos.

⁷⁰ Fragmento do depoimento de D. Socorro, 45 anos, auxiliar de secretária, dois filhos.

⁷¹ Sobre a vivência da feminilidade consultar Michelle Perrot (2008)

que era esquecida até o século XIX é seduzida pelas vantagens da modernidade que vende a ideia de que todas as mulheres podem ser lindas, basta ter como comprar os cosméticos e saber usá-los.⁷²

A independência financeira apontada nos depoimentos é fundamental para a felicidade das mulheres gera bem-estar na mulher que valoriza a sua feminilidade. Ela passa a se sentir mais segura e mais ousada para burlar as situações de dominação masculina nas relações conjugais. Principalmente porque ela precisa gostar de si para não depender psicologicamente⁷³ do marido se tornando uma marionete das vontades dele. Segundo uma depoente,

...é muito chato, mesmo você tendo o seu esposo, você está pedindo a ele. Porque você quer comprar uma calcinha, uma coisa, ai ele diz: “ah mulher só que está gastando!” bota muita dificuldade. Porque quando é o seu dinheiro ai você pode fazer o que quiser. Você não fica dependendo de tudo dele. Porque ele tem obrigação de dar, mas você tendo o seu você compra o que quiser, é independente⁷⁴.

Todas elas mencionaram que o fato de depender financeiramente dos maridos submetem-nas a situações humilhantes. O fragmento acima é um bom exemplo disso. Uma senhora confirma: *uma mulher que depende do marido é uma acomodada*⁷⁵. Falam de como é “chato” ter de dar satisfação para onde elas vão e como irão gastar o dinheiro, ao mesmo tempo em que ficam ouvindo as reclamações do marido. Elas não são conscientes das formas de dominação masculina, mas sentem seus efeitos. Como afirma o próprio Bourdieu (2009) os sentimentos de humilhação e vergonha são reações visíveis dos efeitos da dominação masculina. Uma força sutil, mas presente nas sutilezas do cotidiano das relações de gênero.

O trabalho remunerado da mulher está ligado à percepção do que está faltando materialmente à sua família⁷⁶. Nos depoimentos todas elas, sem exceção, apontaram que gastam o salário para ajudar os filhos que constituem outro membro familiar, mas que passam por dificuldades financeiras, e também com roupas, calçados e lazer para os filhos solteiros⁷⁷. Mencionaram também que fazem isso

⁷²Giddens (1938) e Perrot (2008).

⁷³ Para consultar sobre a dependência psicológica em relacionamentos consultar: Giddens (1938) na discussão sobre relacionamentos viciados.

⁷⁴Depoimento de dona Kátia, 48 anos, auxiliar de cozinha, seis filhos.

⁷⁵ Depoimento de dona Kátia, 48 anos, auxiliar de cozinha, seis filhos.

⁷⁶Sarti (1996) expressa bem esta ideia de que o significado do seu trabalho assalariado é mediado pelo seu lugar de mãe e de Dona de casa, a fim de suprir o que ela sabe que está faltando e que ela pensa ser indispensável.

⁷⁷Essa ajuda que as mães fornecem aos filhos geram laços afetivos entre eles. O fato dela poder ajudar-los amplia o seu papel de mãe, que além de garantir o apoio afetivo para os filhos contribui diretamente na manutenção do novo núcleo familiar dos filhos. Essa ação provoca um bem estar na

porque os maridos veem a necessidade dos filhos como sendo dispensável, porém na sua percepção de mulher ela não pensa dessa forma, por isso elas ajudam os filhos. Entre um produto e outro comprados para os filhos, elas delimitam uma pequena parte para gastarem com elas, ou seja, para nutrirem a vaidade. Como dona aparecida disse: *porque eu não saio sem lápis nos olhos, sem relógio, sem batom*⁷⁸.

Não podemos deixar de mencionar que além da independência financeira, a emancipação feminina,⁷⁹ em parte, resulta de um conjunto de situações sociais e pessoais que o trabalho traz para a vida das mulheres. O fato de ela entrar em contato com situações em que não faz parte da rotina doméstica, as situações no local de trabalho exigem na maioria das vezes, conhecimentos específicos, treinamentos, organização de ambientes, planejamento de atividades, empatia para lidar com o público, entre outras capacidades. Enfim, tais conhecimentos adquiridos pelas mulheres quebram as teorias patriarcalistas que afirmam que o lugar da mulher é ligado ao mundo doméstico. Com o acesso ao mercado de trabalho as mulheres provam que são capazes de aprender determinadas profissões tidas como masculinas, sem interromper a reprodução da família.

mulher que se valoriza por poder participar economicamente da vida dos filhos, fato esse que não fazia parte do papel configurado pela sociedade de mãe, que correspondia ao espaço da manutenção da casa.

⁷⁸ Depoimento de Dona aparecida, 35 anos, auxiliar de cozinha, quatro filhos.

⁷⁹ Entendo por emancipação feminina o conjunto de atributos que caracterizam a independência em vários aspectos da vida da mulher: o profissional, o emocional, os dos relacionamentos, os econômicos, entre outros.

CAPÍTULO III: DOMINAÇÃO MASCULINA

Folheando o dicionário de sociologia de Boudon,⁸⁰ no verbete sobre o conflito, descobrimos que este é uma das manifestações humanas mais presentes na dinâmica da vida social. Nos estudos sociológicos encontramos análises de conflitos entre as instituições sociais, grupos específicos, países, atores sociais peculiares, todos guiados por uma ou diversas razões, podendo ser estas de ordem política, religiosa, pessoal, material, econômico e assim por diante.

Em parte, o conflito se torna presente em toda relação social por causa da distribuição desigual da autoridade. Em nossas relações sociais estamos sempre disputando melhores posições sociais, e por isso entramos em conflito. As relações de gênero não fogem a essa regra. O conflito marca a rotina familiar. Ele vem à tona se um dos envolvidos quiser impor a sua vontade, ainda que exista resistência por parte do outro. As relações conflituosas estão intrinsecamente ligadas com o exercício do poder. Uma vez que este pode ser definido como a produção dos efeitos e expectativas almejadas por quem detém prestígio e reconhecimento social. Dessa sorte, temos que o conflito, assim como o poder, são elementos constitutivos da sociedade, sem que representem uma dimensão que ameace a integração social.

Estratégias de dominação e de resistência são expressões de poder. Todo ser humano ostenta alguma forma de poder, como afirma Foucault, ele está em todos os lugares. Deste modo, homens e mulheres interagem num emaranhado de relações de poder. Essas manifestações do poder muitas vezes passam despercebidas pelas mulheres. A percepção dessas manifestações se dificulta, dado que estas não se expressam apenas fisicamente, mas no conjunto de coerções físicas, mentais e materiais que um indivíduo ou grupo mantém sobre outro, o fato que leva a realizar o dominado as aspirações de quem detém o poder. Contudo, o exercício do poder somente é possível mediante a legitimação do mesmo por parte da sociedade.

No entanto durante a nossa pesquisa tentamos captar o que acontece, em relação com seu posicionamento perante a dominação masculina, em um grupo de mulheres que se inseriram no mercado de trabalho, depois de terem vivido por algum tempo como donas de casa. Nosso olhar foi direcionado sobre os efeitos dessa mudança. De fato, durante vários séculos as mulheres eram sociabilizadas seguindo

⁸⁰Boudon, Raymond, 1990.

padrões sob os quais deviam moldar suas vidas para serem mães e domésticas e viverem subjugadas à dominação masculina, a qual se expressa em sutilezas, como por exemplo, a maneira de pensar, sentir, agir, desejar, sonhar, realizar, vestir-se, desejos sexuais e a maternidade, que não são mais do que formas de exercício de poder.

Perceber as formas de dominação na vida dessas mulheres não foi tarefa fácil. O caminho que utilizamos para alcançar os nossos objetivos foi fazendo uso de abordagens sutis. Não usamos perguntas diretas sobre dominação, agressividade, violência, surras, humilhações e outras formas de dominação masculina que elas provavelmente vivenciaram, mas procuramos abordar os mais variados aspectos da vida delas. Os indícios sobre as manifestações das formas de dominação e resistência foram sendo mostradas pouco a pouco.

Abordar as nuances desse micro-cosmos social conflituoso, constituído pelas interações de homens e mulheres, no âmbito da vida doméstica, demanda algumas especificidades. Os resultados alcançados foram possíveis pelo método e técnicas qualitativas. Elas nos permitiram alcançar às expressões da dominação no mundo das mulheres nas lágrimas, silêncios, frases, risadas, ironias, piadas, músicas, proibições que foram vencidas; dos relatos das lutas, surras, humilhações, tentativas de assassinatos, enfim, do conjunto do dito com o não dito, com a leitura da expressão corporal e facial e também na disponibilidade para poder falar sobre os temas. Para nós, as falas, signos, roupas, presença ou ausência de maquiagem, acessórios, sorrisos, gestos e expressões, tornaram-se os indicadores que mostraram as formas de dominação masculina e as maneiras através das quais estas mulheres se posicionam diante dessa realidade social. Na voz de uma das entrevistadas, escutei o seguinte: *“Deixar os homens dominar é fazer tudo aquilo que os homens querem, é vestir o que o marido quer. Sair só quando pedir ao marido. Cortar o cabelo só se ele deixar.”*⁸¹

Para nós o que interessa são as mudanças de atitude das mulheres em frente à dominação masculina, pois admitimos que a entrada no mercado de trabalho as fez mudar a forma de se posicionarem diante disso. Assim sendo, assumimos o desafio de responder, entre outros, aos seguintes questionamentos: Quais os elementos culturais que as fazem pensar e agir, de forma a se submeter ou rejeitar as formas de

⁸¹Fragmento do depoimento de dona Olivia, setor da disciplina, 44 anos, quatro filhos.

dominação masculina? Como elas podem evitar algo que elas não percebem como dominação? Como as mulheres podem demonstrar atitudes de resistências se elas pensam que não são dominadas? Nos casos de emancipação, como essas mulheres alcançaram essa realidade?

O que está acontecendo com as relações de gênero são frutos do conjunto de transformações políticas, sociais, culturais, demográficas e econômicas. Essas transformações afetam diretamente o cotidiano dos homens e mulheres, induzindo-os a assumirem novos projetos de vida com novas posições sociais. A organização patriarcal, que por tanto tempo foi responsável pela opressão das mulheres transformou-se, passando a existir novas situações sociais que alteraram o papel social de homens e mulheres. Situações importantes para a vida das mulheres foi a imersão das mulheres no mercado de trabalho, o acesso à escolaridade e a independência financeira. Entre os aspectos que alavancam as mulheres para imergirem no mercado de trabalho, além da própria expansão de postos de trabalho, foram a necessidade financeira, em alguns casos, e noutros o desejo de serem independentes dos maridos e de alcançarem estabilidade financeira.

3.1 A TENSÃO ENTRE PODER E RESISTÊNCIA

Não podemos falar em gênero e não discorrer em relações de poder. As relações entre homens-mulheres, homens-homens e entre mulheres-mulheres estão perpassadas de conflitos legitimados por um poder social atribuído aos sexos. Para analisar as relações de poder iremos nos amparar no conceito de “poder” de Foucault⁸², que afirma que o poder está em todos os lugares e que não existe um poder, mas vários tipos de poder. Cada tipo tem uma especificidade histórica e espacial.

Nós temos variados tipos de poderes que são usados nos mais diversos campos sociais em que nos movimentamos. O discurso de um marido que afirma que a mulher deve ser uma “boa mãe” e fazer de tudo para que os filhos tenham uma “boa educação”, embora que esse tudo ultrapasse os desejos profissionais dela é uma forma do homem exercer poder sobre a mulher resgatando nela a significação do que é ser uma boa mãe e esposa.

⁸²Cf. “Microfísica do poder” Foucault (2011).

Diante disso não podemos afirmar que existe uma origem comum para o poder. E também não podemos dizer que existe uma escala hierárquica de poderes. O poder é fruto das relações interindividuais. A hierarquia que percebemos serve para reproduzir as relações de poder, mas o poder não está nas pessoas ele está na sociedade. As pessoas mudam ao crescer, ao se formar, ao casarem e terem filhos, mas ainda continuam exercendo poder de outras maneiras que vão se transformando junto com o indivíduo. Uma forma de poder se respalda em outra para produzir e/ou reproduzir um novo tipo de poder.

O poder, portanto, advém de um processo de transformação social, por isso não devemos dizer que podemos tomá-lo de outrem. O que torna o poder legítimo é o fato dele ser encarado como uma verdade nos discursos⁸³. É a verdade social que imprime o poder nas coisas e nas pessoas. Tem poder tudo aquilo que é considerado verdade. Então a sociedade desde muito tempo tem tomado como legítimo que os homens têm um poder sobre as mulheres e as mulheres o adotam inconscientemente como uma verdade e que por isto se tornam presas a esta estrutura social.

O poder é socialmente difuso, assume, portanto, um caráter múltiplo dentro das relações sociais. Ele atua em conformidade com outros poderes. É preciso que haja um respaldo noutra forma de poder para que ele exista. Nas relações entre marido e esposa, por exemplo, é uma relação de poder que vai depender do poder que o outro demonstra. As formas de discursar o poder para colocá-lo como verdade é que vai gerar a apresentação dos poderes dos outros como uma defesa. Daí surge os conflitos de gênero. Ninguém quer ser o agente que tem menor poder. O que existe são formas de mostrar o poder diferente. Todas as formas de poder agem com influência sobre os indivíduos.

Existe um lado positivo do poder. Este não pode ser entendido como sinônimo de restrição, pois ele é secundariamente repressivo. Neste sentido, ele nos torna eficiente para algo, produz em nós uma busca por algum modo de conhecimento. Por exemplo, é pelo poder que estudamos para fazer provas, concursos, entre outras atividades. O aspecto positivo do poder segundo Foucault (2011) é:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que

⁸³Ideia apresentada por Foucault (2011)

atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2011:VIII)

Esta imposição do poder nos faz produzir certo conhecimento e habilidades que nos tornam mais competentes para algo. Por exemplo, numa relação de competição entre sogra e nora, a primeira pode exercer influência na segunda fazendo-a aprender receitas e costumes que venham agradar ao marido, conforme a sogra fazia quando ele ainda morava com ela. Esta manifestação do poder age por meio do discurso entre elas, e entre o marido e a mulher, quando, por exemplo, o marido diz: “*que saudade de mamãe, do feijão que ela fazia.*” O poder sempre exige de nós um saber, que se deflagra no discurso. Para Foucault (2011), o poder não é apenas repressivo. Vendo deste modo, ele não pode ser considerado como pressuposto de alguém que é reprimido porque existem várias esferas e formas de poder que não necessariamente está ligado com opressão. Nas variadas formas da existência de poder não podemos deixar de dizer que houve um processo de saber individualizante com a imposição do poder disciplinar que, segundo Foucault, opera para vigiar e regular a vida cotidiana do indivíduo nas instituições modernas.

O poder como agente disciplinador e de saber age influenciando a sociabilização das mulheres. Atuando diretamente nas múltiplas formas da identidade, e ao mesmo tempo em que obedece à contextualização do tempo e do espaço de poder. Na realidade empírica o estudo foi primordial para a independência financeira das mulheres com o *habitus* patriarcal. As identidades esperadas para as mulheres dentro de uma família tratam de reproduzir, de certa forma, este padrão que vigia e pune as mulheres-mães que “abandonam os filhos” para se dedicar ao trabalho e/ou estudo.

O interessante no conceito de Foucault é que ele transparece a multiplicidade de relações de forças, não se forçando em uma única face. Deste modo, como não existe um só tipo de poder, também não há uma única forma de resistência, e sim resistências no plural. Entendemos aqui a resistência igualmente como uma forma de poder. O importante na análise de um tipo de poder é percebê-lo como técnica de uso. Não importa os objetivos deste, as vantagens ou as perdas, o que interessa são as relações que este poder está reproduzindo.

Analisando as várias performances⁸⁴ da mulher e ao mesmo tempo as várias faces do poder que ela traz em cada performance, podemos e devemos tirar da mulher o adereço de vítima. Mesmo com a dupla jornada, com o pouco salário e algumas dificuldades que as mulheres têm na vida social, muitas delas não se consideram vítimas. Adjetivos como heroína, guerreira, lutadora, foram utilizadas pelas entrevistadas para falar da mulher atual. A dupla jornada, sendo a maternidade prioridade delas foi tida como um desafio a mais que elas deram conta justamente por terem essa capacidade de adaptação.

As relações de poder presentes nas instituições não são eternas, por isto Foucault aconselha que se deva estudar o poder fazendo genealogias e percebendo as descontinuidades das relações. A abordagem genealógica consiste numa análise que contemple historicamente os sujeitos, dando conta de como se constituíram os saberes, os discursos, enfim, de como os mesmos sujeitos se constituíram como agentes sociais ao longo da história.

Analisando as relações de gênero, em Foucault consegue-se ver que as interações de gênero não são majoritariamente uma relação desigual, em que os homens sempre ganham e as mulheres sempre perdem. O nosso propósito com Foucault é justamente justificar o contrário: o poder não é hierárquico e está em todas as relações. Sendo assim, tanto homens quanto mulheres possuem poder de formas distintas. Em cada modelo de família existiu uma forma diferente de poder, e, se há “poderes”, existem “resistências”.

3.2 MATIZES DA DOMINAÇÃO MASCULINA

No cotidiano das relações sociais encontramos diversas manifestações do *habitus* patriarcal em homens e mulheres. Nelas percebemos frequentemente os conflitos como expressões de controvérsias sobre a maneira de sentir, de ver e de viver diante da sociedade. Nesses processos de interação os conflitos se tornam evidentes e dão curso as disputas de poder. Homens e mulheres constroem e reafirmam maneiras de apresentar este poder de acordo com as transformações sociais e as modificações ocorridas nas suas vidas particularmente. Sendo assim, não podemos afirmar que o poder é uma categoria de análise que pressupõe fixidez. Ao depararmos com as interações sociais estamos continuamente modificando as nossas

⁸⁴Para saber mais: Judith Buther (2003) livro Problemas de Gênero.

práticas sociais de maneira sutil e gradativa, e dentro dessas modificações se encontram a nossa forma de exercer ou resistir à prática de poder. Por ser constante o fluxo dessas modificações o processo de análise da dominação masculina se torna escorregadiço, difícil de aprender.

Weber (1987) ⁸⁵cunhou o conceito de dominação para evidenciar que certas práticas de sujeição de indivíduos sobre outros estão presentes em diversas situações cotidianas. A crença dos dominados na legitimidade da dominação é reforçada pela ordem afetiva, racional, e por valores coletivamente partilhados. Weber (1987) define poder como: *“toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social mesmo contra resistências”*. (WEBER, 1987:33) A dominação para o mencionado autor é *“a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”*. (1987:33). Em outras palavras Weber afirma:

Por “dominação” compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador(s)” quer influenciar as ações de outras pessoas (“do(s) dominadas(s)”) de tal modo as influências que estas ações, num grau de socialmente relevante, se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência”). (WEBER 1987: 187.)

Dessa forma, o conceito de dominação de Weber pode ser compreendido como a forma através da qual um indivíduo faz valer a sua vontade diante dos outros, gerando uma relação de submissão e dependência de ambas as partes. A definição de Weber sintoniza bem com o significado de dominação apontado pelas mulheres. Uma delas afirmou: *“(...) Quando se faz os gostos do marido, quando ele diz: você não vai vestir roupas decotadas! vestir tomara-que-caia! andar de shorts! E você vai... fazendo os gostos dele”*⁸⁶. Outra depoente ainda afirmou que ser dominada é quando a mulher em tudo precisa pedir permissão ao marido. Em contra partida, segundo elas, um indicador dos laços de superação da dominação são as ações das mulheres que são “livres” para terem decisões próprias e seguir as suas vontades sem estarem consultando os maridos. Controlar as suas próprias saídas do âmbito doméstico pode ser apontado como uma estratégia de poder para com os seus

⁸⁵Para ele, a dominação é um dos elementos de maior importância dentro da ação social. Ela desempenha uma função primordial dentro das estruturas de ação social, na qual pode haver um olhar do pesquisador em função de descobrir quais as causas da dominação e da obediência dos dominados. A relação dominador-dominado é muito atual, ela está presente até mesmos naquelas situações em que ao primeiro olhar parecemos neutras como, por exemplo, à relação pai-filho.

⁸⁶Fragmentos de dona Kátia, 48 anos, auxiliar de cozinha, seis filhos.

maridos. Esses são apenas exemplos de como elas pensam e sentem a dominação masculina.

Por outra parte, sabemos que a obediência faz parte do aprendizado do *habitus* patriarcal que configurou a sua legitimidade na *obediência*⁸⁷ aos homens e da sujeição das mulheres ao universo masculino. Sabemos que com a industrialização, a modernização e a urbanização, houve várias mudanças nas estruturas sociais e no modo dos indivíduos se relacionarem com a sociedade. Uma dessas mudanças foi a entrada da mulher no mercado de trabalho, a qual abriu para ela o contato com novas situações, conhecimentos, espaços e pessoas, sem poupá-la das atividades domésticas que já eram sancionadas como próprias das mulheres. Estes conjuntos de transformações sociais agiram também na construção diferenciada do *habitus* da mulher, que antes obedecia a um padrão patriarcal.

Uma das contribuições mais significativas ao pensamento social contemporâneo encontramos em Bourdieu. Este autor sugere um método praxiológico de análise da realidade, cujo conceito de *habitus* é a síntese. Para ele, a ciência tem como objetivo descobrir as causas das ações dos indivíduos que os fazem agir como agem, sentir como sentem e pensar como pensam.

A dominação é uma ação de poder que tem como resultado a alteração do comportamento de outrem. Para Bourdieu⁸⁸, a dominação masculina como uma forma de poder simbólico tem como característica a não arbitrariedade tanto de quem domina, quanto de quem recebe a dominação. Ela é fruto da reprodução social, em que os homens, junto com as instituições sociais, preservam a sua reprodução.

Diante disso, a dominação masculina pode ser vista como um fato histórico. Por isso, que a lógica da dominação masculina só pode ser percebida pela compreensão dos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres, isto é, as disposições hierarquizadas que são incorporadas pela ordem social.

A eficácia da reprodução está nos indivíduos incorporarem os elementos da dominação nas suas relações e na incorporação do seu gênero, e com isso, percebê-los como naturais, sem se atentar para o fato de ser uma construção social. Os efeitos da dominação masculina se tornam eficientes porque ela não se efetua na lógica das

⁸⁷Para Weber a “disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas.” (1987:33)

⁸⁸Bourdieu, Pierre. A Dominação Masculina. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

consciências cognoscentes, mas nos de esquemas de percepção, ação e avaliação que constituem o *habitus* em que os fundamentam.

A dominação masculina é o efeito da incorporação de capital simbólico que predispõe ao *habitus* elementos para que a força simbólica haja criando ações de dominação. Então, por mais que uma mulher ou uma porção pequena delas consiga tomar consciência da dominação simbólica que as aflige fica muito difícil de elas modificarem as suas relações, pois a mudança de *habitus* não é feita de forma instantânea, ela é gradativa e depende de acúmulo de capital simbólico.

Podemos então sugerir que a dominação não é uma ação em que existe um culpado. O que existe são resultado da reprodução social que perpetua a força simbólica dos homens sobre as mulheres, fazendo isto na formulação do *habitus* masculino e feminino como objetos complementares. A mulher também não pode ser responsabilizada como reprodutora da dominação por ser acomodada ou por consentir a dominação. Para haver uma transformação dessa relação de dominação é necessário que se transforme as estruturas sociais que transmitem esta dominação e de todos os bens simbólicos que são resultados desse processo.

O processo de reprodução da dominação masculina é feito desde o momento em que se manifesta o poder masculino sobre o feminino, legitimado pela naturalização do sexo biológico com o gênero masculino ou feminino. A relação sexual é uma relação social de poder, pois é constituída pelo princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo. O próprio desejo masculino, expressa a posse e a subordinação erotizada feminina.

O processo social da dominação masculina começa desde o momento da construção da heteronormatividade compulsória e da atribuição naturalizada da compatibilidade dos corpos biológicos com o gênero social. O capital simbólico social faz com que se perceba o masculino como o mais forte, o ativo, o superior, enquanto o gênero feminino recebe as atribuições contrárias destes elementos. A sexualidade ligada ao gênero é construída impondo-se usos legítimos dos corpos e formas de pensamentos, percepção e ação, ao mesmo tempo em que se excluem outros por serem pertencentes ao outro gênero.

A aprendizagem dos costumes dos papéis masculino e femininos são inseridos gradativamente desde os primeiros anos de vida. Bourdieu afirma que a educação elementar introduz maneiras de postar o corpo desde o olhar, gestos, expressões, movimentos, vestimentas, entre outras. Estas características que são

aprendidas refletem o contexto cultural em que os indivíduos vivem, são posturas carregadas de valores e moral específicas. As próprias mulheres usam na sua realidade cotidiana esquemas de pensamentos nas relações de poder que elas envolvem, que são frutos da incorporação dessas relações de poder originados na ordem simbólica.

A construção do *habitus* feminino ocorre quando as mulheres interiorizam as normas evocadas pelos discursos masculinos. O *habitus* se torna a nossa segunda natureza, um saber social que ativa nossas ações, embora na execução da maioria delas procedamos de maneira inconsciente. Exemplo disso pode ser a forma de lazer das mulheres que na maioria das vezes é diferente da dos homens. Recentemente os homens ao terminarem um dia de trabalho chegam a casa e decidem sair para um barzinho para assistir na televisão um jogo do campeonato de futebol com os amigos, para jogar baralho, sinuca ou simplesmente para “bater papo”. Enquanto apreciam bebidas e músicas. As mulheres por outro lado, tendo trabalhado igualmente o dia todo, chegam a casa e se veem impelidas a lavar, cozinhar e cuidar dos filhos. Se sobrar tempo, o lazer para elas se resume a uma novela, costura e artesanato, pintar as unhas, uma conversa na calçada com as vizinhas enquanto as crianças brincam um pouco, ou ir à igreja. Nessas sutilezas do comportamento diário de homens e mulheres percebemos as disparidades de exigências e de oportunidades de vivências sociais predeterminadas pelo *habitus* patriarcal.

As pistas analíticas de Bourdieu se tornam úteis às abordagens das questões de gênero, em razão dos seus conceitos serem instrumentos operatórios que facilitam a compreensão da dominação masculina. Ainda oferecendo a oportunidade de nos posicionarmos científica e epistemologicamente perante os avanços da modernidade e os seus efeitos no mundo das mulheres. Sendo assim, o fato das mulheres não perceberem outras situações nas quais o poder masculino age sobre elas, nos leva a entender que é por causa da construção do *habitus*, que naturaliza as nossas ações e as compreensões dos fatos dos outros.

3.3 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA

No preâmbulo do livro “A Dominação Masculina”, Bourdieu afirma:

(...) jamais deixei de me espantar diante do que poderíamos chamar de o *paradoxo* da *doxa*: o fato de que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido

próprio ou figurado suas obrigações e suas sanções, seja grosso modo respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e “loucuras” (basta pensar na extraordinária coordenação de milhares de disposições - ou de vontades- que cinco minutos de circulação automobilística na praça da Bastilha ou da Concorde requerem); ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência da mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica. (BOURDIEU, 2009:7)

No entendimento do mencionado autor, é a violência simbólica um dos principais instrumentos acionados no universo social orientado a manutenção dos esquemas da dominação masculina. No mesmo texto, Bourdieu define a violência simbólica como uma

Violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2009:7)

No caso das mulheres observadas em nosso processo de pesquisa, observou-se que a violência simbólica se manifesta de várias formas. Por exemplo, na relação com a sogra. Muitas vezes a relação entre nora e sogra, transpareceu pelas falas das entrevistadas, como um reforço à obediência da esposa com o marido, logo que elas deviam incorporar uma imagem de esposa que a sogra descrevia. Nessa imagem, a nora deveria ser “empregada” doméstica, mãe e esposa em primeiro lugar. O que diz respeito à vida pessoal e profissional da mulher casada deveria ser posta de lado por não ser considerada a mais importante.

Perante este modelo de ser “esposa”, corresponde à nora se posicionar. E é esse fato que nos leva a pensar no outro lado da violência simbólica no posicionamento das mulheres diante as manifestações de poder. Neste caso, teóricos como Bourdieu e Weber afirmam que o exercício da violência simbólica somente triunfa se o “dominado” contribui para a sua eficiência, reconhecendo o outro enquanto dominante e superior. Esse reconhecimento do poder alheio ocorre tanto conscientemente, quando inconscientemente, quando os padrões de violência forem naturalizados eficazmente. O processo de reprodução dos padrões de conflito se faz quando as representações da inferioridade feminina são incansavelmente apontadas e

repetidas se inscrevendo nos *habitus* masculino e feminino. Junto com a incorporação da dominação, se encontra também a possibilidade dos indivíduos manipularem a realidade social a fim de deslocar ou subverter a dominação.

As formas de dominações de gênero, não se resumem apenas a relação interpessoal entre homem e mulher, pelo contrário, elas vão atingir os âmbitos econômicos, políticos e religiosos, dado que o *habitus* se refere tanto à esfera pessoal quanto à social. A dominação masculina se manifesta segundo Bourdieu (2009) numa forma invisível as vítimas pela comunicação do conhecimento simbólico. Para que a relação de dominação seja eficiente é preciso que dominado e dominante comunguem da interpretação e compreensão dos mesmos símbolos. Nas maneiras de pensar, falar e agir que permeiam as interações sociais.

Nos relatos das depoentes quando elas diziam: “(...) *homem nenhum me domina*.⁸⁹” As mulheres entrevistadas não pareciam perceber em suas vidas a manifestação das formas de dominação masculina na esfera simbólica, nas ações que não apelam ao uso da força física, tais como: manipulação, proibição, indução, oposição, protesto e coerção. Embora muitas dessas ações fizeram parte do cotidiano delas, não foram apontadas como evidência de dominação masculina. A dominação expressa nesses elementos se torna mais grave para as mulheres ocasionando danos para a dimensão psicológica, física, social e emocional. No entanto, sabe-se que essas ações são mais difíceis de serem percebidas como dominação por conta da sutileza e da naturalidade com que elas apresentam. Muitas dessas mulheres viram na infância sua mãe e avós sendo tratadas desta forma pelos maridos, pais e outros membros do círculo social. Esta provavelmente seja a causa delas não perceberem a amplitude da dominação masculina, na qual a maioria delas vivem submetidas.

As mulheres depoentes, por conta da sociabilização, não conseguem pensar e sentir a dominação nas formas simbólicas. Mas estes dados apareceram nas suas falas durante as entrevistas. Como por exemplo, no fato da dupla jornada apontada acima e também no caso de Dona Aline, que declara que o casamento a privou de relações mais amplas, deixando-lhe numa situação de prisão e solidão. “*Quando eu me casei eu só ganhei uma prisão e mais trabalho*⁹⁰” e outra afirma: “*A mulher não deve baixar a cabeça para o homem pisar*”⁹¹.⁹²

⁸⁹ Fragmento do depoimento de Eliane, 43 anos, auxiliar de secretária, três filhos.

⁹⁰ Depoimento de dona Marta, 48 anos, auxiliar de biblioteca.

⁹¹ Depoimento de dona Aparecida, 35 anos, auxiliar, quatro filhos.

O entendimento de que os homens “prendem” e são capazes de “pisar” as mulheres nos fornecem meios para os elementos simbólicos que permeiam as relações entre homens e mulheres. Na situação do homem que “pisa” e da mulher que é “pisada” mostra simultaneamente que a mulher se percebe enquanto sujeito em que o homem pode “pisar” e “prender” e por causa disso, elas não devem “baixar a cabeça”, ou seja, não devem dar abertura para situações em que os homens possam “pisar-las” e “prender-las”. A exemplo dessa conscientização das mulheres para resistir com atitudes de prevenção, desloca as mulheres da imagem de frágil, de vítima da história e passamos a colocá-las como autoras de suas próprias vidas. Sugerir a análise da submissão imposta pelo sistema social as mulheres como fruto da violência simbólica é um fato que contribui para compreender como a relação de dominação de gênero é na verdade um fato social. E por isto, construído socialmente e passivo da análise histórica e sociológica.

A dominação masculina é uma face do poder, assim como as estratégias de resistência ou de dominação feminina. Foucault (2011) nos adverte que todos têm e manifestam poder de variadas formas e intensidades, e como exemplo de uma forma específica de poder, temos a dominação masculina. Entendemos por dominação o conjunto de atributos legitimados socialmente que força, manipula, obriga, induz, controla e persuade as mulheres a seguirem as vontades do universo masculino, de forma consciente ou inconsciente. Diante do exposto devemos enfatizar que a dominação não é apenas masculina. As mulheres manifestam expressões de poder de variadas formas. Foucault afirma que cada pessoa tem múltiplas formas de exercer poder sobre o outro. As mulheres como já foi dito aqui, podem usar os serviços domésticos como uma forma de controle, manipulação e dependência para os homens.

O poder nas relações de gênero está em todos os lugares e situações. A todo o momento homens e mulheres usam o poder no outro para conseguir o que querem para si. Neste ponto podemos argumentar que o investimento do poder pode ser usado positivamente a fim de conseguir algo que seja bom para o casal e a família, como promoções no emprego, concursos, desempenho sexual e pessoal. E por outro lado, o aspecto nocivo do poder está quando se deseja conquistar aquilo que é bom

⁹² Bourdieu comenta na “Dominação masculina” momentos em que o poder de dominar se revela através do uso das palavras.

para si e prejudica o outro. Manipulando, coagindo e obrigando o outro a tomar as decisões de outrem como próprias.

Durante as entrevistas foram poucos os momentos em que as mulheres afirmaram que tinham poder sobre os maridos. “*a partir de agora, quem manda aqui sou eu.*” Mas vale apontar que a consciência da dominação das mulheres não veio junto com a expressão das palavras “dominação” ou “poder”. Na tentativa de perceber o que é a dominação para essas mulheres perguntamos a elas o que entendiam por dominação e em que situações esse poder se manifestava. A resposta foi que a dominação masculina é o conjunto de agressões físicas e verbais, como surras, murros, palavrões, humilhações públicas, grosserias, entre outras situações semelhantes. Elas ainda pensam que deixar um homem dominá-las está relacionado a “*fazer as vontades dele, entregar o seu salário para ele e perder a sua liberdade*”⁹³. Lisboa (2007) numa pesquisa sobre relações de poder apresenta dados em que o grupo de mulheres que estudou concebem a dominação como violência física ou humilhações públicas.

Outro elemento que foi bastante utilizado por elas para definir a dominação foi a ação de consentir que o homem tenha poder sobre elas. Todas foram muito enfáticas em afirmar que “*O homem só domina quando a mulher deixa*”⁹⁴. Em outras palavras, deixar o homem dominar seria o equivalente a consentir com a dominação⁹⁵. A ação de consentimento seria aquela em que as mulheres permitem ou concordam com a dominação em determinadas situações para mostrar o seu poder de resistência em situações posteriores.

Para uma parte das mulheres entrevistadas o consentimento seria “consciente”, mas ao mesmo tempo canalizado como forma delas dominarem os homens em situações posteriores. O poder das mulheres age para dominar os homens, ou seja, utilizam variadas formas para conseguir o que querem. E também se expressa como resistência, incluindo as ações que tendem a burlar a dominação masculina. Como a relação conjugal é permeada de conflitos, seria inviável que duas pessoas se unissem

⁹³Fragmento do depoimento de Dona verônica, 43 anos, professora, três filhos.

⁹⁴Fragmento do depoimento de Dona Francisca, 37 anos, disciplina, dois filhos.

⁹⁵Na nossa perspectiva, o fato da mulher consentir as ações de dominação dos homens, é devido a duas situações: a primeira seria quando ela apenas reconhece o homem ou a situação como dominador e age obediente as suas vontades. Numa segunda forma não necessariamente quer dizer que ela faça isso porque está sendo submissa, pois, ela pode estar articulando forças para resistir a algo posteriormente. Seria uma situação de conveniência, em que se age hoje pensando em ganhar algo amanhã. Posteriormente apresentaremos a conveniência como uma categoria apresentada por certou para discutir as relações sociais e no nosso caso, será a ênfase as relações de poder.

para viverem em constante manifestação de insatisfação, brigas e violência de variadas formas. Por isso, que consentimento é uma forma de negociação para que a relação seja possível. Uma vez que um perde para que o outro ganhe, e noutra situação o ganhador passa a ser perdedor. Numa relação em que as mulheres ou os homens estivessem o tempo todo dominando se tornaria insuportável e inviável sustentar este tipo de relação. Desta forma, nas realidades observadas as mulheres oscilaram por momentos de fortes sofrimentos causados pela dominação masculina e também por momentos de mudanças e de resistência que serão mostrados abaixo.

Além da situação de consentimento, também tivemos mulheres que viveram ou apontaram amigas em situação de submissão. Esta seria um estado mais grave da dominação masculina, expressas nas faces físicas, simbólica, mentais e materiais. As mulheres submissas aceitam viver o estado de dependência do marido, por não conseguirem montar estratégias para resistir e mudar de vida. São conscientes que vivem um sofrimento, mas não articulam esta consciência para a resistência.

Nos depoimentos apresentados, elas não mostraram estar conscientes das várias facetas da dominação masculina. Como por exemplo, o conjunto de obrigatoriedades, como, o cuidado dos filhos, as obrigações sexuais, a ditadura da beleza, a personalidade compreensiva, gentil, doce e carinhosa com os filhos, maridos e parentes. A dificuldade de elas perceberem estas forças coercitivas vem do caráter simbólico a que pertencem estas ações.

3.4 CIRCUITO DE CONSELHOS

Recorrendo aos usos de poder das mulheres, tanto como forma de resistência como de dominação, destacamos a algumas estratégias de poder usadas para se proteger da violência física e simbólica dos homens. Imergindo nos depoimentos, encontramos falas que demonstram que na medida em que elas não se percebem enquanto dominadas, são capazes de indicar outras mulheres que são dominadas pelos maridos. Elas comentam sobre a vida destas amigas e realizam uma “análise” da situação enfrentada por ela e por outras mulheres.

Tenho amigas que deixam o marido dominá-las e não fazem nada.
Tenho uma amiga que é psicóloga e que nem trabalha mais porque ele não deixa. Ele manda ela se sentar para ele bater nela, e ela senta!
Ela tem uma irmã que é jornalista e que não trabalha porque o

marido não deixa. Não existe isso não! A mulher não pode ser besta tem que tomar atitude⁹⁶.

A sua reação mediante as mulheres que são “bestas”, isto é, as que se deixam dominar e fazem os “gostos”⁹⁷ do marido, reagem aconselhando, tentando mostrar que o que acontece poderia ser evitado, caso a amiga se liberte do marido. O circuito de conselhos se torna uma importante rede de sociabilização que divulga ao mesmo tempo como os homens dominam e como as mulheres respondem a dominação com resistência pelas suas histórias de vida. As traições muitas vezes são contadas com humor, como se fosse uma situação cômica⁹⁸.

As mulheres mais velhas afirmaram que aconselham as suas filhas das vantagens e desvantagens da vida de casada, incentivando-as “*viverem muito*” antes de casar, não deve haver pressa, pois “*o primeiro casamento deve ser com o trabalho*”⁹⁹ e outra ainda comentou: “*eu digo a ela sempre, o primeiro filho é o seu estudo, somente depois é que você se casa*”¹⁰⁰.

Os conselhos moldam os *habitus* femininos, quando são acompanhados dos relatos das histórias de “vitórias” e de “sofrimento” das “conselheiras” a fim de ensinar preventivamente as mulheres mais jovens e inexperientes a não cometerem os mesmos erros. O conteúdo dos conselhos muitas vezes adquire uma posição de fofoca. Cláudia Fonseca (2000) aponta a fofoca como um meio de poder nas comunidades pobres. Seja como fofoca, ou como história das conselheiras, as recomendações alcançam a mesma finalidade da exposição das estratégias de poder de dominação persuasiva, ou seja, majoritariamente em forma de discurso. E este último é apontado por Foucault (2011) como um vetor importante de poder.

3.5 CUIDADO COM O CORPO

Outra forma que as entrevistadas mostraram como resistência a dominação dos homens foi promover momentos para cuidar de si, isto envolve o cuidado com o corpo e momentos de lazer.

⁹⁶ Depoimento de Kátia, 48 anos auxiliar de cozinha, seis filhos.

⁹⁷ Quando elas falam em “gostos” dos maridos que elas não podem responder prontamente, quer dizer que são vontades, caprichos dos maridos que podem ser evitados. E sendo coisas supérfluas atender aos caprichos seria um rebaixamento da parte dela.

⁹⁸ Esse fato também foi encontrado na pesquisa de Fonseca (2000)

⁹⁹ Daniele, 37 anos, professora, três filhos.

¹⁰⁰ Josilda, 44 anos, auxiliar de cozinha, três filhos.

Após a entrada no mercado de trabalho as mulheres modificaram a sua forma de se relacionar e perceber o corpo. Alguns tipos de profissões como vendedoras, recepcionistas, secretárias, exigem das mulheres que se mantenham apresentáveis, isto é, que tenham um cuidado especial com o cabelo, unhas, roupas e acessórios. Além da cobrança do ambiente de trabalho, o salário que elas passam a ganhar proporciona meios para que elas sustentem essa vaidade. Mas para manter a vaidade e, conseqüentemente, a autoestima é necessário o dinheiro para comprar cosméticos, acessórios, roupas, investir em lazer, e fazer academia.

Pelos seus depoimentos, pode-se perceber que a vaidade funciona como um elemento que eleva a autoestima, e, além disso, oferece um sentimento de satisfação pessoal para as mulheres. “*Eu posso esta arrasada, mas se eu for ao salão e ajeitar os cabelos e fizer as unhas, eu saio de lá outra.*”¹⁰¹ A vaidade no conjunto de cuidados estéticos com o peso, cabelo, pele e unhas reforça o “amor próprio” e a estima por elas. “*Eu me olho no espelho e digo: eu tô linda! Eu me amo!*”¹⁰² – disse a depoente.

A autoconfiança que nasce desse cuidado diário de si extrapola o lado exterior da mulher e promove mudanças interiores. O “amor próprio” se torna uma manifestação de poder que repõe o amor submisso que a dominação masculina supõe. Segundo Touraine (2007) as mulheres durante o processo de sociabilização deveriam recorrer a uma construção identitária “voltada para si”, que seria aquela que cultiva o “amor próprio”. O que pressupõe que ela deveria desenvolver o amor para consigo. No caso das mulheres analisadas, o que acontece é que, durante a sociabilização patriarcal, o *habitus* da mulher se constrói para cuidar “do outro”. O que falta às mulheres dominadas pelo patriarcalismo é a consciência de si e de sua importância enquanto indivíduo, para que elas possam formular situações de resistência. A vaidade indica um olhar de amor para si não uma atitude egoísta ou narcisista. É um caminho que elas percorrem para atingir os seus objetivos, numa rede de relações e de intenções.

Nesse raciocínio da vaidade como um incentivo ao olhar para si, Giddens (1993) afirma que existem relacionamentos conjugais em que há uma co-dependência de um dos cônjuges, que mantém um relacionamento pela obrigação da

¹⁰¹ Depoimento de Eliane, 43 anos, auxiliar de secretaria, três filhos.

¹⁰² Depoimento de Camila, 33 anos, serviços gerais, dois filhos.

força da rotina, que tanto poderá ser a mulher ou o homem o “viciado” no outro. Ele define a co-dependência, como “*alguém que, para manter uma sensação de segurança ontológica, requer outro indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, para definir as suas carências*” (GIDDENS, 1993:101). Os indivíduos co-dependentes não têm noção de sua individualidade, agarrando-se a uma identidade falsa, formulada a partir de ligações com o dependente. A reflexividade, capacidade de reflexão e reprogramação da vida, consiste numa saída para se livrar do vício do outro. Quando um indivíduo age com reflexividade ele irá escolher por sua vida e optar por modificar as rotinas ou até mesmo descartá-las. Trata-se de uma reorganização e um resgate da individualidade e da independência da liberdade das ações. Esse processo de reflexividade seria a conscientização para mudança do *habitus* incorporado.

Não podemos deixar de mencionar o outro lado da vaidade, como uma forma de violência simbólica, quando a sociedade dita as regras daquelas que se devem enquadrar como belas. Atualmente a mídia tem perturbado e angustiado muitas mulheres que não se encaixam nos padrões de beleza, que seriam as mulheres magras, altas, cabelos lisos, seios fartos, entre outras exigências. Por causa da violência simbólica exercida para padronizar as mulheres, muitas delas se tornaram escravas de cosméticos, remédios para emagrecer, químicas para os cabelos e muitas dívidas para acompanhar o que está na moda. Muitas destas atitudes têm efeitos negativos na saúde física e psicológica das mulheres.

3.6 ROTINA NO LAR

Outro aspecto que expressa o poder das mulheres está nas atividades domésticas. Na maioria dos depoimentos, as entrevistadas demonstram desejo de que os maridos colaborem na divisão igualitária das tarefas, admitem que preferem fazer porque os homens não exercem as atividades com o mesmo “zelo” que elas. De acordo com Foucault (2011) que afirma que todos nós temos poderes que se manifestam de formas distintas relacionado com as situações e as realidades vividas, podemos alegar que provavelmente as mulheres tendem a monopolizar as suas relações com as atividades domésticas como um meio de se tornarem necessárias e assim serem sempre presentes na vida social familiar.

Seguindo o pensamento de Foucault (2011) ainda temos o saber como uma forma de poder na sociedade moderna. E seguindo esse raciocínio ganhamos mais espaço para afirmar que algumas mulheres detêm este saber que tradicionalmente

pertence a elas como uma forma de manipulação e dominação sobre a sua família, mesmo que seja muitas vezes um exercício do poder ocorra de forma quase que imperceptível para ela. Uma vez que ela está seguindo as maneiras de pensar, sentir e agir que foram/são incorporadas e naturalizadas pelo *habitus*.

Durante os depoimentos percebemos que este poder que as mulheres têm serve como arma para que elas burlam algumas situações de dominação dos seus maridos. Como uma senhora que declara desejar que todos vejam que a casa está organizada e que foi ela e não outra pessoa que fez¹⁰³. Ainda também quando outra afirma que para afrontar o marido o deixa sem cuecas limpas, ou sai para a igreja ou para a casa da mãe, deixando o mesmo sem jantar. O que estes dados refletem é que não podemos pensar que a dupla jornada é algo que as mulheres queiram se livrar, como se fosse algo insuportável. Não podemos esquecer que o trabalho assalariado e a dupla jornada conciliados conferem mais valor as mulheres que conseguem dar conta dessas duas situações, tornando-se mais dignas perante o seu marido e a sociedade. Pois, elas conseguem mais que os maridos com duas jornadas de trabalho, enquanto eles têm apenas uma. Sem mencionar em outras “coisas de mulher” que fazem parte do seu dia a dia, como academia, igreja, artesanato, cuidar da pele, dos cabelos e unhas, que demanda outras parcelas de tempo diário na rotina dessas mulheres .

As entrevistadas acreditam serem elas, as mulheres, que realizam melhor o trabalho doméstico¹⁰⁴. Apontando que os homens não fazem corretamente como elas sabem fazer. Na afirmação de que *os homens não fazem como nós* ou *tu sabes que ninguém faz como agente*¹⁰⁵, revela uma auto comparação das situações em que as mulheres são “melhores” do que os homens. Ao mesmo tempo, em que revelam a necessidade da mulher ser valorizada por aquele trabalho que somente ela sabe fazer. Neste caso, na arrumação da casa e da cozinha. Não foi dito em nenhum depoimento que nem que fosse por um dia apenas os homens tivessem tido um dia como elas

¹⁰³A expressão popular: “a mulher é a rainha do lar” resume bem o simbolismo que está nas entrelinhas da realidade social, é na casa onde as mulheres exercitam o seu poder.

¹⁰⁴Numa pesquisa de Cláudia Fonseca (2000) ela enfatiza como os homens faziam parte dos serviços domésticos. Ela diz: *quando almocei na casa do sapateiro, foi ele que me preparou as almôndegas. Homero, empregado do DMAE. Mostra-me com grande orgulho uma prateleira cheia de jaras de legumes em conservas que ele preparou durante as férias. Vi homens varrendo. Trocando fraldas, e até em um caso, lavando roupa.* (FONSECA, 2000:150)

¹⁰⁵Dona Fátima, 30 anos, secretária.

mesmos dizem de “Amélia¹⁰⁶”. Comprovando que não existe uma abertura das próprias mulheres para que os homens participem de uma forma democrática da rotina do lar.

Resumindo esta relação do trabalho doméstico com a realidade específica das mulheres entrevistadas temos que as teorias feministas encaram o trabalho doméstico como uma categoria de análise e um meio das mulheres serem dominadas pelo patriarcalismo. Alegando excesso de trabalho, a exaustão da dupla jornada e o não reconhecimento do trabalho doméstico, nem pelas próprias mulheres e nem pela sociedade. Do outro lado, consultando os depoimentos temos que para a realidade específica destas mulheres em suas falas de integrantes do senso comum, percebemos que o trabalho é “*natural*” para a vida delas, considerando uma atribuição “*comum*” a qualquer mulher¹⁰⁷. Até esta parte se encaixa com a visão das feministas¹⁰⁸. Porém, quando partimos para a análise dos depoimentos como foi exposto vemos que o trabalho doméstico serve como uma arma de dominação e ao mesmo tempo de resistência ao domínio das figuras masculinas da sua família. No entanto, é válido ressaltar que as depoentes não percebem isto enquanto dominação. Mesmo realizando as “ajudas” que elas “*desejam*” ter dos maridos é realmente “uma ajuda bem pequena”. Pois ficou claro que elas não querem dividir as suas atividades do lar com os homens¹⁰⁹.

3.7 ROTINA DE ESTUDO

Continuando com os aspectos da vida das mulheres que exprimem a manifestação da resistência sua temos a continuidade com os estudos. Para prosseguirem com seus estudos primeiramente elas tiveram que romper com a ideia de que a “casa” com todas as atribuições de maternidade e serviços domésticos vem em primeiro lugar na vida da mulher. Algumas delas expressaram arrependimento por terem tido filhos recém casadas, afirmam que, por serem pobres não tinham

¹⁰⁶ Ter um dia de “Amélia” é uma expressão bem adotada entre as mulheres. Para conotar que é um dia de muito trabalho doméstico, além da personalidade submissa de que é uma esposa que não reclama. A expressão surge de uma música de Roberto Carlos, “Ai que saudades da Amélia”.

¹⁰⁷ As palavras “*natural*” e “*comum*” enfatizam a incorporação dos seus papéis sociais na Divisão Sexual do Trabalho.

¹⁰⁸ Teorias das feministas materialistas.

¹⁰⁹ Foi assim que elas foram sociabilizadas por suas mães, e suas mães pelas avós, isto é, cresceram vendo os meninos se ocuparem com coisas de meninos enquanto elas aprendiam a ser mulher com a mãe.

condições de terem babás e faxineiras para sobrar tempo a fim de se dedicarem aos estudos.

A maternidade¹¹⁰ não planejada se mostrou como um item que mantém as mulheres “presas” à casa e aos filhos mesmo que por um tempo até eles tomarem certa noção de independência. Para algumas delas o nascimento de filhos na sua juventude representou o enterrar dos sonhos: “*eu queria ser assistente social*”; “*eu sonhava em ser enfermeira*”; “*eu comecei a fazer geografia, mas parei assim que meu primeiro filho nasceu.*”

Quando uma mulher decide adiar o casamento ou a gravidez, ou até mesmo opta por não querer vivenciar estas coisas, ela produz uma experiência de relação de força com a sociedade. Formas de diálogo entre o marido e a mulher, as piadas exibidas na frente dos amigos, fofocas, confissões de sentimentos se tornam agentes que expressam esse poder de resistência. E os exemplos dentro das relações de gênero vão bem além destes, estão presentes nas sutilezas do cotidiano, como modelos de roupas, escolhas das amizades, lugares e horários que se pode frequentar, o agir com *conveniência*¹¹¹ dentro das relações de parentesco, são armas que podem ser usadas por homens e mulheres nos seus círculos sociais.

A imagem da mãe que a mulher se espelha na construção de sua própria performance¹¹² não é necessariamente aquela a qual ela quer ser. Além do mais, uma mulher possui várias performances. A filha pode seguir apenas algumas delas e modificar outras ou ainda se espelhar em outras mulheres. A ideia de que a mulher é a grande responsável pela reprodução da dominação masculina na sociedade porque ela é majoritariamente sociabilizada pela mãe, cai por terra quando olhamos para a transmissão da identidade da mãe sendo a imagem da identidade reversa, ou seja, o

¹¹⁰Para saber sobre a maternidade como algo que é imposto a mulher ver Banditer (1985). Para esta autora a maternidade não deve ser conhecida como um instinto e sim como uma decisão recebe fortes influência da sociedade no sentido da maternidade torna-se uma obrigação compulsória a todas as mulheres.

¹¹¹Certou (2009) utiliza o conceito de *conveniência* como uma ação frequente no cotidiano em que os indivíduos agem se projetando, como este ato pode favorecer os laços ou lhe trazer algum benefício imediato ou a longo prazo.

¹¹²Não um modelo no sentido de uma cópia, mas no de uma paródia, de uma performance. É uma cópia da cópia. Por isso elas não são uma réplica das mães, possuem muitos valores semelhantes e outros que foram modificados pela contingência da vida social. Performance é justamente isso, agir através de uma paródia fugindo do pensamento de modelo que padroniza as ações para se agir então conforme o inesperado da vida social. Sendo assim, desenvolvemos várias paródias ao longo do próprio dia.

que a mãe é como mulher, profissional, esposa, amiga, e assim por diante é justamente aquilo o que a filha não quer se tornar.

Para aquelas que alcançaram o ensino superior afirmaram que “*ser submissa é deixar de estudar para se dedicar totalmente ao lar*”¹¹³. Continuar a estudar mesmo com as dificuldades financeiras, e tendo filhos, casa e um trabalho remunerado foi um desafio para muitas delas.

Foi um sufoco na época do meu TCC (trabalho de conclusão de curso). Eu tinha dois meninos pequenos. Trabalhava de dia, estudava à noite. Tive que me virar com as madrugadas e fins de semana para escrever. Fiquei magra e estressada, cheguei a desistir do mestrado mesmo sendo incentivada pelos professores que vinham em mim um futuro. Tive que abandonar porque a crise de estresse foi intensa¹¹⁴.

Diante desses elementos que promovem a dificuldade de continuar os estudos está o poder de resistir às barreiras da sociedade que estigmatiza como péssimas mães, aquelas que não se dedicam o seu dia para cuidar dos filhos. Além de estigmatizar as mulheres que deixam a casa desorganizada, mesmo que sejam em épocas de provas, concursos ou TCC. “*eu aproveito os feriados para fazer faxina e arrumar gavetas e guarda-roupas que agente vem adiando pela rotina puxada*”¹¹⁵,

3.8 RUIM COM ELES PIOR SEM ELES

As relações de poder entre homens e mulheres são como uma espécie de jogo, na qual ambos agem conforme as suas conveniências. Existem situações em que os indivíduos se comportam dessa maneira porque estão obedecendo às regras sociais e à consciência coletiva do contexto social no qual estão inseridos. Mas, por outro lado, existem situações em que sutilmente os indivíduos se deixam dominar para posteriormente, alcançar reconhecimento ou prestígio em outras situações. Um exemplo hipotético disso pode ser o fato de ir à casa da sogra. Um homem pode ir porque a mulher o manipulou para isto, mas ao mesmo tempo existe uma percepção de que se ela se sente feliz pelo fato de ter um homem que faz suas vontades, esta mesma mulher se empenhará em agradecer a este homem em outras situações. A balança pode ser uma boa metáfora para entender as relações de gênero. Para tanto, pode-se imaginar o homem e a mulher ocupando lados diferentes da balança e buscando um jogo de conveniência e equilíbrio.

¹¹³ Depoimento de Eliane, 43 anos, auxiliar secretaria, três filhos.

¹¹⁴ Depoimento de Marta, 48 anos, auxiliar da biblioteca, dois filhos.

¹¹⁵ Rosene, 25 anos, professora.

“Manter o equilíbrio” significa ficar, permanecer, conservar a relação, embora os cônjuges tenham consciência dos conflitos que a permeiam. Na realidade das depoentes existiram casos em que as mulheres vivenciavam manifestações de violência simbólica e física dos maridos e mesmo sendo consciente da causa do seu sofrimento, não se divorciavam. Neste sentido, Giddens (2005) afirma que uma das causas das crescentes taxas de divórcios nos últimos anos é devido às mulheres conseguirem a independência financeira, pelo trabalho. Segundo o mencionado autor, as mulheres pobres aguentam por mais tempo as violências do marido por não terem para onde ir. O tempo de tolerância diminui quando as mulheres possuem independência financeira. Como foi o caso de Dona Francisca¹¹⁶ que sofrendo com o marido que bebia muito e ainda a ameaçava de morte, quando questionamos porque é que ela não havia se separado do marido, uma vez que ele batia nela e ainda faltava com as responsabilidades financeiras da família, ela respondeu: *porque eu não vejo outra solução. Não vejo outro caminho*. Com expressões como essas, a depoente dava a entender que, na sua condição de dependência econômica do marido, não tinha alternativa a não ser a de continuar no casamento.

Os maridos que não assumem o seu papel de provedor, companheiro e protetor se tornam uma espécie de “martírio” que as esposas assumem como se não houvesse outro caminho para seguir longe do marido. Esta colocação ocorre com mulheres que ainda não chegaram a ter confiança em si para enfrentar a situação de dominação. Giddens (1991) define confiança como:

crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa fé na probidade ou amor de outro, ou na correção de princípios abstratos (GIDDENS, 1991:41)

Sendo assim, se confia em algo ou alguém quando se considera conscientemente as alternativas para seguir um rumo específico da ação. Uma pessoa que não considera os riscos está numa situação de crença e não de confiança. Na crença, quando existe confiança se assume a culpa, porém poderá se arrepender de se ter depositado a confiança. Confiar não é o mesmo que ter fé. Ela pressupõe um elo entre a fé e a crença. Confiar é um ato consciente, pois se tem noção de que algo pode acontecer fora do esperado. Neste ato calcula-se a vantagem e o risco de entregar-se a ação. A confiança em outros é concebida em comunhão com a confiança em si mesmo, que fornece uma base para a auto-identidade estável.

¹¹⁶Depoimento de Dona Francisca, 37 anos, dois filhos.

Quando o dinheiro não é suficiente para manter a família o fracasso é do homem, figura a quem a tradição impôs o papel de provedor. Por outro lado, se é a mulher que administra a renda ela consegue priorizar a alimentação e driblar outras despesas, mesmo que o dinheiro seja pouco. Alguns depoimentos colocavam em evidência a mulher na administração dos recursos financeiros do lar. A mulher é descrita como se tivesse a capacidade de multiplicar os recursos com sua administração. Nos casos das mulheres viúvas ou temporariamente separadas ou divorciadas, o trabalho assume o mesmo sentido que é pensado pelos homens, elas veem o trabalho como meio de prover toda a família desde a alimentação, moradia, saúde e lazer. Na situação em que o marido não consegue prover o sustento da família devido a uma situação de desemprego, doença ou por ele não querer trabalhar, a esposa inconscientemente atribui ao marido elementos simbólicos de seu significado social. Expressões como: “*apesar de tudo, ele era bom,*” ou “*ele ainda me ajuda na cozinha quando não está bêbado*” emergem como uma justificativa para a sua negligência com as atividades institucionalizadas para os homens. Esse tipo de discursos do senso comum é uma pista para entender a informação de que o homem “sem qualidades”, isto é que não é um bom pai, que é infiel, que não provê a família, que é violento, ainda possui um significado, qual seja o de que é o de ser homem-marido e pai. Esse tipo de percepção coloca em evidência um contraste na percepção da figura do marido na vida privada, no âmbito familiar, ele pode ser questionado ou até rejeitado, no âmbito da esfera pública a mulher se esforça por apresentar uma representação do marido que corresponde aos valores tradicionais. Em caos como esses se pode perceber o nível de influência da força da tradição. No entanto, algumas mulheres separadas e mães solteiras que viveram de alguma forma um processo de emancipação patriarcal, veem com outros olhos o papel do homem no interior da família.

Para alguns autores, o homem não pode ser visto como aquele que tem uma única função na família como é a de sustentá-la. Segundo eles, o homem tem uma função simbólica que é a de agregar elementos morais à mulher e à família. Entre esses autores podemos citar Sarti (1994) que afirma que renda e honra são elementos que legitimam a autoridade do homem. Para que o homem consiga mandar e sustentar a autoridade ele precisa ter “moral” e “caráter”. Por exemplo, o marido de Aparecida que por oito anos privou-a do uso de certas roupas, cortes de cabelos e a proibia de ir a lugares sozinha, enquanto ele “farrava” com as mulheres, mudou de

atitudes quando ele perdeu a moral com a esposa. A perda da moral ocorreu quando a esposa descobriu que a amante do seu marido quis matá-lo com água quente. Nessa situação, por ele não ter parentes próximos, quem teve que cuidar dele enquanto estava hospitalizado foi à esposa. A desmoralização da tentativa de assassinato por parte da amante serviu ao mesmo tempo de valorização da esposa que apesar de tudo se prontificou a cuidar do marido e ainda o recebeu de volta em casa. O fato funcionou como gancho para que a esposa expusesse uma nova realidade que o marido iria enfrentar daquele momento em diante. Ela enfatizou ao marido: “*agora quem manda aqui sou eu! ...não existe isso da mulher abaixar a cabeça para o homem pisar*”.¹¹⁷ Se ela tivesse cuidado do marido, sem impor novas regras, o relacionamento seria mais uma situação de dominação masculina e não de resistência como foi o caso dela.

Contudo, nem sempre a “perda da moral” significa a redução ou limitação da capacidade de domínio. Houve casos de mulheres que relataram que os maridos gastavam a maior parte do dinheiro com bebidas e deixavam toda a família desprovida de recursos econômicos. O interessante nestes casos é o de pensar o porquê de elas obedecerem aos maridos mesmo sem eles vivenciarem o papel de maridos, pai e provedores da família conforme reza o saber patriarcalismo. O argumento de Sarti (1994) é insuficiente para confirmar estes casos, pois mesmo eles não tendo aparentemente “moral nenhuma” com as esposas, segundo os próprios relatos delas, elas aparecem dispostas a ajudá-los e recebê-los sempre quando decidem voltar a casa. Estratégias de dominação são ativadas nestes casais e desdobram um processo de tensão relacional nos quais homens e mulheres disputam poder de um sobre o outro e sobre a família.

3.9 MÚLTIPLAS PERCEPÇÕES DO HOMEM NA VIDA CONJUGAL

A percepção do papel do homem na dinâmica da vida conjugal não é homogênea. Embora as depoentes pertençam a um contexto social semelhante. Pelos seus depoimentos, pode-se perceber que têm diversos conceitos do papel do homem. Para elucidar essa ideia, pode-se mencionar o caso de dona Carminha de sessenta e cinco anos, uma mulher que trabalha como assistente social. Ela contou que há vinte e oito anos o marido é a causa do seu sofrimento, o qual compara a uma “cruz”. Ela

¹¹⁷Depoimento de Aparecida, 35 anos, auxiliar de cozinha, quatro filhos.

percebe sua situação como embaraçosa pelo fato, de ter que ser mãe e pai, e ainda sustentar a casa, os filhos e o marido. Durante o depoimento pareceu que ela estava ansiosa para despejar toda a sua história como se fosse um tipo de terapia que a aliviasse do seu pesar.

A sua história é a seguinte, nestes vinte e oito anos o seu marido se tornou cada ano vez mais alcoólatra. Segundo ela, ele passa de um a dois dias bêbado, duas vezes por semana. Por causa disso, ele não trabalha formalmente, tendo que fazer “bicos” para conseguir dinheiro para o cigarro e as bebidas. Quando ele trabalha e recebe pelo seu serviço chega a casa bêbado, gritando, agressivo e violento. Quando está alcoolizado começa ameaçá-la com palavras e armas brancas, a causa da sua agressividade segunda ela conta é devido a Dona Carminha não querer ter mais relações com ele. Ela se justifica: *minha filha eu já estou velha e acabada, tu acha que eu vou querer ter uma relação com um homem horroroso e fedorento como esse?*

Ao ouvir essa história de agressões, humilhações e de prisão psicológica na qual ela vive a pergunta óbvia a fazer: é porque ela não se separou dele? A resposta dela foi: *“ah meu Deus! Minha filha! Como se eu pudesse... ele vive dizendo que eu tenho outro sem eu ter. Imagine se eu me separasse? Ele vai atrás de mim onde eu estiver e me mataria. O meu problema só tem solução com a morte. E ainda ele sabe onde meus filhos trabalham, ele iria atrás para segui-los até que eles contassem onde eu estaria escondida.”* Não conformada com a resposta insistiu na pergunta se alguma vez ela já havia pelo menos tentado a separação. *“Muitas vezes. (Respondeu ela) Eu peço para agente ir ao juiz para se divorciar para ele poder ter direito a aposentadoria, mas nem assim ele quer”¹¹⁸. Ele não tem para onde ir, nem emprego, nem família. Se eu botar ele para fora ele fica na calçada fazendo escândalos para os vizinhos ver. É a coisa mais triste do mundo. Não desejo isso a ninguém.”* Em princípio, a permanência de Dona Carminha nessa relação conjugal se explica pelo medo de possíveis retaliações do seu marido, no entanto, podem existir causas mais fortes que o medo, as quais têm origem em mecanismos sociais mais do que nas pulsões emocionais.

¹¹⁸Ela contou-me uma situação em que o marido estava ameaçando a ela e a filha de morte, e por ocasião chamou a polícia. Esta ao aparecer uma hora depois do chamado entra na casa e viram que o motivo da denúncia era o marido que estava bêbado e era idoso. Pelo motivo do marido ser idoso não chegaram a prendê-lo e ainda afirmaram: senhora nós não podemos levá-lo porque é um idoso e existem leis que protegem os idosos. No caso de Dona Carminha a justiça não ajuda. A lei Maria da Penha não é sinônimo nem de proteção e nem de auxílio.

Em outra entrevista¹¹⁹ na casa de Dona Carminha encontramos o marido dela bêbado. Ficamos impressionados com o poder que ele tem sobre ela. Ela estava tranquila, falando de histórias “boas”, mas foi ele chegar e a expressão de preocupação tomou conta do rosto dela. Fez transparecer um misto de ansiedade e vergonha por saber que uma estranha estava presenciando aquele fato. O “temido” esposo era um senhor idoso, de sessenta e sete anos, sem dentes, nem estudo e com o físico debilitado. Mas a presença dele denotava autoridade e controle sobre ela.

Mesmo sem ele ter aparentemente nenhum “caráter” e “moral”, dava a impressão que ele controlava todos os passos dela. Ela dizia não poder viajar por que não pode deixá-lo sozinho e nem levá-lo. *Eu vou comprar o pão e volto logo para ele não pensar que eu fui me encontrar com outro. Até os médicos tem dia que ele implica tanto que eu termino desistindo de ir. Sei não... sei não, é triste.* O medo, o controle, a manipulação, agressões físicas e verbais fazem parte da rotina de medo e de constrangimento em que ela vive. Todas essas manifestações, em certo sentido, denotam elementos da dominação corretiva que recaem sobre a depoente.

Analisando essa realidade em concreto, percebe-se que o marido, como homem, não ocupou o papel de provedor, de pai, de marido companheiro e mesmo assim consegue manter a esposa e filhos presos a ele, satisfazendo as vontades dele. Percebe-se que a pronta obediência da esposa, o medo que ele sabe que ela sente dele são os meios dos quais ele dispõe para fortalecer sua posição de dominador.

A condição de dominador não é permanente. Nos dias em que o esposo fica sóbrio, faz a maior parte dos serviços domésticos: lava, passa, lava banheiro e a louça. Segundo a depoente, “*só não faz cozinhar*”. Em diversos relatos, ficou evidente como ele era bem cuidado pela família, não se tratando de palavras amorosas, mas de ser convidado para as refeições, ser incluído em festas e reuniões familiares, ser vestido por ela com roupas apresentáveis, perfume e calçados. Perguntei o porquê de agir assim e ela envergonhada desconversou. Mas, o fato é que esse homem de atitudes contraditórias tem comida, casa, roupa nova e passeios, tudo isso promovido pela sua família. Com certeza, a soma desses fatos alimenta a dominação desse homem naquele lar.

Outro argumento para aceitar a presença dele na família vem das memórias que ela apresentou sobre o pai, a mãe e as amigas próximas. Ao falar do pai disse

¹¹⁹ Como percebemos a riqueza de sua história, propusemos outra entrevista em sua residência a fim de ficarmos mais a vontade para explorar o tema.

como ele foi rígido na criação dela. Prova disso é o fato dela ter-se casado virgem com trinta e três anos e que ter sido respeitada pelo marido enquanto foram noivos. Contou sobre o papel da mãe que para ela foi fundamental, por ter sido um referencial para que a família desse certo. Sobre as irmãs e amigas comentou: *“todas fizeram bons casamentos, só eu que fiz um “cagamento”. Elas estão muito bem, vivem com tranquilidade, estão até mais novas do que eu. Pareço mais velha do que elas, e isso é por causa do sofrimento.”*

Em trechos da sua fala, Dona Carminha comentou aspectos que denigrem a imagem da mulher separada. Diante das amigas e parentes dela que ostentam um relacionamento conjugal estável, ela se coloca como inferior porque não conseguiu fazer dar certo como a mãe dela o fez. Sustentar o marido, a família e tolerar as violências de que é vítima, é um meio dela representar à sociedade uma imagem de mulher que teve algumas conquistas na vida, dado que casou a mais de trinta anos e nunca se separou. Celebrar mais de três décadas de vida conjugal, em certa medida, significa dizer que ela também tem valor, da mesma forma que as amigas, porque ela tem um marido.

Casos como o de Dona Carminha nos leva a dominação ou sujeição das mulheres e dos homens, é um fato socialmente construído por discursos que legitimam verdadeiras ou equivocadas. Segundo os saberes disseminados em um determinado contexto social. Será que o “consentimento” para a dominação do marido é uma forma de resistência, para não sofrer mais, evitar a morte, estupro, espancamentos, vergonha ou humilhação social? A percepção dessas formas de submissão feminina nos leva a compreender as relações de dominação, no âmbito das relações de gênero, como resultantes de uma dinâmica histórica e cultural e, portanto, socialmente construída. (CHARTIER, 1995) A consciência que se passa ter da herança cultural é o que nos pode fazer enxergar certos atos como sendo de resistência ou de dominação. Como, por exemplo, as formas de entender certos episódios da vida cotidiana como atos de violência que se devem repudiar ou de sofrimento que oferecem subsídios para alcançar maturidade e experiência para a vida de mulher.

Diversos estudos afirmam que é a sociedade que define e impõe de várias maneiras, as características para homens e mulheres. Essas características diferenciam um do outro nas suas peculiaridades psicológicas e sociais. Assim, as próprias exigências coercitivas dos padrões de gênero impõem certas maneiras de

interpretação das ações de homens e mulheres como de dominação e submissão respectivamente. Porém, esta correspondência deve ser analisada criticamente, fugindo dos aspectos característicos do senso comum. A análise social nos leva a perceber que homens e mulheres constroem, estabelecem e mantêm formas de relacionar e perceber o outro¹²⁰.

Percebemos, portanto, que nas relações conjugais heterossexuais as relações de poder e de violência são bastante presente como em qualquer círculo social, contudo, há um paradigma que considera as mulheres como vítimas passivas dessas relações. É possível que isso ocorra dessa maneira. Contudo, o caminho que sugerimos para a análise dos mecanismos de dominação e resistência entre homens e mulheres é o da desconstrução das funções e significações tradicionais dos papéis de homens e mulheres. A tarefa é em si bastante complexa, mas propõe a consideração das diferenças entre homens e mulheres e não uma busca pela igualdade dos gêneros.

¹²⁰Foucault (2011) complementando esta ideia afirma que as relações de poder e as percepções do mesmo são construídas historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modo de conclusão faço um balanço do trabalho de pesquisa. Esta dissertação teve como foco analisar a dinâmica de mudanças no mundo das mulheres a partir da inserção delas na esfera pública, no mundo do trabalho remunerado que até épocas recentes era ocupado principalmente pelos homens. Durante o processo de pesquisa, nosso olhar foi direcionado para um grupo de mulheres que partilham, entre outros, os seguintes aspectos: mulheres de escassos recursos que, por diversas circunstâncias, ingressaram no mercado de trabalho e mulheres que dividem seu tempo e suas energias físicas na execução de atividades atribuídas a elas como trabalho remunerado e que, ao mesmo tempo, continuam dando assistência às suas famílias na condição de esposas e/ou de mães. Contudo, um dos aspectos que queremos enfatizar em nossa abordagem sobre mulheres que exercem uma atividade remunerada é o fato de elas estarem inseridas em uma rede social onde predomina o modelo de família tradicional/patriarcal, cuja característica principal radica no fato de que o monopólio do poder está plena ou parcialmente nas mãos do *pater* família. Ao ingressarem no mercado de trabalho as mulheres se deparam com outra realidade de vida diferente da familiar, que exigem delas novos posicionamentos e atitudes na sua rotina diária e na maneira de ver e de se comportar diante do mundo.

Como descrito no decorrer dos capítulos deste texto, a inserção da mulher no mercado de trabalho mais amplo e na indústria, não é algo recente. Elas estão presentes na história do desenvolvimento industrial do Brasil desde o início, como vimos no capítulo dois. No desenvolvimento da economia do país elas se encontram presentes, porém limitadas a certas especialidades e fadadas a terem salários mais baixos, sem se desvincular das suas obrigações sociais ligadas à gestão da vida familiar. Entretanto, a família e o universo do trabalho, são fundamentais para a percepção que as mulheres têm de si, do universo social ao qual pertencem, do seu presente, passado e futuro.

Um estudo como este nasceu concomitantemente com as leituras sociológicas feitas no curso de Ciências Sociais com as minhas interações sociais de gênero. Vendo e convivendo com outras mulheres percebi nos seus discursos e expressões como a dominação masculina interferia nos seus relacionamentos familiares, nas suas amizades e no seu trabalho, deixando-as preocupadas, tristes, zangadas, ansiosas, entre outros sentimentos. Além disso, chamava-me à atenção como essas relações

faziam com que estas mulheres se incentivassem a cuidar mais de si, aumentando o que diz respeito ao amor próprio, como o zelo com o seu aspecto profissional, estudo, corpo, amizades e bem-estar pessoal. Estas percepções, junto com as leituras das teorias sociológicas sobre poder, dominação, gênero e interações sociais, guiaram-me na busca de respostas aos questionamentos sobre o que ocorre após a entrada no mercado de trabalho em relação à dominação masculina exercida sobre essas mulheres.

Assumi o desafio de realizar uma pesquisa qualitativa na qual pudesse mergulhar em alguns aspectos de suas histórias de vida para poder analisar as relações de dominação, as estratégias de resistência e as mudanças no *habitus* dessas mulheres após a entrada no mercado de trabalho. Para tanto, tive algumas dificuldades. Iniciei com uma amostra insuficiente para de ela retirar os dados empíricos que desejava. Meses antes da qualificação tive a necessidade de trocar de orientador e reconsiderar tudo o que havíamos feito e correr atrás do que ainda havia por fazer. Foi o período mais difícil, porque tive que fazer trinta novas entrevistas e trabalhar com estes dados para construir os capítulos desta dissertação. Foquei-me em três pilares para conseguir avançar no processo de pesquisa: perseverança, disciplina e obediência aos professores.

No trabalho de campo, as dificuldades foram as habituais a qualquer pesquisa. Recebi alguns “não posso” de mulheres que não quiseram expor a sua vida e seus pensamentos. Mesmo que a minha abordagem tenha sido com mulheres casadas no seu ambiente de trabalho, num espaço familiar para elas poderem falar com tranquilidade sobre a vida de mulher e os desafios, superações e alegrias. Adotei este tipo de abordagem para não “espantar” as mulheres com questionamentos diretos sobre dominação masculina, violência e conflitos com seus maridos.

Durante as entrevistas tive que me policiar o tempo todo para tornar “estranho o que era familiar,” aqueles relatos que fazem parte da maioria das conversas e desabafos de mulheres. Relatos que vinham recheados de medo, vergonha, situações de violência e até tentativas de assassinatos. Alguns vinham acompanhados de sorrisos, euforias, lágrimas e até de silêncios. Aprendi a ouvir o silêncio, a respeitar as lágrimas e percebi que os sorrisos não são tão verdadeiros e nem querem dizer sempre alegria. Pelo contrário, podem representar ironia ou vergonha e tentam esconder sentimentos sinceros. Por outro lado, as lágrimas de dor pareciam mais sinceras, sinais de que ainda haviam magoas que precisavam ser curadas.

Além de lágrimas e sorrisos, as histórias de superação me marcaram muito. Dar um novo rumo as suas vidas depende de um processo de consciência do que viviam, do que poderia ser modificado e da ação em busca de modificar-se a si para mudar as suas relações conjugais. Nesse desejo de mudança percebi que o *habitus* patriarcal por elas incorporado pode ser transformado ou, melhor dizendo, depois da sua inserção no mercado de trabalho começou a ser desconstruído. Estas mulheres galgaram um processo gradativo de mudar quem eram para poderem ter relações menos violentas e constrangedoras.

Ouvir como elas se superaram foi frequente nas entrevistas. Ainda com os olhos molhados, elas diziam: “*mas eu venci*”, “*eu mudei*”. A mudança do *habitus* não foi tarefa simples para elas. Algumas levaram anos para colher frutos concretos das suas lutas para alcançar mudanças. É interessante perceber que a transformação ocorre de dentro para fora. Primeiro a constatação da necessidade de modificação. Depois o percurso para mudar a sua forma de pensar, de sentir e de agir. Nesse processo muitas delas tiveram que bater de frente com o ensinamento das mães delas. O *habitus* é incorporado pela sociabilização inicialmente familiar e depois com outras instituições sociais. Romper com o saber tradicional, com o que a mãe aprendeu da mãe, que aprendeu com a mãe dela, e assim por diante, foi um momento delicado para elas e importante para a análise social. Afinal de contas as mulheres entrevistadas fazem parte da geração de mulheres que estão rompendo com décadas de ensinamentos patriarcais.

O reflexo desse rompimento pode ser percebido quando as mães (entrevistadas) aconselham as filhas e as outras mulheres a pensarem diferente, a valorizar a sua autoestima com a dedicação à vida profissional e ao estudo. As próprias mulheres que apanharam dos maridos e foram traídas afirmaram “*minha filha jamais aguentaria o que passei*”. Elas reconhecem que as regras que ditam as leis entre relacionamentos entre homens e mulheres estão mudando.

É importante destacar também que apesar de algumas das mulheres participantes da pesquisa terem tido eventos de violência física e simbólica, terem passado por privações financeiras ou doenças, elas não se colocam como vítimas. Esta foi uma hipótese que carreguei desde o início da pesquisa: as mulheres não são vítimas da história e nem querem ser consideradas como tal. Pelo contrário, falar em mulher é falar em mulheres na multiplicidade de performances, identidades e de poderes que elas expressam nas fases da vida. Não considero a mulher como vítima

porque não a coloco num patamar de inferioridade que pressupõe o sofrimento pela dominação masculina. Pelo contrário, apoiei-me em Foucault para afirmar que todas as pessoas têm poderes e estes se manifestam de várias formas e de diferentes intensidades. E como o mencionado autor falou: não existe uma hierarquia de poderes, pois todos o temos.

Vale acentuar que com o rompimento da mulher obediente ao patriarcalismo que está acontecendo, não exclui mulheres que ainda estejam sendo obedientes a este padrão. Como resultado da pesquisa encontrei dois tipos de mulheres: a primeira delas foi a submissa, isto é, aquela que ainda vive subjugada ao domínio patriarcal, vive intensamente para as atividades da família. Trabalha por necessidade financeira e não por perceber o trabalho como um elemento que gera independência. Possui entre três e cinco filhos e tem uma aparência triste, angustiada e esteticamente desarrumada. Apesar destas características não considero este tipo de mulher como vítima. É verdade que conseguimos verificar um montante de situações que deveriam ser mudadas em relação à dominação masculina, mas estas mulheres ao mesmo tempo em que recebem o poder de dominação do marido e do sistema social como um todo, também manifestam o seu poder com armas próprias no seu dia a dia, a partir de defesas e de atributos que ela tem para usar ao seu favor. Como por exemplo, as atividades domésticas que em algumas teorias não as consideram como dominação compulsória, observamos em alguns casos que algumas mulheres usam os trabalhos domésticos e maternais como uma forma de poder que lhes permite controlar as suas relações.

O segundo tipo são o das mulheres resistentes. Estas mulheres armam-se, planejam e agem racionalmente buscando o que é melhor para elas. Com este objetivo elas terminam por praticar estratégias que tendem a diminuir a dominação masculina. Neste grupo de mulheres existem aquelas que traçam estas estratégias conscientemente de que desejam dominar os maridos e a situação. E outras que matém estratégias de resistência sem saber que o fazem. Neste caso elas agem muitas vezes por consentir a dominação num primeiro momento, para em seguida conseguir algo que para elas sejam mais vantajoso. Em outras palavras, elas deixam a dominação do homem agir porque ela agirá com estratégias de poder mais tarde. Neste tipo de relação a mulher é resistente, mas não é consciente da estrutura de dominação e resistência que ela mantém com o marido. Mas mesmo assim, as suas ações que refletem poder acabam por contribuir para o abrandamento da dominação

masculina. As mulheres que pertencem ao grupo das resistentes, sejam elas conscientes ou não, possuem uma forte relação consigo, cuidam do corpo, da aparência, do emprego, estudam mais anos e tiveram menos filhos, se comparado com o grupo das mulheres submissas.

Destaco que em relação à dominação masculina identifiquei dois grandes tipos de manifestações. Um estaria mais ligado as agressões físicas, correções, uso da força, proibições, castigos, coerção e controle. Este tipo de dominação eu nomeei de dominação corretiva. O outro tipo, eu chamo de dominação persuasiva, tem como característica marcante a dominação pelo **discurso**, da **significação** de que as mulheres devem se encaixar em determinados padrões, ocorre também pela **legitimação** de algumas atividades que foram atribuídas pela tradição como exclusivamente das mulheres.

Concomitante a pesquisa teórica e prática, uma pergunta não me deixava em nenhum momento. A questão era: porque as mulheres “aceitam”, de certa forma, conviver com as situações de dominação? A consideração que eu cheguei foi a seguinte: o poder como bem afirmou Foucault está em toda parte, a dominação masculina como forma de expressar esse poder também está. Se a dominação masculina está em todos os espaços sociais, como a mulher poderia livrar-se dele? Em outras palavras, se a dominação-resistência faz parte da incorporação atual do *habitus* de homens e mulheres, como se livrar de algo que se torna uma disposição transponível, como uma segunda natureza? A resposta é que a sociologia nasce com o intuito de responder, analisar e explicar as interações sociais, isto porque parte do pressuposto de que a sociedade está em nós e nos faz ser quem somos. O que eu quero dizer com isso é que as mulheres não têm como decidir viver numa sociedade longe da dominação masculina. Porque se ela percebe que os maridos dominam e decide não casar, ela tem um pai para dominá-la. Se percebe o pai como dominador e vai morar sozinha, ela tem um chefe. Se só trabalha com mulheres, tem amigos homens. A imposição desses esquemas de dominação é reforçada por aquela música da moda, novelas, piadas, filmes e revistas que reproduzem e disseminam o saber tradicional que coloca à mulher em condição de inferioridade em relação com o homem. E ainda existem mulheres que cobram outras mulheres por casamento e filhos. Finalmente, nunca haverá este lugar em que uma mulher consciente de que os homens a dominam pudesse fugir, porque mesmo que existisse, todo o sistema de dominação já está incorporado dentro dela no seu *habitus*.

Restam para nós mulheres a inteligência para administrar os ganhos e as perdas nas relações de gêneros, os erros e os acertos de nossas decisões e buscar aquilo que gera o maior bem-estar e qualidade de vida.

“O conhecimento que não é compartilhado perde a sua essência”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2007
- ÁRIES, Philippe. **História da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1978.
- BANDITER, Elisabeth. **O amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt & MAY, Tim. **Aprendendo a pensar a sociologia**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2010. (Introdução. P.11-31)
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. Vértice, São Paulo: 1990. (Cap I).
- BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Revista cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol 37, N. 132, p.537-572, set/dez, 2007
- BRUSCHINI, Cristina & Lombardi, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Revista cadernos de Pesquisa. São Paulo, N. 110, p.67-107, jul/2000.
- _____. **Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX**. Caderno Pagu. Campinas, (N.17-18, p.157-196, 2002.)
- BOUDON, Raymond. **Dicionário de sociologia**. Verbete: conflito. Tradução de António J. Pinto Ribeiro, Publicações dom Quixote, Lisboa, 1990
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Berdtrand, 1998. Cap I: “sobre o poder simbólico” (p.7-16); Cap II: “introdução a uma ciência reflexiva” (p.17-58)
- BUTHER, Judith. **Variações sobre sexo e Gênero: Beauvoir, Witting e Foucault**. In: crítica ao feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.
- BUTHER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.
- CASTELLLS, Manuel. **O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação**. In: o poder da identidade. Rio de janeiro: Ed. Paz e terra, 2001.

- CERTOU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Vol 2. Rio de Janeiro: Ed, Vozes, 2009
- CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)**. Cadernos Pagu, Campinas (SP), n. 4, p. 37-47, 1995
- CHAUI, Marilena. **Participando do debate sobre mulheres e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, n.4, 1985.
- CORRÊA, Marisa. **O sexo da dominação**. In: Novos estudos CEBRAP, n.54, julho de 1999.
- _____. **A dominação masculina revisitada**. In: LINS, Daniel. A dominação masculina revisitada. Campinas: Papyrus, 1998.
- CHIAPELLO, Ève & BOLTANSKI, Luc. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, Ed. Martins fontes, 2009.
- CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal**. In: colcha de retalhos. ARANTES, A. Augusto.(ET AL) São Paulo: editora Unicamp, 1994.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social, "lugar de mulher é na história"**. São Paulo: Contexto, 1989
- RODRIGUES, José Albertino (org). Emile Durkheim, **Sociologia**. Coleção grandes Pensadores. Editora Ática, São Paulo, 1930.
- ELIAS (2006) **Escritos e ensaios**. Rio de janeiro: Jorge Zahar editor- Cap I e II.
- FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e astucia da história**. In: Dossiê contribuições do pensamento feministas para as ciências sociais. Revista Mediações, Londrina, V.14, N.2, p.11-33, jul\dez, 2009.
- FONSECA, Cláudia. **Família Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, ED. UFRGS, 2000.
- FOUCAULT. Michel. **O dispositivo da sexualidade**. In: História da sexualidade I. Rio de Janeiro,: edições Graal, 1998.
- _____. **Verdade e poder**. In: microfísica do poder. Rio de Janeiro: edições Graal, 2011.

FREYRE, Gilberto de Melo. **Casa-Grande & Senzala**. 12ª ed. Brasileira: Brasília: Universidade de Brasília, 1963

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. Ed. Unesp: São Paulo, 1991

_____ **As transformações da intimidade**, São Paulo, Unesp,1993

GIDDENS, Anhony. **Modernidade e identidade**. Ed. zahar: Rio de Janeiro,1938

GIDDENS, Anthony. **As famílias**. In: Sociologia. 6ª Ed. Porto Alegre: Art Med, 2005.

HIRATA, Helena. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editor UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Revista sociologias. Porto Alegre.ano 11, N.21, p.24-41, jan/jul, 2009.

_____ **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Caderno Pagú. Campinas, N.17-18, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. In: Louro, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade**. São Paulo: Editoras vozes, 2003

MATTA, Roberto Da. **O que faz do Brasil Brasil?** Rio de janeiro: Rocco,1986.

MARX, K. **O capital**, DIFEL editora, São Paulo.1982

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero é educação: teoria e política**. In: Louro, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade**. São Paulo: Editoras vozes, 2003

MARX, K &ENGELS, F. **A ideologia alemã**, são Paulo, Martins Fontes, 1998.

MONTALI, Lilia & LOPES, Giovanna.**Relações familiares e trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo**. Caderno CRH, salvador, n. 38, p. 209-237, jan-jul, 2003

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. "Interpreting Gender em Linda Nicholson, *The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern* (p. 53-76).Copyright 2000 Cornell University, Reproduzido ao português com permissão da Ed editors, Cornell University Press.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **A minha história das mulheres**. Ed. contexto: São Paulo, 2008.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 36ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

REGO, José Lins do. **O Moleque Ricardo**. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

REGO, José Lins do. **Banguê**. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

REGO, José Lins do. **Usina**. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

SARTI, Cintia. A família como ordem moral. Revista cadernos de Pesquisa. São Paulo, N.91 , p.46-53, nov/1994.

_____. **A família como espelho**. São Paulo: autores Associados editora,1996.

_____. **Famílias enredadas**. São Paulo: autores Associados editora, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado e violência**. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2004.

SAYÃO, Débora Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. In: Revista Perspectiva, v.21 n.01, jan/jun 2003. Editora da UFSC: NUP/CED. Florianópolis.

SCOTT, Joan. **O gênero como categoria útil de análise**. Recife, SOS\CORPO,1990.

Era,1990.

_____. **O enigma da igualdade**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, no 13(1): 216, jan/abr, 2005.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder**. Ed. contexto: são Paulo, 2006

TOURAIN, Alan. **O mundo das mulheres**. Vozes: Petrópolis, 2007.

VAISTMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós- modernas**. Rio de Janeiro: Rocco,1994.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de George Simmel**. Editora Edusc: São Paulo, 2005. Cap. 3 Sociologia e Epistemologia. Pg.77-100.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília,:UNB,1987

Lei federal n. 5859 DE 11/12/1972.

Síntese de indicadores sociais. 2001/IBGE, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Síntese de indicadores sociais. 2009/IBGE, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ANEXOS
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- Informações pessoais
 1. Nome, idade, onde mora?
 2. Você trabalha, com o que?
 3. Há quantos anos você exerce esta profissão?
 4. Quantos filhos tem, se casada há quantos anos?
 5. Qual o nível de escolaridade?
 6. Porque parou neste nível, o que te motivou a parar de estudar?
 7. Porque você decidiu trabalhar?
 8. Como você se sente quando está trabalhando?
 9. Conte um pouco de sua trajetória profissional... qual era a sua expectativa de emprego, de profissão? Foi alcançada?
 10. Você ainda tem alguns projetos profissionais para alcançar?
 11. Sente-se realizada com o trabalho que faz?

- Rotina em casa: Divisão Social do Trabalho
 12. Como é a sua rotina diária (ênfase para quando chega após o trabalho) ?
 13. Quem cuida da sua casa e das crianças quando você está ausente?
 14. Existe alguma forma de divisão de tarefas domésticas?
 15. Como é o seu dia durante as suas férias e feriados?
 16. Você acha que o trabalho doméstico é responsabilidade de quem?

- Cuidando dela mesma
 17. O que fazes nas horas vagas?
 18. O que mais gosta de fazer?
 19. Dedicar algum tempo especial para cuidar de você, como, quando, quanto?
 20. Com que frequência você gasta o seu salário com coisas para você mesmo e sua aparência?
 21. O que faz para se divertir? Assiste novelas, lê livros (quais), revistas?

- Como ela se vê
22. Como mãe, como profissional, como mulher, como esposa?
 23. Você acha que os homens dominam as mulheres? Como, quando, em que circunstâncias?
 24. Como você percebe as mulheres que vivem em constante preocupação com o corpo?
- Dificuldades enfrentadas pela dupla jornada
25. Como você se sente quando pensa que depois do trabalho ainda vai chegar em casa e vai ter outros afazeres?
 26. Você enfrentou as dificuldades para poder trabalhar fora? Quais, como, quando, o que fez para driblá-las?
 27. Quais as renúncias que você teve que fazer em nome da sua profissão?
 28. O que você tem a dizer da dupla jornada das mulheres?
 29. O que achas sobre as mulheres que não trabalham e que são sustentadas pelos maridos (mulheres pobres são diferentes das mulheres ricas)?
- Rotina com o marido
30. Seu marido trabalha, em que, qual a rotina dele?
 31. Seu marido ajuda você nas atividades domésticas? E com os filhos?
 32. Como é a sua relação com o seu marido depois do dia de trabalho?
Vocês conversam sobre o que, saem para onde, namoram com que frequência, viajam sozinhos, dividem os problemas?
 33. Seu marido encoraja o seu trabalho, ele tem ciúmes, o que faz para ajudá-la a trabalhar?
- Maternidade
34. Como é lidar com os filhos depois de um dia de trabalho?
 35. Como você mantém a vigilância com os filhos no trabalho, celular, acompanha as notas deles, a conduta com os amigos?